Universidade de São Paulo

Wesley Espinosa Santana

O governo de Accacio no exílio de Heitor

“As correspondências de Washington Luís e seus correligionários acerca do governo Vargas e dos Direitos Políticos e Cíveis (1930 - 1947)”

São Paulo
2009

Wesley Espinosa Santana

O governo de Accacio no exílio de Heitor

“As correspondências de Washington Luís e seus correligionários acerca do governo Vargas e dos Direitos Políticos e Cíveis (1930 - 1947)”

Dissertação de Mestrado em História Social do Departamento de História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo sob a orientação da Prof^a Dra. Zilda Márcia Gricoli Iokoi.

São Paulo
2009

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Serviço de documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo

SANTANA, Wesley Espinosa. O governo de Accacio no exílio de Heitor - As correspondências de Washington Luís e seus correligionários acerca do governo Vargas e dos Direitos Políticos e Cíveis (1930 - 1947) / Wesley Espinosa Santana; orientadora Prof^a Dr^a Zilda Márcia Grícoli Iokoi – São Paulo, 2009.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2009

Folha de Aprovação

Wesley Espinosa Santana

O governo de Accacio no exílio de Heitor

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre.
Área de concentração: História do Brasil República.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dra. Márcia Barbosa Mansor D'Alessio

Instituição: UNIFESP - Guarulhos

Assinatura: _____

Prof. Dr. Sidney Oliveira Pires Jr.

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof. Dra. Elizabeth Cancelli

Instituição: FFLCH - USP

Assinatura: _____

Prof. Dra. Claudia Moraes de Souza

Instituição: UNIFIEO

Assinatura: _____

Prof. Dr. Odair da Cruz Paiva

Instituição: UNESP – Marília

Assinatura: _____

Dedicatória

Ao meu filho Gabriel que participou involuntariamente e, sem culpa, encorajou-me sempre que necessário com sua simples presença.

À Bruna e ao Lucas, os filhos que ganhei e que conquisto a cada dia.

À minha companheira Soraya, pela sabedoria e amor.

Aos meus pais Percides e Nilton e a minha irmã Tina pela nossa história de amor.

Ao pequeno Pedrinho, a Érika e ao compadre e irmão Ernani pelas provocações de sempre.

Aos meus parentes e amigos.

Aos professores e alunos com os quais trabalhei e trabalho.

Agradecimentos

À Profª Dra. Zilda Márcia Grícoli lokoi pela oportunidade, confiança e amizade, pois sua participação foi fundamental para a realização deste trabalho. Sua sabedoria e conhecimento garantiram a existência dele.

Ao Prof. Dr. Júlio Pimentel pela acolhida na Universidade.

À profª Dra. Íris Kantor pela amizade e solidariedade.

À profª Dra. Márcia D'Alessio pela generosidade e análise profícua no trabalho de Qualificação.

Ao prof. Dr. Sidney Pires pela participação contundente no trabalho de Qualificação.

À minha família pela paciência sobre o tempo disponibilizado para pensar, pesquisar e escrever.

Aos amigos do LEI-USP (Laboratório de Estudos sobre a Intolerância da Universidade de São Paulo) pelas discussões e aprendizado que muito contribuíram neste período de produção do trabalho.

À profª mestrandia Vanessa Paternostro pelo trabalho de revisão.

À profª Elaine Faria pela ajuda na tradução dos textos.

À tia Márcia pelas fotocópias e a calma nos momentos de pânico.

Ao colégio Santa Gema pela cumplicidade e acolhida.

À profª Mestre Simone Bizaco pela oportunidade e amizade.

À profª Mestre Lílian Marta Grisólio Mendes pelos comentários imprescindíveis.

“As evoluções sociais deixarão de ser revoluções políticas”

Karl Marx

“Quando o governo está com a lei, a força armada deve apoiá-lo, ainda que haja de combater o próprio povo. Quando, porém, os governos mutilam a lei e desrespeitam a Constituição, compete à força armada colocar-se ao lado destas, ainda que seja mister destruir o poder constituído”

Juarez Távora

Resumo

SANTANA, Wesley Espinosa. **O governo de Accacio no exílio de Heitor: As correspondências de Washington Luís e seus correligionários acerca do governo Vargas e dos Direitos Políticos e Cíveis (1930 - 1947)**. 2009. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências e Humanas da Universidade de São Paulo, 2009.

O governo de Getúlio Vargas trouxe características peculiares à função do Estado, o que garantiu, no Tempo Presente, uma influência muito grande deste período chamado de Era Vargas (1930-1945) sobre o Estado brasileiro atual. Nosso interesse é estudar como foi estruturado este Estado varguista sob o olhar da oposição paulista e do distanciamento do ex-presidente Washington Luís. Este trabalho tem como objetivos: interpretar as relações políticas no processo histórico através da perspectiva do ex-presidente Washington Luís; analisar as relações do Estado varguista com a oposição perrepista e as garantias dos direitos humanos, sobretudo, dos civis e políticos; compreender se este ex-presidente, um *paulista de Macaé*, participou da organização dos movimentos oposicionistas durante o seu exílio e discutir a memória coletiva produzida sobre Washington Luís a partir do registro e das ações políticas de seus correligionários. Os embates políticos, as manobras e a habilidade de Getúlio Vargas foram responsáveis pela maior parte do conteúdo exposto na leitura das cartas selecionadas que foram usadas neste trabalho. A análise das cartas entre Washington Luís e seus correligionários foi comparada com a leitura da historiografia do período e sobre o período e de alguns jornais escritos da imprensa de São Paulo e Rio de Janeiro, sobretudo, OESP e a Folha da Manhã. A introdução explica como foi pensado e organizado o trabalho e teoriza o trabalho do historiador com o uso das correspondências como fontes históricas. O capítulo inicial trabalha o conceito de Estado e de Direitos Humanos, faz uma breve trajetória sobre estes direitos no Brasil, apresenta uma biografia de alguns personagens desta trama e descreve os últimos meses de Washington Luís no poder e as articulações para o golpe de 1930 da Aliança Liberal. O capítulo II trabalha a situação de exilado, tendo como tema o exílio e a situação do ex-presidente Washington Luís como um exilado involuntário, a ciranda de interventores e os acontecimentos do movimento paulista de 1932. No capítulo III, analisamos a formação da Assembléia Constituinte, as relações políticas da Câmara dos Deputados com o correligionário Roberto Moreira e os conflitos entre a Aliança Nacional Libertadora e os integralistas. Com a intensificação da coerção política a partir do malogrado golpe dos comunistas com Luís Carlos Prestes, o país entrava num período mais complicado ainda para os direitos humanos, sobretudo, para os direitos civis e políticos. Em 1937, com a promulgação da nova Constituição, estava instaurado o Estado Novo e a censura prévia institucionalizada como política de Estado. Aliás, era o fim das oposições e a iminência da guerra mundial dava aspectos de que o Brasil precisaria se posicionar. O ex-presidente Washington Luís aguardava os acontecimentos da conclusão da guerra mundial em 1945 para retornar ao Brasil, porém isso só ocorreria em 1947. No capítulo IV, vemos a escassez de cartas que mostrava a falta de resistência da oposição e a sua indefinição como influência política na sociedade. A memória ausente de Washington Luís foi trabalhada de forma a garantir a análise da construção de sua história como exilado e seu legado político. Ele esteve dezessete anos fora do país, vivendo muito bem, mas expatriado e impedido de usar os seus direitos de cidadão. Ao analisarmos a documentação diante do procedimento proposto pôde-se observar que o papel desempenhado por Washington Luís na oposição foi de mero receptor das notícias, fazendo projeções e conjecturas sobre os assuntos tratados nas correspondências. Esta documentação atendeu a uma necessidade de conhecer características sobre um outro olhar das relações políticas nos bastidores da capital federal e da oposição em São Paulo, sobretudo, do desrespeito aos Direitos Humanos e do engodo dilacerado pelo populismo.

Palavras-chave: Estado. Exílio. Direitos Humanos. Revolução. Golpe de Estado.

Abstract

SANTANA, Wesley Espinosa. **O governo de Accacio no exílio de Heitor: As correspondências de Washington Luís e seus correligionários acerca do governo Vargas e dos Direitos Políticos e Cíveis (1930 - 1947)**. 2009. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências e Humanas da Universidade de São Paulo, 2009.

Getúlio Vargas's government brought out peculiar characteristics to the function of the State. Nowadays, this period – called "Vargas Era" (1930-1945) – exerts enormous influence on the current Brazilian State. Our interest is to study how this Vargas State was structured under the *Paulista* opposition's eye and distant from the ex-president Washington Luís. This paper has as its aims: interpret the political relationships in history from ex-president Washington Luís's point of view; analyze the relationship between the Vargas State and the *Perrepista* opposition and the guarantee of human rights, especially, civil and political ones; understand if this ex-president, a paulista from Macaé, took part in organizing oppositional movements during his exile and discuss the collective memory of Washington Luís, based on documents and on the political actions of his coreligionists. Getúlio Vargas's political clashes, maneuvers and skills were responsible for most of the content presented on such letters, which were especially selected to be used on this paper. The analysis of the mail between Washington Luís and his coreligionists was carried out by comparing the historiography of the period and some newspapers written by the press from São Paulo and Rio de Janeiro, mainly, OESP and *Folha da Manhã*. The introduction explains how this paper was thought and organized, describing a brief timeline of the human rights in Brazil and theorizing the role of a historian while using mail as historical sources. The first chapter works on the biography of one of these characters and describes the last months in which Washington Luís held office, besides the articulations of the liberal alliance to mount the 1930 coup d'état. The Second chapter deals with the situation of the exiled, approaching this theme and portraying ex-president Washington Luís as an involuntary exiled, besides the intervention and the widespread occurrences of the Paulista Movement of 1932. The third chapter analyzes the formation of the Constituent Assembly, the political relationships between the chamber of deputies and the coreligionist Roberto Moreira, in addition to the conflicts between the National Liberty Alliance and the Integralists. As the political coercion became more intense due to the unsuccessful coup planned by communists such as Luís Carlos Prestes, the country started to go through an even harder period for human rights, above all, to civil and political ones. With the promulgation of the new constitution in 1937, the New State was established and strict censorship would become, at that time, official and institutionalized as the State policy. Actually, the end of oppositions and the imminence of the World War indicated that Brazil would have to take a side. The ex-president Washington Luís waited for the end of the World War in 1945 to return to Brazil, but that would only take place in 1947. The fourth chapter studies the absent memory of Washington Luís to make sure we could analyze his history as an exiled and his political legacy as well. He had been away from his country for seventeen years, living fairly well, though expatriated and impelled to use his citizen rights. While analyzing documents with the previously set aims, it's noticeable that Washington Luís's role as opposition was as a mere news receiver, making projections and conjectures only based on the content of his mail. These documents fulfilled the need to identify, from another point view, characteristics of the 'backstage' of political relationships in the federal capital and the *Paulista* opposition, mainly concerning the disrespect for human rights and the lacerating enticement for populism.

Key words: State. Exile. Human Rights. Revolution. Coup d'état.

Sumário

Introdução - 12

As correspondências como fonte histórica.

Alguns personagens desta história.

Capítulo I - Poder e exílio: da presença à ausência - 25

1.1.O Estado como fronteira para o exílio.

1.2.Uma trajetória dos direitos no Brasil.

1.3.A Constituição de 1891 e o Brasil da década de 20 ao golpe de 1930.

Capítulo II - O golpe de 1930 e a derrocada das oligarquias - 47

2.1.O exílio de Washington Luís.

2.2.A troca de personagens: os interventores.

2.3.A reação paulista em 1932: burguesia urbana, intelectuais e trabalhadores.

Capítulo III - Conciliação autoritária - 84

3.1.O acordo federal com os paulistas.

3.2.A oposição no Congresso com Roberto Moreira.

3.3.O golpe sobre o golpe e a formação do Estado Novo.

Capítulo IV - Melancolia e o ocaso de uma liderança - 117

4.1.A crise da oposição a Vargas.

4.2.Esquecimento e perda da memória.

Considerações finais – 144

Algumas respostas nas correspondências

A sociedade contra o Estado

Bibliografia - 153

Este envelope traz o endereço de residência do ex-presidente quando voltou do exílio. A carta foi enviada em 10 de setembro de 1956 por seu primo Francisco de Carvalho Soares Brandão Neto. O conteúdo da carta descrevia um estudo sobre a genealogia de sua família e, como na grande maioria das vezes, também, os assuntos políticos. Em 18 de setembro, Washington Luis respondeu a carta destacando uma denúncia feita pelo deputado Antonio Carlos Salles Filho sobre uma suposta articulação com os democráticos: “(...) Comunico-lhe que jamais recebi qualquer proposta do Partido Democrático, meu adversário intransigente, em outubro de 1930. (...) Os homens da Revolução, por terem visto que esta havia fracassado, sempre me atribuíram teimosia intratável, para me dar responsabilidade exclusiva sobre os males que vieram sobre o Brasil”.¹

¹ AP 200.02.093.

Introdução

As correspondências como fonte histórica

As correspondências, os telegramas e as fotografias escolhidas para este trabalho foram doados pelos familiares do ex-presidente Washington Luis ao Arquivo do Estado de São Paulo. O Arquivo do Estado encontra-se situado no bairro de Santana, na Zona Norte da cidade. O arquivo que contém esta documentação chama-se **Arquivo Privado Washington Luís (APWL)**. São mais de dez mil documentos separados em vinte caixas de papelão, contendo em cada uma delas três pastas ou envelopes com, aproximadamente, 500 documentos.

Estes documentos estão separados por homens que se tornaram interlocutores de correspondências ativas e passivas com o ex-presidente durante o exílio, sendo remetentes e destinatários localizados em São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul, Paris, Nice, Nova Iorque, Lausanne, Lisboa etc. Estes interlocutores são amigos, parentes e correligionários do Partido Republicano Paulista de Washington Luis. Nesta gama de personagens trabalhamos alguns, entre eles: Roberto Moreira (RM), Armando Hormeylt Fraga (AH), Luiz Silveira (LS), Arnolpho Azevedo (AA), Augusto Corrêa Lima (AC), Octavio Mangabeira, Ataliba Leonel (AL), Manoel Villaboim (MV), César Pereira de Sousa (CP) e Walter Hamilton Land (WH)².

Com a intenção de selecionar as cartas por assuntos que se tornariam pertinentes na produção deste trabalho, resolvemos criar um cifrado para facilitar a leitura. Usamos as seguintes referências para marcar as correspondências lidas:

² Estes nomes de pessoas ligadas ao ex-presidente Washington Luis comunicavam-se, sobretudo, através de cartas e telegramas. Não contemplaremos todos estes nomes no caminho percorrido por esta pesquisa, pois a escolha destes documentos e de seus produtores não se resume a importância política ou histórica da pessoa que escreveu ao ex-presidente, mas, sim, permeia as discussões políticas e os assuntos relacionados à articulação da oposição paulista na crítica ao governo de Getúlio Vargas na tentativa de restaurar o controle federal da oligarquia cafeeira e no questionamento sobre a garantia do Estado em relação aos direitos civis e políticos. Entre estes interlocutores, as correspondências de Roberto Moreira, pelos motivos colocados acima, foram as principais documentações utilizadas nesta pesquisa. Sua amizade, participação no PRP e na oposição a Vargas foi decisiva para o encaminhamento deste trabalho. Infelizmente, não foi possível utilizar nomes como de Roberto Simonsen, Júlio Prestes, Arthur Bernardes Filho etc, pois não tinham correspondências pertinentes aos assuntos propostos.

Correspondência Ativa e Passiva de Washington Luis

PR – carta privada;
PBL – carta pública;
GV – sobre Getúlio Vargas e críticas ao seu governo;
EX – sobre as questões do exílio na Europa e EUA;
G30 – sobre a traição de Getúlio Vargas e o golpe de 1930;
R32 – sobre a Revolução Constitucionalista de 1932;
WLF – sobre o seu governo federal (1926-1930);
OPA – sobre a oposição paulista a Vargas;
GVE – críticas à política econômica de Vargas;
GVP – críticas às políticas sociais de Vargas;
POP – críticas ao populismo de Vargas;
AUT – críticas ao autoritarismo de Vargas;
MILI – participação dos militares no governo Vargas;
DEM – sobre os políticos do Partido Democrático de São Paulo.

Segundo a pesquisa realizada, observamos que das vinte caixas que formam o Arquivo Privado Washington Luis apenas oito delas tratam, especificamente, do período do exílio do ex-presidente. São as de número: **185, 188, 189, 190, 198, 199, 200 e 202**. Estas caixas trazem numa somatória de, aproximadamente, quatro mil documentos para serem lidos e analisados. São muitos diálogos entre estes políticos e amigos que fazem uma trajetória da oposição paulista durante o governo de Getúlio Vargas. Para facilitação da procura por estes documentos, as correspondências estão catalogadas com uma numeração na parte de cima e canto direito de cada:

Ex: carta - 185.02.100

185 – é o número da caixa.

002 – é o número da pasta ou envelope.

100 – é o número do documento.

A seleção destas correspondências foi pertinente ao garantir um recorte dentro do contexto histórico das manobras realizadas pela oposição do PRP durante a década de 1930 e de suas projeções e reminiscências que marcaram o diálogo e a resistência destes correligionários. Este período foi de uma transição política e conciliatória que se estendeu até o golpe de Estado de 10 de novembro de 1937, instaurando o regime autoritário do Estado Novo.

No Brasil, um pouco antes destes acontecimentos, o principal partido durante a década de 1920 foi o PRP, formado por cafeicultores paulistas e do PRM, formado por fazendeiros de Minas Gerais. Alguns historiadores, como Hélio Silva e Edgar Carone³, chamaram este período de *Primeira República* ou *República Velha*, com o seu início em 1894, na eleição de Prudente de Moraes para presidente, e seu término em 1930, com o golpe de Estado da Aliança Liberal, partido formado por gaúchos liderados por Getúlio Vargas, militares, tenentistas, o Partido Democrático e outros setores e grupos da sociedade brasileira. O golpe foi vitorioso e o Washington Luís foi obrigado a deixar o país e iniciar o seu exílio involuntário.

Diante deste contexto, o nosso primeiro objetivo foi organizar as correspondências referentes às informações sobre críticas ao governo Vargas e sobre os entendimentos e articulações de políticos oposicionistas que não aderiram aos interesses e cargos do governo, uma vez que esta situação tornou-se comum entre muitos perrepistas que assumiram posições no governo durante toda a década de 1930.

Estas leituras foram marcadas por um exercício comparativo entre o que era contado sobre as medidas tomadas pelo governo de Getúlio Vargas e o que foi encontrado sobre os registros do governo federal de Washington Luís. Estas correspondências fazem críticas à intenção inovadora de Vargas e seus correligionários de persuadirem a população com a criação dos direitos sociais, com o seu discurso popular de ímpeto trabalhista e, como não poderia deixar de ser, com sua política econômica desenvolvimentista e capitalista.

É possível observar que tanto o governo de Washington Luís quanto o de Getúlio Vargas apresentavam-se, através das correspondências, com a posição de não garantia dos Direitos Humanos e, isso, mesmo com Washington Luís e seus

³ Estes historiadores foram responsáveis por um grande estudo sobre a história da república no Brasil. As revoltas, a importância dos cafeicultores na economia agro-exportadora, o início do desenvolvimento industrial e o auge e a queda da burguesia agrária e do surgimento da burguesia industrial. Estes autores são clássicos da historiografia brasileira e mesmo com uma produção cronológica e factual são referências para os trabalhos sobre este tema e período. Em nossa bibliografia há algumas destas obras escritas por eles.

correligionários criticando, a todo o momento, o governo Vargas pela falta de liberdades políticas e civis vivenciadas a partir de 1931. Esta incoerência do discurso e do que foi realizado por estes dois presidentes tornou-se um assunto premente neste trabalho, o que nos levou a analisar a garantia destes direitos civis e políticos. Este é o nosso segundo objetivo.

Percebemos que pela leitura das correspondências entre o ex-presidente e seus correligionários poderíamos encontrar informações sobre os planejamentos da *contra-revolução*⁴ de 1932. Lemos muitas cartas que descreviam os acontecimentos daqueles meses de uma Frente Única a favor da *causa paulista*. Neste sentido, objetivamos analisar, neste instante da pesquisa, uma possível participação de Washington Luis neste movimento contra o governo Vargas.

Outro objetivo desmembrado pela leitura das cartas é a importância política dada a figura de Washington Luis a partir da construção de sua memória pelos amigos e correligionários. O ex-presidente estava afastado de seu país, de seus parentes e amigos e de sua posição política, mas era garantido na memória de seus interlocutores. Pensar como seria essa construção, se realmente ela garantiu o lugar da memória e porque não houve esta continuidade nos tempos de hoje é, também, uma forma de buscar as perguntas e respostas na documentação escolhida.

As questões feitas a partir da leitura destas cartas devem ser retiradas de acordo com o que a própria fonte pode propiciar de interpretação, uma vez que não podemos criar perguntas e respostas que não possam ser induzidas por elas, pois não podemos extrair respostas para perguntas previamente estipuladas, mas, sim, buscá-las de forma que estejam imbricadas por estas fontes.

Observemos um trecho de uma carta de Washington Luis, quase que totalmente ilegível, onde ele desabafava a Roberto Moreira sobre a sua situação. Eles escrevia:

*“Estou longe dos acontecimentos, sem contato com os homens, com escassas notícias directas, de modo que não posso bem ambientar-me para julgar com segurança o que se deve fazer. E creio que, mesmo oppostas foram as circunstancias, a minha opinião bem pouco poderia influenciar (...)”*⁵

⁴ O termo emprestado das correspondências trocadas entre eles não é compartilhado por nós, uma vez que o movimento *outubrista* de 1930 não é considerado revolucionário e, portanto, o de 1932 muito menos poderia ser contra-revolucionário. No capítulo I deste trabalho veremos a discussão sobre o conceito de revolução e o processo histórico do qual analisamos para se chegar a esta conclusão.

⁵ AP 185.03.147

A carta apresentava uma situação delicada em que o ex-presidente estava vivendo no exílio, porém, até que ponto ele se expressava de forma a mostrar que estivesse, realmente, triste e amargurado. Mas, isso não é um grande problema, pois qualquer um pode falar ou escrever com intenções de enganar alguém. O que está em jogo é interpretar esta informação relacionando com as outras cartas, fontes e o contexto histórico.

Das perguntas encontradas nestas fontes escolhidas para este trabalho duas foram essenciais para iniciarmos. A primeira foi: como o ex-presidente Washington Luís observava os acontecimentos políticos no Brasil e de que forma ele participava e, isso, se é que havia algum tipo de participação nas articulações da oposição paulista? A segunda pergunta seria: como e por que Getúlio Vargas, no papel de governante de um país através da presença de um Estado centralizador, garantiria ou não os direitos civis e políticos?

As correspondências entre Washington Luís e seus correligionários são narrativas de âmbito privado, com o destino certo das intenções em comunicar a uma determinada pessoa aquilo que lhe interessava. Suas idéias, posições ou experiências. Lê-las é uma forma de invadir a privacidade destes interlocutores. Estas cartas contêm textos com particularidades e visões restritas sobre uma determinada postura política, condição socioeconômica, formação cultural e ideológica, recortes na contextualização histórica com um repertório próprio.

Estas fontes podem ser denominadas por *produção do eu*⁶ e que, ao lermos, percebe-se que poderiam trazer informações sobre o que pensava o autor delas e o que ele queria que os outros pensassem sobre si ou sobre a sua situação. Ângela de Castro Gomes parte em defesa da importância de se fazer história a partir desta *produção do eu*, também denominada por *escrita de si ou escrita auto-referencial*. Ela escreve que:

“Cartas, diários íntimos e memórias, entre outros, sempre tiveram autores e leitores, mas na última década, no Brasil e no mundo, ganharam um reconhecimento e uma visibilidade bem maior, tanto no mercado editorial, quanto na academia. A despeito disso, não são ainda muito numerosos

⁶ A historiadora Ângela de Castro Gomes defende esta “produção do eu” em seu prólogo da obra organizada por ela chamada de *Escrita de Si Escrita da História*, Rio de Janeiro, editora FGV, 2004. A autora comenta que nas últimas décadas aumentou o número de arquivos privados por causa do interesse sobre a leitura de biografias e autobiografias e de produções historiográficas tendo correspondências como fontes.

os estudos que se dedicam a uma reflexão sistemática sobre esse tipo de escritos na área de história do Brasil. As iniciativas que constituem exceções provêm muito mais do campo da literatura e, recentemente, de estudos de história da educação.”⁷

Entretanto, esta forma de produzir conhecimento histórico, através desta *escrita de si* e que vem ganhando adeptos nas produções científicas nos departamentos de História Social, passa por outros questionamentos, onde há uma preocupação em interpretar as informações, tentando perceber as intenções e objetivos daqueles que escrevem sobre um determinado assunto e para uma determinada pessoa.

Um destes questionamentos é a condição de *indivíduo moderno* que se preocupa em construir a sua imagem através de suas correspondências no âmbito do privado, ou seja, o autor procura criar um personagem que ele gostaria que o interlocutor acreditasse que fosse realmente ele, ou como ele gostaria que o interlocutor entendesse se encontrar naquele momento diante da distância que os separam, projetando uma verdade, onde o seu interlocutor enxergará como ele gostaria de ser enxergado.

Isso coloca o historiador numa condição de cautela, pois ao encaminhar a sua pesquisa com o contato deste tipo de fonte, sobretudo com as idéias de que o autor, *produtor do eu*, pode considerar como verdade, ele precisa ter um rigor nos critérios de análise, mesmo porque estas verdades não são apenas verdades consideradas pelo autor, mas sim chamadas por Gomes como *sinceridades* deste autor. Ela explica:

“O risco do pesquisador que se deixa levar por esse feitiço das fontes pode ser trágico, na medida em que seu resultado é o inverso do que é próprio dessas fontes: a verdade como sinceridade o faria acreditar no que diz a fonte como se ela fosse uma expressão do que ‘verdadeiramente aconteceu’, como se fosse a verdade dos fatos, o que evidentemente não existe em nenhum tipo de documento.”⁸

Uma vez que escrever cartas não é nenhuma novidade na história da humanidade, nem foi legado ao esquecimento com o advento do e-mail, o que, aliás,

⁷ Idem, pág 8.

⁸ ibidem

ainda continua a ser explorado como forma de comunicação e, conseqüentemente, como fonte histórica, esta *produção do eu* vem acompanhada de um individualismo moderno que, segundo Gomes, torna-se:

“Um processo de mudança social pelo qual uma lógica coletiva, regida pela tradição, deixa de se sobrepor ao indivíduo, que se torna ‘moderno’ justamente quando postula uma identidade singular para si no interior do todo social, afirmando-se como valor distinto e constitutivo deste mesmo todo.”⁹

Não é mais papel do historiador saber o que realmente aconteceu, mas sim interpretar através destas fontes o que poderia ter ocorrido, ao mesmo tempo em que se cruzam informações de outras fontes como forma de garantir tais sinceridades e singularidades, sobretudo, da perspectiva do trabalho interpretativo do historiador.

Em nosso caso, Washington Luis e seus correligionários queriam mostrar as políticas equivocadas e truculentas feitas pelo processo político manipulado por Vargas através de suas sinceridades e singularidades registradas nas cartas e, isso, com o objetivo de exercitarem e ratificarem suas posições e pensamentos entre eles mesmos, como forma de informar e garantir o que achavam de toda a situação vivida por ambos naqueles tempos.

Para exemplificarmos estes conceitos acima, usemos uma correspondência de 1939, onde Roberto Moreira se apresentava, aparentemente, abatido, preocupado com a situação do Brasil e do mundo diante da iminência de uma nova guerra de proporções mundiais. Entretanto, esta carta, como em outras enviadas na véspera da Segunda Guerra Mundial, apresentava um tom mais particular, por conta do agravamento da saúde de sua esposa Dona Marta, vitimada, segundo o que podemos perceber, pelo câncer. O ex-presidente se mostrava empenhado em ajudar o amigo através de palavras de conforto e do envio de remédios e novas pesquisas no tratamento desta doença. Na correspondência Moreira agradecia:

“(...)Volto para Deus o meu espírito, pedindo-lhe

⁹ Ibidem. Esta lógica coletiva é defendida por autores citados pela professora Ângela de Castro Gomes como a representação do próprio individualismo. Em nosso entendimento, esta não necessidade de se usar a lógica coletiva para sua auto-definição vai ao encontro de que o homem moderno busca cada vez mais se diferenciar sem a preocupação de estar de acordo com as regras da tradição, não há a intenção de ser igual aos seus próximos, mas sim, buscar uma identidade singular, uma diferenciação que garanta a sua independência em relação ao todo da sociedade.

*misericórdia e salvação. Mas não encontro nos factos elemento seguro para alicerçar uma esperança. O pessimismo dos médicos é patente, embora a querida enferma apresente melhoras surprehenderes pelos menos para os meus olhos de leigo a quem repugna a admissão da hypothese contraria. Exactamente, quando chegou o colar, que o senhor enviou, operou-se uma dessas melhorias instantâneas no estado da pobre enferma(...)*¹⁰

Estas correspondências não podem ser analisadas somente a partir da figura de um ex-presidente, mas, também, como a de um homem que tinha amigos, era querido e bajulado por muitos, que pertencia a uma classe social da elite política e econômica do país, com suas empresas e negócios no Brasil e, que teve, forçosamente, de deixar uma história de vida e ir para o exílio. Este repertório e contexto são decisivos para a interpretação destas fontes e, isso, não pode ser deixado de lado durante a análise das fontes.

É interessante observarmos que toda esta situação em que se encontrava o ex-presidente é imprescindível na hora em que vamos para as cartas e procuramos interpretá-las, tentando encontrar vestígios que são úteis para a construção dos nossos objetivos e problematizações.

Nesta prerrogativa, não há como não esperar nas cartas de Washington Luis posições apaixonantes sobre o período de seu governo e críticas sobre a postura de Getúlio Vargas. Assim, nesta perspectiva, não temos a intenção de revelar como foi o governo de Vargas a partir das correspondências de seu oponente, mas sim, como estes opositores e, sobretudo, o ex-presidente, via as ações e o papel desempenhado por este governante.

Já sabemos que ocorreram mudanças no governo Vargas, sobretudo, no campo social relacionado aos direitos dos trabalhadores, na centralização do poder e nacionalização da indústria, mas, também, houve permanências como no descumprimento dos direitos políticos e civis que se assiste desde o início da república pelos governos oligárquicos e regionalistas de São Paulo e Minas Gerais.

Isso não seria diferente para aqueles que trabalham com a leitura de cartas íntimas e privadas como forma de estudar o passado. O respeito às historicidades é o ponto crucial para desfrutar deste distanciamento de forma profícua e buscar possíveis sinceridades ou verdades da *produção do eu* ou da *escrita de si*. Para elucidar esta observação, recorreremos mais uma vez ao trabalho de Gomes, que nos

¹⁰ AP 185.03.160

apresenta a idéia de que hoje é uma inovação o estudo de cartas como matéria-prima para o trabalho dos historiadores. Assim escreve:

*“Escrita de si assume a subjetividade de seu autor como dimensão integrante de sua linguagem, construindo sobre ela a ‘sua’ verdade. Ou seja, toda essa documentação de ‘produção do eu’ é entendida como marcada pela busca de um ‘feito de verdade’ – como a literatura tem designado –, que se exprime pela primeira pessoa do singular e que traduz a intenção de revelar as dimensões ‘íntimas e profundas’ do indivíduo que assume sua autoria (...)”.*¹¹

Washington Luís escrevia em suas cartas sobre ele mesmo, sobre o Brasil, sobre o governo e a sua indisposição com Getúlio Vargas. Não escondia sua decepção em ter caído numa armadilha como foi o golpe de 1930. Em nenhum momento Washington Luís, em suas cartas, se arrepende do que havia feito em seu governo. Isso se apresenta como a *sua verdade* que é compartilhada por seus amigos e correligionários.

Outro trabalho que se preocupa com as epístolas como fontes e objetos de estudo, apesar de não ter uma perspectiva historiográfica, mas sim literária, é a obra *Prezado Senhor, Prezada Senhora – Estudos sobre cartas*¹² que nos possibilitou acompanhar inúmeros exemplos de como as correspondências servem para buscarmos informações que perpassam o âmbito do privado e que se refugiam em contextos históricos ou situações do cotidiano de uma sociedade. A riqueza das informações e formas como eram colocadas as frases mostram-nos o interesse, a forma de pensar e acreditar desta *produção do eu* na história.

Nesta obra é interessante observarmos o grande número de missivistas que mostravam seus sentimentos, suas verdades e sinceridades nas cartas, dando a possibilidade de interpretarmos sua situação econômica, seus valores, suas condutas e suas idéias sobre os interlocutores. No capítulo escrito por José de Souza Martins intitulado *As Cartas de Marx*, ele faz uma crítica ao menosprezo com que os editores tiveram com as missivas de Karl Marx, uma vez que elas seriam

¹¹ GOMES, Ângela de Castro (org). Escrita de si, escrita da história. Rio de Janeiro. FGV, 2004. Este trecho foi extraído da introdução Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo, p. 14 e 15.

¹² GALVÃO, Walnice Nogueira. GOTLIB, Nádia Battella. Prezado Senhor, Prezada Senhora – Estudos sobre Cartas, São Paulo, ed. Companhia das Letras, 2000.

“até mesmo mediação essencial para a própria compreensão de sua obra científica”.¹³

Descrevia a postura de pai ciumento e rigoroso com o horário das filhas e com um candidato a namorado de uma delas. Numa das cartas comentadas por Eleanor, uma de suas filhas, ela explicava como o pai lia as missivas enviadas por Engels:

“Uma das primeiras recordações é a da chegada das cartas de Manchester. Os dois se escreviam quase todos os dias e recordo que com frequência o Mouro, como meu pai era chamado em nossa casa, falava com as cartas como se estivesse diante do amigo: ‘Não, as coisas não são assim’, ‘Tens razão’, e assim por diante. Mas lembro, sobretudo, que de vez em quando, lendo as cartas de Engels, ria até as lágrimas.”¹⁴

Estas epístolas citadas nos ensaios organizados por Ângela de Castro Gomes ou por Walnice Nogueira Galvão e, sobretudo, as mantidas no Arquivo Privado Washington Luís, apresentam uma característica definitiva e crítica. Todas elas passam do plano privado para o público, possibilitando uma leitura de informações que eram direcionadas a uma única pessoa, onde estas pessoas que leram as cartas eram as únicas interessadas. Estas cartas não foram escritas para nós, mas possivelmente, eles poderiam ter se preocupado ou se interessado em aguçar nossa curiosidade e interesse por estas informações que possibilitam, como fontes, a construção da história.

Alguns personagens desta história

A intenção deste item é de apenas citar algumas informações sobre os interlocutores mais utilizados neste trabalho. Iniciando pelo ex-presidente.

¹³ MARTINS, José de Souza. As cartas de Marx. IN: GALVÃO, Walnice Nogueira. GOTLIB, Nádya Battella. Prezado Senhor, Prezada Senhora – Estudos sobre Cartas, São Paulo, ed. Companhia das Letras, 2000, pág. 313.

¹⁴ Idem. P'g. 317.

A trajetória política de Washington Luís Pereira de Sousa, natural de Macaé, no Rio de Janeiro, teve início a partir de sua formatura de bacharelado em Direito. Foi vereador eleito por Batatais em 1897 e no ano seguinte se tornou prefeito da mesma cidade. Como membro do PRP foi eleito deputado estadual em 1904, prefeito de São Paulo em 1914, presidente de São Paulo em 1920 e eleito presidente do Brasil em 1926. Como presidente do Brasil ficou conhecido pelas políticas econômicas de incentivo à produção e exportação de café com a política de câmbio elevado e, também, pela construção de estradas como símbolo do desenvolvimento econômico e tecnológico com a estabilização financeira ao quebrar o padrão monetário. Proferiu a famosa frase *“a questão operária é um caso de polícia”*, no momento em que grupos de trabalhadores pediam melhores remunerações e condições no trabalho.

O principal interlocutor de Washington Luís neste trabalho foi o advogado, jornalista, poeta e político paulista Roberto dos Santos Moreira¹⁵, membro também do Partido Republicano Paulista (PRP), nascido no município de Casa Branca, São Paulo, em 1887. Com experiência em redação de jornais como *O São Paulo* em 1905, formado em Direito em 1911, eleito deputado estadual por São Paulo em 1922, chefe de polícia do governo paulista de Carlos de Campos em 1925. Moreira tornou-se deputado federal em 1927, porém quando ocorreu o golpe de 1930 foi exilado na Europa, só retornando em 1931. Teve participação efetiva na Revolução Constitucionalista de 1932 na função de auditor de guerra no quartel-general do coronel Euclides Figueiredo e retornou à Câmara Federal em 1935, permanecendo até 1937 quando ocorreu o golpe do Estado Novo.

Possivelmente, a aproximação do advogado Roberto Moreira com Washington Luís, se deu com a chegada à Assembléia Legislativa de São Paulo em 1922, momento em que Washington Luís assumia o governo de São Paulo. A amizade fora reforçada durante o pequeno exílio que teve na Europa no final de 1930 e início de 1931 conforme atestam as correspondências que ele trocou com o ex-presidente a partir de novembro daquele mesmo ano, onde citava os momentos passados juntos, as conversas e os passeios por cidades francesas.

O gaúcho Getúlio Dornelles Vargas, nascido em São Borja, na região da Campanha, protagonista do processo de exílio de Washington Luís dispensa

¹⁵ As informações sobre Roberto Moreira foram encontradas no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro 1930-1983, sob a coordenação de Israel Bloch e Alzira Alves de Abreu da equipe do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, ed. Forense-Universitária: FGV/CPDOC, 3º volume, 1984.

informações sobre a sua conduta política. Entretanto, façamos uma pequena retrospectiva em sua carreira. Ele foi promotor público, teve carreira política iniciada já na faculdade de Direito, com a formação do grupo denominado de “jovens turcos”¹⁶ que questionavam, apesar de serem membros do Partido Republicano Riograndense (PRR), algumas decisões e intervenções políticas dos líderes mais tradicionais, entre eles, o governador Borges de Medeiros que, futuramente, se tornou padrinho político de Vargas.

Porém, mesmo com as críticas ao governador Medeiros, este levou Vargas à presidência da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul e, posteriormente, à liderança da bancada gaúcha na Câmara Federal no Rio de Janeiro, que o projetou a nível nacional.

Outro ex-ministro de Washington Luis foi o baiano Octavio Mangabeira. Convidado para ser ministro das Relações Internacionais ficou no cargo de novembro de 1926 até o golpe em 24 de outubro de 1930. Formado em engenharia civil, começou sua carreira como professor, foi eleito vereador em 1908, deputado federal em 1912, aos vinte e cinco anos, ficando por quinze anos no cargo para daí assumir o ministério. Em 1930 foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, mas foi exilado e não pôde assumir. Ele havia sido preso em 1938 e, depois, saiu do Brasil rumo à França. Mangabeira continuou a se comunicar com Washington Luis quando ambos estavam na Europa. Voltou para o Brasil após a queda de Getúlio Vargas e foi eleito, novamente, deputado federal. Em 1958 foi eleito senador da república, vindo a falecer durante o mandato.

¹⁶APUD - Os “jovens turcos” eram um grupo de estudantes de Direito ligados ao PRR, mas que queriam renovar as bases e a forma de se fazer política. Eram pertencentes a elite política do Rio grande do Sul, mas faziam críticas aos seus grandes líderes, entre eles, o próprio presidente do estado, o Sr. Borges de Medeiros. Esta informação foi retirada da obra “Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista” de Vavy Pacheco Borges.

Comitiva de Getúlio Vargas (ao centro) fotografada por Claro Jansson durante sua passagem por Itararé, em São Paulo, a caminho do Rio de Janeiro após a finalização do golpe de Estado de 1930 na capital federal. Como vemos na fotografia e como diria Barbosa Lima Sobrinho esta Aliança era um verdadeiro *"balaio de gatos"*.

Capítulo I

Poder e exílio: da presença à ausência

O Estado como fronteira para o exílio

A definição etimológica do conceito de Estado tem origem no latim *status*, que quer dizer *manter-se em pé, sustentar-se*. Esta entidade é formada por várias instituições, com inúmeras funções políticas e sociais e com duas características estruturantes que, segundo Max Weber, seriam a administração dos serviços públicos e o monopólio da violência¹⁷.

Vários teóricos defenderam o Estado como entidade indispensável para a organização da sociedade, como foi o caso do teórico absolutista do século XVII, Thomas Hobbes, ao dizer que esta entidade seria a forma de controlar o egoísmo e os impulsos naturais e por onde a sociedade deveria renunciar aos seus direitos para ter a garantia da defesa à vida, assegurada pelo soberano, governante que só teria responsabilidade sobre a vida e a morte de seus súditos. Hobbes condicionava o Estado como responsável por garantir a existência da sociedade, garantindo a vida em sociedade a despeito da luta:

“Quando se faz um pacto que ninguém cumpre a sua parte, e uns confiam nos outros, na condição de simples natureza (que é uma condição de guerra de todos os homens contra todos os homens), a menor suspeita razoável torna nulo este pacto. Mas se houver um poder comum situado acima dos contratantes, com direito e força suficiente para impor seu cumprimento, ele não é nulo.”¹⁸

Essa natureza humana para o autor era conflituosa e irresponsável pelos seus atos que levariam a uma situação caótica e insuportável das relações entre os homens, mas com o Estado, a presença do grande *Leviatã como responsável pelo bem comum*, era possível existir a garantia do convívio em sociedade.

¹⁷ WEBER, Max. Estudos de Sociologia. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1974.

¹⁸ HOBBS, Thomas. O Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado Eclesiástico e civil. São Paulo, ed. Nova Cultural, Coleção Os Pensadores, 1997, pág. 117.

Já, um outro autor associava a origem do Estado ao desenvolvimento e a transformação complexa das sociedades primitivas em sociedades não-familiares que seriam, mais tarde, as civilizações. Engels escrevia que esta entidade destinava-se a defender os interesses de grupos que representavam o Estado. Esta entidade, segundo ele, foi a origem das civilizações que iniciaram as desigualdades sociais sob a condição de defender grupos e classes específicas dentro destas sociedades.

“Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida.”¹⁹

Nesta perspectiva enxerga-se que o contexto da formação do Estado autoritário varguista sustentava uma permanência na exploração dos trabalhadores com outros meios, advindos de uma política social que beneficiaria, em partes, estas classes, mas, subjugava-as no âmbito da representatividade dos interesses de todos os trabalhadores, sobretudo, do campo, onde estes direitos sociais não foram estendidos.

A garantia dos direitos humanos está sob a obrigação do Estado, uma entidade responsável por defender a soberania territorial e a sociedade constituída, seja na perspectiva cultural como, também, política e econômica. O princípio da cidadania, originado na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão idealizado durante a Revolução Francesa, no século XVIII, obteve uma ampliação com relação ao axioma das igualdades jurídicas quando se disseminou por países ocidentais, sobretudo, sul-americanos no século XIX, a intenção e a ação de lutar pela justiça e igualdade dos direitos das classes sociais que desejavam ser assistidas por este Estado.

Estes direitos garantidos foram contemplados também no Brasil pela Constituição de 1891, durante a Primeira República e, posteriormente, pela Constituição de 1934, onde os direitos sociais foram determinantes para o projeto do governo. Porém, a garantia destes direitos na Constituição de 1934, em plena liberdade institucionalizada, não significava a sua função na práxis, mas sim, na

¹⁹ ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Rio de Janeiro, ed. Civilização Brasileira, 1981, pág. 193.

condição da superestrutura, de onde surgia um processo que obliterava o papel das classes trabalhadoras na participação do desenvolvimento industrial e capitalista, ocasionando o agravamento das diferenças e desigualdades e do distanciamento do campo das decisões políticas que caminharam com êxito até os nossos dias, com suas disparidades com relação ao compromisso do Estado na garantia destes direitos e da responsabilidade sobre as classes menos favorecidas.

O exílio é um conceito atrelado ao Estado, pois ele é definido a partir da restrição territorial e fronteiriça que descaracteriza o indivíduo ou grupo da função social e do papel de cidadão quando ele é proibido de continuar a viver no lugar de onde se originou. É, politicamente, como o *não-exercício* da cidadania que deveria ser garantido pelo Estado

Esta *não-garantia* é, também, papel fundamental do Estado que nega a locomoção e a entrada de alguém ou algum grupo que pertenceria aquele território. Ser um exilado é estar ausente de seu país de origem por motivos políticos, culturais ou econômicos. A garantia de entrada e de saída do país de origem remete-se a condição política em que o país atravessa. Estar ausente ou presente é definido pelo poder exercido de um grupo ideológico que justifica, social e politicamente, a condição de cidadania deste cidadão.

Em nosso estudo, o ex-presidente Washington Luís, mesmo fazendo parte da elite política e econômica do país com garantias da representatividade do Estado, não teve alternativa e ficou exilado por dezessete anos sem exercer sua cidadania, vivendo como o *alter*, o diferente, o estrangeiro, com o sentimento de isolamento que foi muito bem traduzido por Edward Said:

“ele é uma fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal, entre o eu e o seu verdadeiro lar: sua tristeza essencial jamais pode ser superada”²⁰.

O exilado não pode retornar para o seu país como os expatriados, que saem por opção política, econômica ou social. O exílio, como ficou caracterizado pelos gregos antigos na votação do ostracismo, é a condição de estar excluído, distante, fora das decisões políticas do lugar de onde vivia.

²⁰ SAID, Edward. Reflexões sobre o exílio e outros ensaios. Tradução: Pedro Maia Soares, São Paulo, Companhia das Letras, 2003, pág. 46.

Esta situação ocorrida pelo golpe de 1930 e reforçada pelo golpe de 1937 ocorreu, teoricamente, por conta da necessidade dos políticos da Aliança Liberal em desarticular a estrutura de poder estabelecida pela oligarquia cafeeira e regionalista constituída a partir de 1894 e realizar um novo projeto para o país com o intuito de consolidar o capitalismo industrial.

Não é difícil de imaginar que os exilados oposicionistas de Vargas e, entre eles, Washington Luís, foram destituídos do poder por membros da mesma classe social que objetivavam mudar o conteúdo do desenvolvimento mantendo a forma autoritária do Estado e a não-garantia de direitos civis e políticos.

Partindo deste pressuposto, em outubro de 1930, não houve uma *revolução*, mas sim uma troca no poder de grupos de uma mesma classe dominante, que ora discursavam sobre a *revolução* e ora sobre a *contra-revolução* que queriam garantir que se tornassem verdades incontestáveis. Portanto, podemos considerar o movimento que Washington Luís chamava de *outubrismo*, não como articulador de uma *revolução*, mas sim, como articulador de um Golpe de Estado, que podemos definir a partir da origem francesa de *coup d'Etat*, originado no golpe dado por Napoleão Bonaparte em 18 Brumário, onde houve a alternância de grupos dominantes no poder com a ajuda de exércitos, mantendo o *status quo*.

Considerado na temporalidade da curta duração, o Golpe de Estado é forjado pelo emprego da violência e, sua continuidade, se projeta como um regime de Ditadura, desarticulando a oposição e a cultura política democrática. Forja-se uma *revolução*, mas o que está em jogo é o controle do Estado e o golpe é a ferramenta necessária para garantir esta conquista.

Para exemplificar, teoricamente, o que ocorria no Brasil na primeira metade do século XX, Florestan Fernandes explica que:

“A época das revoluções burguesas já passou; os países capitalistas da periferia assistem a uma falsa repetição da história: as revoluções burguesas em atraso constituem processos estritamente estruturais, alimentados pela energia dos países capitalistas centrais e pelo egoísmo autodefensivo das burguesias periféricas.”²¹

O governo de Vargas deixava evidente que o seu projeto visava um

²¹ FERNANDES, Florestan. O que é revolução? Coleção: Primeiros Passos, São Paulo, ed. Brasiliense, pág. 14 e 15, 1981, pág. 14.

desenvolvimento capitalista com um discurso populista de independência dos mercados internacionais, porém, o Brasil era a periferia do capitalismo e teria que se submeter aos interesses daqueles que tinham feito as revoluções burguesas e a implantação da produção industrial em larga escala, sem chances de competição para estes países periféricos como o Brasil.

Fazia parte, também, do projeto de governo de Vargas, a desarticulação das milícias regionais, entre elas, os cangaceiros e os grupos controlados pelos *coronéis*, pois esta estrutura impediria de garantir sustentação política para as realizações propostas. Em nossa concepção, apenas com um Estado forte, no sentido de ser centralizador e autoritário, poderiam ocorrer tais mudanças.

Nesta etapa de desenvolvimento do projeto de governo, havia uma projeção grande da ausência dos direitos, aonde o direito de ir e vir não era respeitado. Esta representação, como diz Immanuel Wallerstein, era a garantia da inclusão por exclusão. Ele comenta:

“A cidadania foi inventada como um conceito de inclusão do povo nos processos políticos. Mas aquilo que inclui também exclui. A cidadania confere privilégios, e os privilégios são protegidos quando não incluem todos”. (...) Estados fortes são sua garantia (dos capitalistas), seu sangue e o elemento crucial na criação de seus grandes lucros.”²²

Um Estado forte e com apoio popular era, sem dúvida, a principal fundação para a desarticulação política que Vargas enxergava como imprescindível para a garantia de seu projeto de desenvolvimento econômico.

Vargas era crítico da dependência dos produtos industriais dos países ricos e acenava para um processo rápido de desenvolvimento econômico. Washington Luís sinalizava que Vargas queria continuar o seu governo na medida em que seguia, no plano econômico, as decisões que foram implantadas pelo ex-presidente.

Numa carta de 8 de dezembro de 1932 Washington Luís descrevia a situação

²² WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. Utopística – As decisões históricas do século 21. São Paulo, ed. Vozes, 2003. A cidadania, essa criação grega que fora muito debatido durante o advento da Revolução Francesa, no século XVIII, sob a égide teórica dos intelectuais iluministas, garantiu através da “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” as principais diretrizes para o que chamamos hoje de direitos humanos, sobretudo, no mundo ocidental, influenciado pelas posições burguesas na França e pelo Estado que seria o órgão de legitimação para o seu funcionamento. O sociólogo norte-americano, nascido em 1930, é um pensador contemporâneo que analisa, na contramão do neoliberalismo, o papel do Estado como fundamental para a garantia dos interesses dos trabalhadores, mas, sobretudo, dos capitalistas, pois o seu papel é predominante para as resoluções dentro do Sistema Internacional, onde se realizam as transações econômicas e germinam os vieses das globalizações.

do Brasil no campo econômico e político:

“A dívida externa não está sendo paga e a situação econômica esta um caos, pois a ditadura não se cansa de golpear a riqueza paulista. Os operários fazem greve, a polícia apóia, no seio do capitalismo isso é desastrozo. Taxa de 2% ao ano para o Porto de Santos? Um crime! Ele copia o que foi feito em meu governo(...) Tito (Ataliba Leonel) e Mario (Arthur Bernardes Filho) foram expatriados para Lisboa e Trajano (Borges de Medeiros) foi enviado para a ilha do Rijo.”²³

Segundo o ex-presidente, com o aumento ao cerco da “*dictadura*”, os seus correligionários estavam fadados a verem seus direitos obliterados, uma vez que o exercício da cidadania estava barrado para os adversários políticos de Vargas. Este agravamento dos desrespeitos aos direitos era uma de que a crise econômica ainda era um dos principais empecilhos ao crescimento que o governo pretendia alcançar nos anos iniciais.

Diante da teorização sobre os conceitos pertinentes ao desenvolvimento deste trabalho, o próprio conceito de direitos humanos ainda não, satisfatoriamente, exemplificado e traduzido. Estes direitos humanos podem assegurar um conjunto de direitos e deveres que garantem a função de cidadania.

O conceito de cidadania composto, principalmente, de direitos civis, políticos e sociais, tem origem latina na palavra *civitas*, que significa cidade e que era a expressão usada pelos romanos para indicar a posição política e os direitos de uma pessoa que, no caso específico deles, estava entre a classe dos nobres patrícios.

Segundo Dallari:

“A cidadania é um conjunto de direitos que dá a pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social ou da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social.”²⁴

Este conceito de cidadania incorpora estas três categorias de direitos: o

²³ AP 185.03.116. Mais à frente, explicaremos o que são os nomes vinculados aos políticos e amigos de Washington Luis nas cartas. Todavia, isso ocorreria por desrespeito aos direitos políticos e, sobretudo, os civis a partir de 1931.

²⁴ DALLARI, Dalmo. Direitos Humanos e Cidadania. São Paulo, ed. Moderna, pág. 14. 1999.

Direito CIVIL (direito à liberdade individual, direito à livre-expressão, à propriedade privada etc), **Direito POLÍTICO** (direito à participação em eleições com o voto, direito a ser candidato, a participar de um partido político etc.) e o **Direito SOCIAL** (direito à educação, ao emprego, saúde, aposentadoria etc.).

Esta classificação utilizada por nós sobre os direitos foi retirada dos escritos do sociólogo inglês Theodoro A. Marshall que, no início do século XX, apresentou em sua obra *Cidadania, Status e Classes Sociais*, textos sobre palestras e conferências dadas por ele em universidades da Europa e EUA a respeito de um modelo britânico da ordem dos direitos, categorizando-os sob uma lógica de fenômenos sociais e de cronologia histórica que marcaram estes direitos em: Direitos Civis no século XVIII; Direitos Políticos no século XIX e Direitos Sociais no século XX²⁵.

Porém, este modelo inglês a partir da interpretação de Marshall, como ele mesmo disse, não é único, uma vez que os fenômenos históricos e seus agentes sociais variam na forma e no conteúdo, nos diversos países e territórios. Assim, a ordem que é usada para o modelo inglês não é, necessariamente, usada para outros países, mas o seu mapeamento dos direitos é fundamental para podermos entender o processo de conquistas e mudanças numa sociedade.

Nas correspondências de Washington Luís não se vê apenas as projeções de um ex-presidente, mas, também, a de um homem que teve seus direitos civis e políticos obliterados. Ele foi obrigado a deixar parentes e amigos e isso é um incômodo mesmo para quem estava tão bem instalado na França e pertencia a elite de seu país. Com relação a estas consequências do exílio, insistimos com Edward Said:

“o exílio é perda irrecuperável e a saudade condição precípua de um estado de espírito que altera o modo de ver e de sentir sobre o lugar perdido”.

Roberto Moreira, o principal interlocutor de Washington Luís neste trabalho, também não via com bons olhos o futuro do país, mostrava-se pessimista com o

²⁵ O professor Marshall, primeiro a assumir a cadeira de Sociologia na Universidade de Cambridge onde ficou por trinta anos, na Inglaterra, reuniu seus ensaios para a publicação desta obra, cuja proposta era discutir o processo de mudança social e as suas consequências, especialmente em relação às instituições e valores políticos.

direcionamento que políticos paulistas estavam tomando por conta das pressões e interesses que pertenciam ao conjunto de manobras do governo. Ele alertava:

“São evidentes os sinaes de desagregação do Brasil. A situação é caótica e o paiz esta fadado ao fracasso. Estes homens são traidores, inexperientes e ignorantes.”²⁶

Pelas correspondências pode-se observar o quanto suas projeções estavam envoltas às questões políticas e as decisões do governo. Entretanto, estes assuntos estavam sempre atrelados à preocupação sobre o que se passava no Brasil com relação à perseguição e as garantias dos direitos humanos.

A condição que este Estado dava à demanda dos direitos humanos refletia a sua postura autoritária. Segundo Norberto Bobbio, as garantias internas dos respeitos a estes direitos são condições *sine qua non* para a internacionalização da paz. Na introdução de sua obra ele explicava:

“Direitos do homem, democracia e paz são três momentos necessários do mesmo movimento histórico: sem direitos do homem reconhecidos e protegidos não há democracia; sem democracia não existem as condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos.”²⁷

Diante da condição de que o Estado deve garantir políticas de proteção aos direitos, mas, também, ao contrário, punir a sua sociedade ou parte dela com a ausência deles, pode se considerar necessário fazer um pequeno percurso pelo processo de construção dos direitos humanos no Brasil.

Uma trajetória dos direitos no Brasil

Esta história do Brasil teve início com o batismo das *terras brasílis* pelos colonizadores portugueses. Durante a colonização, a escravidão escancarava a condição de não-direitos na sociedade em que se formava. Homens e mulheres,

²⁶ AP 185.03.112.

²⁷ BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Rio de Janeiro, ed. Campos, tradução de Carlos Nelson Coutinho, 2004, pág. 21.

maioria absoluta da população, construíram o Estado brasileiro sem nem, sequer, ter o direito de ir e vir, ou seja, o axioma do direito civil: a liberdade individual.

A escravidão era uma moeda de troca e a sua exploração e tráfico, o lucro. Não havia a possibilidade de termos a ação de cidadania ou sua conscientização num momento em que a maioria da população era estrangeira, sem vínculos de territorialidade e de cumplicidade identitária. A cultura não tinha o papel de fazer a organização política, uma vez que os grupos eram bem adversos à unicidade de ritos e costumes e, a idéia de nação, inexistia nos rincões do país. A situação se agravava no sentido de que haveria, pela frente, mais de trezentos anos de colonização com a escravidão de índios e negros dos mais diversos lugares e etnias.

Num dos momentos iniciais desta história, um dos primeiros homens a lutar pelos direitos de índios e negros no Brasil foi o padre Antonio Vieira, que denunciava a situação e a atitude dos portugueses para com estes povos, muitos já nascidos no território e, portanto, os primeiros brasileiros:

“Porque não só eram pecados dos Portugueses as guerras injustas, os roubos, os incêndios, as mortes e os cativos com que tiranizavam os gentios do sertão; nem só eram, outrossim, pecados dos Portugueses as torpezas, os adultérios, os estupros, as forças, as violências, os escândalos, as impiedades com que tratavam aos índios livres e cristãos das aldeias, tomando-lhes suas mulheres e filhas, servindo-se deles, de seus filhos e delas, sem lhes pagarem seu serviço, e testando deles e deixando-os a seus herdeiros, como se fossem seus escravos...”²⁸

No Brasil, politicamente independente a partir de 1822, surgiram, em primeiro lugar e ao contrário do modelo inglês citado por Marshall, os direitos políticos. A emancipação brasileira ocorreu sem guerras e sem a participação popular. Dom Pedro I, contrariado pelos constituintes e entre eles os irmãos Andradas, outorgou a Constituição com um grupo de notáveis selecionados por ele mesmo em 25 de março de 1824.

Esta Constituição, considerada liberal por conta das referências da época, deu o direito ao voto homens maiores de 25 anos e, em muitos casos, até de 21 anos, dependendo da região e da situação financeira do indivíduo. A renda mínima para estes homens votarem era de 100 mil-réis e de 200 mil-réis para os chamados eleitores, uma espécie de categoria superior aos votantes. Este voto era chamado de

²⁸ VIEIRA. Padre Antonio. Obras escolhidas – obras várias. “Em defesa dos índios”. Ed. Cit.,v. III, p. 279.

censitário, o que muitos alegariam o pequeno número de votantes e eleitores no país recentemente emancipado. Porém, segundo José Murilo de Carvalho, o voto censitário não era o principal impeditivo do cumprimento deste direito político.²⁹

Como havíamos comentado, esta Constituição tinha ares liberais para os moldes da época (apesar da herança absolutista com o Poder Moderador), pois os analfabetos votavam e eles eram maioria, e uma das razões deste grande número de analfabetos é que havia os iletrados em todas as camadas da sociedade, sobretudo, os fazendeiros.

Nas eleições de 1872 cerca de um milhão de pessoas votaram, ou seja, 13% da população tinham o direito político. Entretanto, por trás deste direito, havia as lideranças regionais, os herdeiros dos *homens bons* e suas Câmaras Municipais, os coronéis do legado da Guarda Nacional e os *barões do café*, que mantiveram uma estrutura de poder regional que levou ao patrulhamento dos direitos civis e políticos através de um sistema paternalista e privativo das funções e garantias do Estado. Esta entidade no Brasil não tinha uma representatividade nacional, cobrindo grande parte do seu território, mas, sim, desestruturado por grupos regionais que manipulavam as eleições, as leis e a economia.

Segundo a Constituição de 1824 o direito de ir e vir era garantido pela lei, como também a proibição da violação de correspondências. Estas marcas seguiram nas outras constituições, porém, de acordo com a necessidade dos governos, elas eram desrespeitadas, como foi o caso das correspondências lidas.

Ao mesmo tempo, não podemos acreditar que, durante estes séculos de história, estas classes exploradas e dominadas por uma estrutura regional de poder fossem completamente desprovidas de consciência política e organização para reivindicar seus direitos.

Movimentos de revolta pululavam aqui e ali em busca de mudanças e de efetivação destes direitos. Líderes da Confederação de 1824 queriam separação do governo autoritário, abolicionistas queriam garantir o fim da escravidão, os sertanejos queriam viver livremente em seu arraial de Canudos e os escravos, voluntários ou não, queriam vencer além de Solano Lopez a opressão do governo brasileiro e a sua indiferença para com os seus direitos de heróis nacionais.

É possível que no período da Guerra do Paraguai, final do século XIX, tenha surgido uma mentalidade patriótica que ultrapassasse as barreiras dos mandos e

²⁹ CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil – O longo caminho. 7ª ed. Civilização Brasileira, 2005.

desmandos regionais e prenunciasse a formação de uma atitude e um sentimento nacionalista que, possível e posteriormente, seria fundamental para a garantia da idéia de unificação política com a criação de uma identidade nacional. Na verdade, [é como diria o líder da unificação, Massimo D’Azeglio: *“Feita a Itália, é preciso fazer os italianos.”*

Em 1870, a elite rural do Brasil fundava o Partido Republicano com o objetivo de substituir o regime monárquico e lançar os ideais revolucionários da França de 1789. Os direitos civis são exaltados e os direitos políticos são reduzidos pelo golpe de Estado de 1889, realizado pelos militares que se acostumariam a participar das incursões político-militares no âmbito do governo federal, mas, que, seria um movimento que contemplaria muito mais o conservadorismo do que a evolução social. Houve mudanças no âmbito dos direitos civis e político. A república ascendeu, os militares governaram, uma nova Constituição foi preparada, o voto dos analfabetos não existia mais e os direitos políticos eram reconhecidos por uma menor fatia da população se compararmos aos números de eleitores do Segundo Reinado. Um exemplo foi a eleição presidencial de 1894, onde Prudente de Moraes, obteve apenas 7.857 votos para ser eleito, o que equivale a 1,3% da população.

Neste Brasil república, os governos civis, a partir de 1894, marcaram a Política do Café-com-Leite, garantia de poder às oligarquias de São Paulo e Minas Gerais. O *coronelismo*³⁰ se estendeu e as eleições à *bico de pena* foram à regra e não a exceção, pois eram manipuladas por líderes regionais. A continuidade dos *cabalistas*³¹ para arregimentarem e comprovarem a renda dos votantes, os fósforos que burlavam as mesas eleitorais para conseguirem mais votos, os capoeiras ou capangas eleitorais para coagir os adversários através da violência física e ameaças, estavam na ordem do dia e eram os principais personagens dos escrutínios republicanos realizados dentro das igrejas.

Naquele momento, o voto virou mercadoria de troca que os votantes e eleitores souberam, muito bem, barganhar e obter algum lucro com eles. Muitos direitos promulgados pela Constituição de 1891 haviam retrocedido, como a não obrigatoriedade do Estado em garantir a educação primária e a não intervenção do governo federal nas relações de trabalho. Um direito social que, além de não ter sido

³⁰ *Coronelismo* era uma ação dos fazendeiros influentes de cada região, onde conhecidos e ricos eram responsáveis por coagir os eleitores e votantes, uma vez que a grande maioria era dependente dos seus “favores” e oportunidades de trabalho.

³¹ *Cabalistas* eram os funcionários destes “coronéis” que arregimentavam as multidões de funcionários e moradores da região para se tornarem “voluntários” eleitores e votantes para o candidato destes fazendeiros.

seguido à risca, na prática, foi deixado de lado pelos governos que se sucederam no *Café-com-Leite*.

Na década de 1920 houve duas mudanças que, de muito longe, pareciam contemplar os direitos. Eram elas a criação do Conselho Nacional do Trabalho de 1923 e a regulação do direito de férias de 1926. Ambos eram direitos sociais constituídos no governo federal de Washington Luís que queria deixar bem claro que as mudanças sociais propostas por Getúlio Vargas já haviam se iniciado em seu governo. Apesar de tom polêmico defendido em seu governo, Washington Luis reconhecia que os direitos trabalhistas eram conquistas de todos.

A Constituição de 1891 e o Brasil da década de 20 ao golpe de 1930

A diferença entre ter os direitos contemplados na Constituição 1891 e a política desempenhada pelo Estado para proteger o cidadão brasileiro estava, na prática, distanciando-se, cada vez mais, na década de 1920, por conta do vultoso lucro das exportações do café com o positivo cenário internacional e das disparidades sociais decorrentes da falta de políticas públicas destes governos.

Somando-se a isso, como vimos na trajetória dos direitos no Brasil, a eleição era um ato fraudulento notório à sociedade, fazendo com que grande parte da população estivesse desacreditada e desacreditando nestes governos da República do *Café-com-leite*. Mas, de acordo com a lei e questionando a função social destes direitos, quem era este cidadão brasileiro na década de 20, no auge da exportação do café e das revoltas tenentistas contra os governos oligárquicos?

Segundo a Constituição de 1891, no título IV *Dos Cidadãos Brasileiros*, seção I *Das Qualidades do Cidadão Brasileiro*, art. 69 *São cidadãos brasileiros*, era:

“1º) os nascidos no Brasil, ainda que de pai estrangeiro, não, residindo estes a serviço da nação;

2º) os filhos de pai brasileiro e os legítimos de mãe brasileira, nascidos em país estrangeiro, se estabelecerem domicílio na república;

4º) os estrangeiros, que achando-se no Brasil aos 15 de novembro de 1889, não declararem, dentro em seis meses

*depois de entrar em vigor a Constituição, o ânimo de conservar a nacionalidade de origem.*³²

A Constituição deixava claro o interesse de acomodar não só as famílias genuinamente brasileiras, mas muitos estrangeiros e imigrantes que foram responsáveis pelo desenvolvimento agrícola do país. A economia agro-exportadora se tornou a principal fonte de renda no país e a mão-de-obra especializada era advinda destes imigrantes em grande parte. A economia atravessa momentos áureos como escreveria Caio Prado Júnior:

“A larga expansão das forças produtivas e o progresso material a que assistimos nos últimos decênios do Império ainda se ativarão mais com o advento da República. Os anos que se seguem e o primeiro decênio do século atual assinalam o apogeu desta economia voltada para a produção extensiva e em larga escala, de matérias-primas e gêneros tropicais destinados à exportação, e que vimos em pleno crescimento no período anterior. Em nenhum momento ou fase do passado o país tivera diante de si, neste sentido, perspectivas mais amplas. Para isto concorreram ao mesmo tempo, estimulando-se reciprocamente, fatores externos e internos. Entre aqueles encontramos o grande incremento adquirido pelo comércio internacional; era o fruto do considerável desenvolvimento da população européia e norte-americana em particular, da ascensão do seu nível de vida, da industrialização, e finalmente, do aperfeiçoamento técnico, tanto material – os sistemas de transporte – como da organização do tráfico mercantil e financeiro. E tudo isto condicionado e estimulado pelo amplo liberalismo econômico que proporcionava a todos os países e povos da terra uma igual e eqüitativa oportunidade comercial. Como resultado disto, alargavam-se os mercados para as matérias-primas e gêneros alimentares tropicais de países como o Brasil.

*A conjuntura interna, igualmente favorável, completará este quadro para oferecer ao país um máximo de possibilidade no terreno econômico. A solução do problema da mão-de-obra, a grande questão do passado, fora completa: de um lado pela abolição da escravidão se removera o obstáculo oposto ao desenvolvimento do trabalho livre; doutro, pela imigração subvencionada e contando com o superpovoamento de várias regiões da Europa, se conseguira canalizar para o Brasil uma forte e regular corrente de trabalhadores.*³³

Entretanto, a economia passando por um momento de desenvolvimento e partilha dentro do mercado internacional não atingia a totalidade da sociedade, nem mesmo nas capitais de São Paulo e Rio e Janeiro que apresentavam contrastes

³² Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de Fevereiro de 1891) IN: www.planalto.gov.br/ccivil_3/Constituição/Constituição91.htm

³³ PRADO JR. Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1959, pág. 207.

evidentes da desigualdade. Esta riqueza produzida era restrita à oligarquia cafeeira e seus agregados econômicos.

Mas, como poderiam mudar a situação com processos eletivos fraudados? Quem votava no Brasil destes tempos?

No art. 70 – “São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei”, os que não podiam votar eram:

“Parágrafo 1º - não podem alistar-se eleitores para as eleições federais ou as dos Estados:

1º)os mendigos

2º)os analfabetos

3º)as praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior.

4º)os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade individual.”³⁴

Portanto, a situação era complicada pelo grande número de mendigos no Brasil do início do século XX. A não participação dos praças e dos clérigos aumentava esta lista dos não-eleitores. Veremos mais a frente que mesmo fraudada e violenta as eleições no país, o pequeno número de votantes e eleitores era facilitador deste controle regional das oligarquias.

No art. 71 – *Os direitos de cidadão brasileiro só se suspendem ou perdem nos casos aqui particularizados*, é garantido que:

“Parágrafo 1º - Suspendem-se:

1º)por incapacidade física ou moral;

2º)por condenação criminal, enquanto durarem os seus efeitos.

Parágrafo 2º - Perdem-se:

1º)por naturalização em país estrangeiro;

2º)por aceitação de emprego ou pensão de Governo estrangeiro, sem licença do Poder Executivo federal.”³⁵

Desta perspectiva, é possível acreditar que entre os reais interesses tanto do ex-presidente Washington Luis no final da década de 1920, momento de crise do café advinda da superprodução e da desestruturação que desencadearia o *crash* da

³⁴ Idem

³⁵ Ibidem.

Bolsa de Nova Iorque, quanto de Getúlio Vargas na década de 1930, apresentavam-se objetivos de, respectivamente, manter a condição econômica e consolidar o capitalismo industrial como caminho para o desenvolvimento, do agro-exportador ao industrial, deixando em segundo plano a revitalização, inclusão e as reabilitações dos grupos, comunidades e classes sociais que estavam no limbo da sociedade.

O próprio governo federal de Washington Luís visava um desenvolvimento de acordo com a realidade e objetivos dos grupos que teriam condições de acompanhar tal empreitada, ou seja, o seu grupo das oligarquias, pois estes tinham crédito, nome e sobrenome e, sobretudo, investimento. As rodovias federais foram o mote das campanhas de Washington Luís durante a sua estada no Palácio do Catete.

Washington Luís é representado neste trabalho como *ex-presidente*, simplesmente, por conta do período recortado para o estudo das cartas. Pela sua condição de exilado como um ex-presidente. Aparentemente, um homem que saia do cargo sem se dar conta de que aquilo estava, realmente, acontecendo e, principalmente, que teria o resultado que teve é surpreendente, mas inteligível, ao se pensar que foram décadas de controle destas oligarquias sobre a política e a economia do país, o que dava margem para que ele não acreditasse na evolução golpista da Aliança Liberal liderada por Getúlio Vargas que, também, era membro destes grupos de oligarcas. Essa crença, muitas vezes mórbida, o havia cegado, sua posição o havia remediado e reafirmava a fama de teimoso, mostrando o quanto ele tinha certeza de que o movimento *outubrista* não chegaria às portas do Palácio do Catete.

Mas, nem tudo era positivo para estes presidentes representantes das oligarquias da Primeira República, pois, na passagem do governo federal de Arthur Bernardes para Washington Luís houve uma situação muito delicada, onde Washington Luís herdou uma crise política e econômica do governo Arthur Bernardes, como resultado de quatro anos de governo de Bernardes serem três quartos dele sob estado de sítio. Estas dificuldades se intensificaram nos anos do governo de Washington Luís quando a crise do café se iniciou em 1929, com a quebra da Bolsa de Nova Iorque. As medidas polêmicas e recessivas foram enervando os ânimos de vários setores da sociedade brasileira, o que foram acompanhadas pelo já desgastado ritmo de conservadorismo regionalista sobre as decisões políticas realizadas pelas oligarquias paulista e mineira. Washington Luís assumiu o governo em 15 de novembro de 1926, com uma larga vantagem em

relação ao seu oponente Assis Brasil. Foram 688.528 votos contra 1.116 de Assis Brasil. O vice-presidente eleito foi Fernando de Melo Viana, de Minas Gerais, com 685.754 sufrágios contados após três meses de sua realização contra 1.122 de Barbosa Lima.³⁶ Percebe-se que o presidente e vice-presidente eram eleitos separadamente, mas, mesmo assim, os eleitos neste escrutínio eram compostos pela oligarquia que garantia a tradição política vigente.

Em seu governo, Washington Luis, lançava mão de artifícios para melhorar a economia e disparava frases famosas e de efeito como *“governar é abrir estradas”*, com a nítida intenção de que ali estaria o progresso do país e o seu desenvolvimento rumo ao preceito capitalista que consolidou a economia dos países ricos da Europa e EUA. Talvez possamos arriscar que Washington Luís já estava se preparando para modernizar as estruturas econômicas com o intuito de consolidar o sistema capitalista. Entre as suas medidas aparecia a criação da Caixa de Estabilização que reordenava a política fiscal e o adiantamento de capital aos agraristas e industrialistas, permitindo ao Estado regimentar poupança com a venda de títulos da dívida pública.

A proposta de Washington Luís era de que a moeda brasileira tivesse estabilidade a partir da sua conversão em ouro e, isso, era condição indispensável, segundo ele, para promover o desenvolvimento da nação. Num de seus pronunciamentos no Congresso Nacional discursou:

*“Não se constrói uma nação sem boas finanças (...)
Boa finança só existirá onde houver saúde monetária, por
consequência onde a moeda for estável, onde ela for
convertível em ouro”³⁷*

A forma de fixação do câmbio era condição indispensável para a garantia da estabilização da moeda e de sua conversão em ouro. Estas resoluções econômico-financeiras abriam caminho para o aumento da produção industrial no país, ao passo que este processo de industrialização iniciou-se nos tempos do império e que

³⁶ Estes números aparecem no Diário do Congresso Nacional, no dia nove de junho de 1926, ano XXXVII, n. 31, 7ª sessão em 8 de junho de 1926, p. 434.

³⁷ Mensagem apresentada ao Congresso Nacional em 1928, in Mensagens Presidenciais, cit., p. 103 e 104.

chegara, em meados de 1920, ao número de 13.336 indústrias instaladas e criadas no país.³⁸

O presidente atentava, também, para a condição internacional da economia, com a situação de que a moeda nacional dependeria bastante das políticas econômicas dos países industrializados. Apesar desta preocupação do presidente havia pessoas influentes que eram contrárias a este plano. Para termos um exemplo, em 1927, José Carlos de Macedo Soares, da Associação Comercial do Estado de São Paulo, discursava numa sessão solene nesta mesma entidade que este plano econômico havia sido feito dentro do gabinete do presidente, sem consulta aos especialistas e a opinião pública. Ele comentava:

“O câmbio pode ser estabilizado a qualquer taxa, desde que seja decretada a livre conversibilidade da moeda e o governo disponha de recursos necessários para as operações de compensação quotidiana na balança de contas.”³⁹

Em 1928, Washington Luis ficaria contente com os resultados de sua política econômica da Caixa de Estabilização. Mesmo com críticas como esta feita por Soares, o presidente afirmava que, no primeiro ano da Lei 5108, as exportações em tonelagem cresceram, rendendo menos em libras, mas muito mais em mil-réis, o que era positivo para o mercado interno a partir do favorecimento ao produtor nacional.

Apesar de não obter uma formação específica e nem ter experiência na pasta, o presidente Washington Luis havia anunciado que Getúlio Vargas seria nomeado como ministro da economia. O cargo era mais político do que, realmente, econômico, tanto que o presidente havia recebido críticas por conta da escolha do político gaúcho.

Getúlio Vargas, como governador do Rio Grande do Sul ou como candidato à presidência da república, sempre se preocupou em estar em contato através de missivas com o presidente Washington Luís. Observou-se que estas correspondências são marcadas por elogios, num teor de fidelidade e admiração às políticas implementadas pelo governo federal, além de um respeito ao caráter e a forma como Washington Luís conduzia o país naquele momento.

³⁸ BRUM, Argemiro J. O Desenvolvimento Econômico Brasileiro. Ed. Vozes, Petrópolis e ed. UNIJUÍ, Ijuí – RS, pág. 175, 1998.

³⁹ SOARES, José Carlos de Macedo. A Política financeira do presidente Washington Luis, São Paulo, Instituto D. Anna Rosa, 1928, pág. 21.

No ambiente da capital federal, o político gaúcho, por intermédio da influência também de Borges de Medeiros, recebeu o convite do próprio presidente Washington Luís para se tornar Ministro da Fazenda e, isso ocorreu sem ter em seu currículo nenhuma formação específica ou mesmo experiência para tal cargo, o que deixava claro o bom relacionamento entre estes políticos ou, simplesmente, a tentativa do presidente da república de acalmar os ânimos dos gaúchos com a sucessão que se aproximava. A imprensa paulista da época criticava a escolha de Washington Luís e até o ironizava, pois não havia nenhuma referência de que Vargas poderia administrar de forma competente a pasta que lhe fora oferecida.

O respeito com que Vargas se expressava era compreendido por um vocabulário fraternal, de intenções duradouras e contemplativas. Numa destas correspondências de Getúlio Vargas a Washington Luís encontrava-se a preocupação do líder gaúcho em se explicar sobre os rumores que chegavam ao Rio de Janeiro sobre a indicação de seu nome à sucessão presidencial. Ele dizia:

"Quanto à política federal, a nossa atitude e as nossas disposições são as mesmas exaradas na carta que escrevi a V. Ex em dezembro do ano passado e que agora reafirmo, com o mesmo sigilo que o caso exige".⁴⁰

Isto é evidente quando se lê as missivas enviadas e recebidas por Washington Luís com a sensação de traído, enganado, pelo "comunista" gaúcho que tirou a sua chance de terminar o governo e garantir a chegada de Júlio Prestes, seu candidato, à presidência.

A tradição política destas repúblicas do início do século não dava a Washington Luís o direito de escolher o substituto a Presidência da República, mas mesmo assim o fez. O indicado, Júlio Prestes, contrariando a posição dos mineiros que tinham como candidatura natural o presidente de Minas Gerais, Antonio Carlos de Andrada e Silva, venceu, mas não assumiu a presidência.

Esse acontecimento político é colocado por muitos historiadores como o ponto fundamental da crise da política do café-com-leite. Entretanto, outras demandas não

⁴⁰ Esta carta foi enviada em 10 de maio de 1929. Neste momento Getúlio Vargas não era mais ministro da Fazenda do governo federal de Washington Luís, mas sim presidente do Rio Grande do Sul e imbuído de uma grande movimentação pelas eleições de março de 1930 que levava o nome dele à frente para a sucessão de Washington Luís. Numa outra carta Getúlio Vargas dizia que pela qual *"se esforçava para apagar, na figura do Sr. Washington Luís, qualquer dúvida, ou suspeita, que aí apontasse. Para isso escrevia cartas, cada qual mais expressiva, cartas de um filho afetuoso reconhecido"*. IN: SOBRINHO, Barbosa Lima. A Verdade sobre a revolução de 30. São Paulo. Editora Alfa-ômega, 2ª edição, 1975.

estavam sendo atendidas e, também, podem se consideradas como causadoras desta ruptura política. Entre elas, a reivindicação dos políticos gaúchos por uma maior representação nas decisões políticas federais e isso, com um Estado contendo um terço do exército brasileiro e uma economia forte concentrada no mercado interno que dava aos gaúchos uma imunidade financeira e comercial em relação à crise do café.

Com certeza, estes motivos foram imprescindíveis para explicar como Getúlio Vargas se comportou nos anos seguintes à frente da presidência do Rio Grande do Sul, mesmo lendo em suas correspondências e nas notícias de jornais o quanto ele se esquivava dos palpites e reportagens que insinuavam suas pretensões de se chegar ao Palácio do Catete.

Neste trabalho não acatamos a idéia ou o uso do conceito de *revolução* para designar o movimento *outubrista* de 1930, ou mesmo, a instauração do Estado Novo em novembro de 1937. O conceito de revolução é, basicamente, definido como uma mudança brusca ou violenta nas estruturas sociais, políticas e econômicas dentro de uma sociedade. Segundo Hector Bruit

“define uma revolução como um fenômeno político-social de mudança radical na estrutura social, um confronto entre a classe que detém o poder do Estado e as classes que se acham excluídas desse poder. Revolução é, assim, um confronto de classes.”⁴¹

Para ser considerado uma *revolução* este movimento deverá ser formado por grupos de uma classe social diferente daquela que se encontra no poder, de forma que haverá mudanças não apenas nos grupos e nas estruturas, mas, também, nos interesses e nas necessidades por demandas exigidas. Segundo Florestan Fernandes estas mudanças estruturais na sociedade só poderão ocorrer a partir do século XX, através da classe do proletariado, numa perspectiva teórica definida, há tempos, pelo Manifesto do Partido Comunista de Karl Marx e Friedrich Engels:

“A época das revoluções burguesas já passou; os países capitalistas da periferia assistem a uma falsa repetição da história: as revoluções burguesas e atraso constituem processos estritamente estruturais, alimentados pela energia

⁴¹ SILVA, Kalina Vanderley e SILVA, Maciel Henrique. Dicionário de conceitos históricos. São Paulo, ed. Contexto, 2008.

*dos países capitalistas centrais e pelo egoísmo autodefensivo das burguesias periféricas. Estamos na época das revoluções proletárias e pouco importa que elas só tenham aparecido em 'elos débeis' do capitalismo. O que se configurava como um processo que iria dos países centrais para a periferia, de fato caminhará da periferia para o centro! Por isso as burguesias dos países centrais se organizam como verdadeiras bastilhas e promovem seu 'pluralismo democrático' ou seu 'socialismo democrático' como se fossem equivalentes políticos do socialismo revolucionário e do comunismo. Neste nível, a linguagem e a mensagem de O Manifesto Comunista permanecem plenamente atuais. Marx e Engels enunciaram o essencial: 'sob o capitalismo e dentro do capitalismo a revolução de sentido histórico se dá contra a sociedade burguesa e o seu Estado democrático-burguês. Uma revolução que, em sua primeira etapa, substituirá a dominação da minoria pela dominação da maioria; e, em seguida, numa mais avançada etapa eliminará a sociedade civil e o Estado, tornando-se instrumental para o aparecimento do comunismo e de um novo padrão de civilização.'*⁴²

Esta perspectiva teórica pode ser usada para descartar, também, os movimentos de 1930 e 1964 no Brasil como revoluções onde se mexeriam nas estruturas da sociedade, no que diz respeito ao político, econômico, social, jurídico e cultural. Estes movimentos foram no Brasil um resquício do que ocorrera em outros momentos históricos na Europa, por exemplo, nos séculos XVII e XVIII. Esta burguesia periférica queria seguir os passos do capitalismo internacional e industrial da Europa e EUA que estavam consolidados e mudaram as relações comerciais e culturais do início do século XX.

Especificamente, o Golpe de 1930, caracterizou-se por uma disputa política entre grupos da mesma classe social. O que estava sendo proposto por Vargas seria feito também por Washington Luís ou Júlio Prestes, uma vez que havia a iminência da concorrência e da necessidade do Brasil competir no mercado internacional com as suas matérias-primas e a necessidade de intensificar o mercado interno e aumentar o número de vagas, viável com a *modernização* através da produção industrial.

Na perspectiva apresentada o movimento liderado pela Aliança Liberal deu-se como um Golpe de Estado por onde vários grupos se engajaram com um único objetivo, mas com diversos interesses, a partir da derrota nas eleições de março de 1930, mas que conheceu a vitória através das armas durante o mês de outubro do mesmo ano.

⁴² FERNANDES, Florestan. O que é revolução? Coleção: Primeiros Passos, São Paulo, ed. Brasiliense, pág. 14 e 15, 1981.

Além de conquistar o poder, os aliancistas precisavam se garantir nele, portanto, promoveram uma continuidade estrutural do poder e das relações econômicas com mudanças no foco das relações comerciais com o crescimento de uma burguesia urbana e o desenvolvimento de uma burguesia industrial. Isso, acompanhado de uma política social de demanda dos direitos sociais e trabalhistas que garantiriam o populismo de Vargas e a sua política de persuasão das classes trabalhadoras.

Este é um cartão enviado por Rui Barbosa a Washington Luis lembrando a passagem de aniversário do então presidente do Estado de São Paulo, em novembro de 1921.⁴³

⁴³ AP 198.02.028

Capítulo II

O golpe de 1930 e a derrocada das oligarquias

O exílio de Washington Luís

As correspondências entre Washington Luís e seus correligionários, sobretudo, o deputado Roberto Moreira, nos permite interpretar as reações da oposição nos primeiros anos do governo Vargas. Nesta leitura, a disputa pela vaga de interventor em São Paulo entre os anos de 1931 e 1933, os preparativos da oposição para a formação do movimento que ganhou o nome de *Revolução Constitucionalista de 1932* e as suas conseqüências para a oposição e o processo de convocação e eleição da Assembléia Constituinte, aparecem como cenário onde se desenvolve a crise das oligarquias da Primeira República e se tecem as articulações para o poder racionalizado que interessava a nascente burguesia urbana, industrial e financeira do país.

O objetivo deste capítulo é mostrar nestes anos do governo de Vargas como a oposição e estes interlocutores compreenderam as ações políticas que se desdobraram até 1934. Ficará visível para o leitor a análise comparativa entre o governo anterior de Washington Luís e o posterior, de Getúlio Vargas, uma vez que havia permanências históricas no conteúdo e na forma de governar apesar do conjunto de inovações ocorrido com um desenvolvimento econômico em sua perspectiva nacionalista.

Neste período houve duas Constituições, a de 1934 e a sua substituta, a de 1937, ambas com 187 artigos, mas com posições diferenciadas com relação aos direitos políticos e civis⁴⁴. Em 3 de novembro de 1930, Vargas assumia a presidência como chefe do governo provisório e com o anúncio do *Manifesto à Nação* da proposta de reconstrução nacional por meio de um “*movimento regenerador*”. Estavam na pauta do dia as promessas de reformas eleitoral, judiciária, administrativa e tributária, a anistia política, o apoio ao homem do campo, o

⁴⁴ Mais a frente o leitor terá oportunidade de comparar as duas Constituições com relação aos direitos políticos e civis. Optamos em colocá-las de acordo com a ordem cronológica seguida pelo trabalho dividido dentro dos capítulos.

reconhecimento dos direitos dos trabalhadores (eram reivindicações antigas como a jornada de trabalho de oito horas, aposentadoria, repouso semanal remunerado, carteira de trabalho, etc) e a melhoria do sistema ferroviário, entre outros. Os dias que se seguiram, foram marcados pela iniciativa de nomeação dos interventores nos estados brasileiros com o objetivo de centralizar a administração política do país. Sua marca inaugural, já em 1931, foi à criação do Ministério da Educação e Saúde Pública sob a administração de Francisco Campos e do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio com Lindolfo Collor.

Este último ministro foi escolhido com a missão de desenvolver as políticas sociais que Vargas havia prometido em seu *Manifesto* e que se tornaria uma estratégia para se manter no poder com apoio dos trabalhadores. Este ministro, inicialmente, foi responsável por introduzir estas mudanças. Foram medidas que, também, possibilitaram o desenvolvimento de um fenômeno político e de um estilo de governar que ficou conhecido por *populismo*.

O populismo pode ser colocado como uma forma de governar onde, aparentemente, há uma participação direta das classes trabalhadoras nas decisões políticas tomadas pelo governo federal. O governante usa o discurso inflamado, persuasivo e de fácil entendimento como uma de suas ferramentas para garantir o sentimento de pertencimento destas classes no processo de desenvolvimento econômico e político.

O governo Vargas teve sua principal característica marcada por estas medidas que atenderiam uma demanda de direitos sociais que tinha necessidade de se realizar, pois a única forma para garantir o projeto do governo para desenvolver a indústria nacional era persuadir as *massas* de trabalhadores a se sentirem dentro do processo, como diria Jorge Ferreira:

“Nos anos 1950 e 1960, a teoria da modernização repercutiu nos meios acadêmicos do país com grande impacto, sobretudo para a configuração da noção de populismo. (...) A passagem de uma sociedade tradicional para uma moderna ocorreu em um rápido processo de urbanização e industrialização, mobilizando, desta maneira, as ‘massas populares’. Impacientes, elas exigiram participação política e social, atropelando, com suas pressões, os canais institucionais clássicos. A resolução dos problemas ocorreu com golpes militares ou com ‘revoluções nacionais-populares’, sendo que as últimas, sobretudo seus resultados, foram nomeadas de

*populismo”.*⁴⁵

Este fenômeno político estava protegido pela intervenção do Estado na produção econômica e pela necessidade de transformar o programa liberal nascente da burguesia urbana e industrial. Ele seria uma ferramenta para crise da oligarquia e da sociedade tradicional, já imposta pelos países da Europa e pelos Estados Unidos da América. Sobre sua gênese neste contexto histórico, Ângela de Castro Gomes comenta:

*“No que se refere às origens, trata-se de assinalar a crise do liberalismo oligárquico brasileiro e a necessidade do alargamento institucional das bases sociais de poder do Estado. Isto não significa, contudo, entender o evento de 1930 como uma revolução burguesa, mas justamente precisá-la como uma transformação ainda encabeçada por forças oligárquicas, capazes de tecer variadas alianças políticas. Dentre estas, figuram aproximações tanto com setores industriais econômica e politicamente pouco articulados, quanto com as chamadas classes médias urbanas e também com as classes populares emergentes.”*⁴⁶

Nas correspondências enviadas por Roberto Moreira percebe-se que há um grande interesse de Washington Luís em saber todos os trâmites políticos que envolviam Vargas e a oposição no Brasil como, por exemplo, o caminho populista percorrido pelo chefe de governo que, segundo o ex-presidente, era “*demagogo e falsificador*”. Ele não se cansava de criticar esta ardilosa manipulação política de Vargas.

Esta postura de Washington Luís enervava-se na medida em que o desenrolar dos acontecimentos aumentava o seu distanciamento com a “*terra*” e as questões políticas. Ao mesmo tempo em que ele e Moreira apresentavam-se com diálogos repletos de elogios e justificativas que comprovavam suas amizades, ficava nítido que havia, também, uma necessidade de Moreira em manter este contato, pois para ele todos esperavam a volta de Washington Luís. Por outro lado, o ex-presidente também precisava de Moreira para obter as informações sobre o Brasil.

⁴⁵ FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira - IN: FERREIRA, Jorge (org). O populismo e sua história: debate e crítica, Rio de Janeiro, ed. Civilização Brasileira, 2001, pág. 32.

⁴⁶ GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito - IN: FERREIRA, Jorge (org). O populismo e sua história: debate e crítica, Rio de Janeiro, ed. Civilização Brasileira, 2001, pág. 32.

A amizade entre ambos estava envolvida por premissas políticas. Roberto Moreira e Washington Luís tratavam-se por “*Caros Amigos*” e teciam elogios e comentários dos tempos de governo estadual e federal, onde as particularidades estavam sempre envoltas nas decisões políticas e na ideologia da oligarquia cafeeira que se afirmava liberal. É possível sinalizar que em vários momentos nas correspondências o ex-presidente ganhava ar messiânico nas palavras de Moreira, sugerindo que a oposição no Brasil estava acéfala, mediante a abstenção involuntária de seu maior articulador político.

Fez-se necessário neste estudo formular algumas indagações sobre o processo histórico que envolveu os missivistas e Washington Luís. Entre eles, Roberto Moreira como principal correspondente. Assim indagamos: Por que Roberto Moreira insistiria tanto na volta de Washington Luís ao Brasil? Os interesses eram particulares ou acreditava mesmo no seu retorno à presidência? Será que a presença de Washington Luís era imprescindível para a organização da oposição a Vargas? É possível concluir que Washington Luís não teria encontrado nenhum momento propício para o seu retorno ou não acreditava que poderia, juntamente com os perrepistas, recuperar o controle do governo federal? O exílio de Washington Luís era imprescindível para a realização do projeto de Vargas? Quais eram os trabalhos da oposição ao governo Vargas até 1937 e quais os papéis desempenhados pelos interlocutores na fomentação das intervenções da oposição?

Diante deste recorte proposto e desta problematização, abre-se a discussão tendo como ponto de partida o então presidente Washington Luís proferindo em 24 de outubro de 1930, que: “*não há sacrifícios inúteis*”; numa solidez de expectativas triunfantes e vitoriosas com incomensurável carga de justificativa moral-cristã. Isso ocorreu no dia em que foi obrigado a renunciar do cargo por pressão da Aliança Liberal. A negação das circunstâncias por ele era incrível, ou mesmo crível na medida em que, diante de toda a sua condição aristocrática, não queria aceitar tamanho enfrentamento e desonroso final para o seu governo.

Esta frase citada acima foi reproduzida na obra clássica, com primeira edição em 1933, *A verdade sobre a Revolução de outubro -1930*⁴⁷, do jornalista Barbosa

⁴⁷ O recifense, formado em Direito, Barbosa Lima Sobrinho (1897-2000) cunhou este título na efeméride das discussões sobre o movimento ser ou não revolucionário ou se tratava de um golpe. A tentativa de colocar a verdade de onde foi testemunha ocular não o deslegitima de buscar a realização de um trabalho historiográfico. A edição por nós lida e consultada é de 1975, onde ele fez questão de não fazer reformulações. A verdade sobre a Revolução de outubro -1930, ed. Alfa-Omega, São Paulo, 1975.

Lima Sobrinho, e, com certeza, seria uma ótima epígrafe, como também, um sugestivo ponto de partida para se iniciar este trabalho.

Meses antes do fatídico dia 30 de outubro, em março, no cenário político, as eleições foram vencidas pelo candidato oficial, Júlio Prestes, com data certa para assumir a presidência, em 15 de novembro do mesmo ano, recebendo da mão do padrinho político Washington Luís a faixa presidencial. Neste ínterim, entre a vitória no escrutínio e a posse, Júlio Prestes viajou pelos Estados Unidos da América e não teve a oportunidade de ver o movimento aliancista eclodir por várias cidades, tampouco teve a oportunidade de ver a calmaria e descrença com que Washington Luís assistia a sublevação liderada por Getúlio Vargas. Esta liderança de Vargas não era explícita e por muitos foi questionada nos anos que se seguiram. No jornal OESP havia o seguinte texto em sua capa:

A SITUAÇÃO NO PAIZ

*Um movimento chefiado por altas patentes do exercito e da Armada depoz o
governo federal*

Organisação de uma junta militar que assumiu o governo da republica

O Sr. Washington Luís preso no Forte de Copacabana

O governo de S.Paulo entregue ao general Hastimphilo de Moura

A Força Publica de S. Paulo colloca-se ao lado do exercito⁴⁸

Este movimento contava com membros das Forças Armadas, com o Partido Democrático de São Paulo, tenentistas, setores do operariado, ex-presidentes como Arthur Bernardes e Epitácio Pessoa, simpatizantes e políticos da Paraíba, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Como diria Barbosa Lima Sobrinho em seu livro já citado anteriormente, a Aliança Liberal “era um balaio de gatos”.

⁴⁸ Jornal OESP nº 18.686 de 25 de outubro de 1930. Este jornal buscava transparecer uma certa postura neutra e, isso, mesmo com críticas de outros jornais, como a despeito da acusação do Correio Paulistano que o jornal da família Mesquita defendia os interesses de Getúlio Vargas. O E.S.P. tinha como proprietário Júlio de Mesquita, articulador e membro do Partido Democrático. O jornal tinha simpatia pelo Rio Grande do Sul e pela figura de Getúlio Vargas, como também, alguns de seus diretores tinham amizade com tenentistas como Siqueira Campos entre outros. Estampada a manchete é possível pensar que o nome de Getúlio Vargas não aparecia por conta da censura feita por Washington Luís, mas, mesmo assim, o jornal fora responsável por divulgar e articular a eclosão da Revolução de 1930.

O assassinato do presidente da Paraíba, João Pessoa, vice de Getúlio Vargas nas eleições de março de 1930, foi uma desculpa convincente para a aliança política justificar a fraude eleitoral e decretar a sublevação que se encaminharia para o golpe de Estado contra Washington Luís. E, isso, mesmo, com a confirmação de que fora um gesto ocorrido por conta de um acerto pessoal, como se pode observar na manchete do jornal Folha da Manhã:

*“FOI ASSASSINADO, EM RECIFE, O SR. JOÃO PESSOA
O CRIMINOSO CONFESSOU QUE MATOU O PRESIDENTE DA PARAIBYBA
POR UMA QUESTÃO DE HONRA PESSOAL”⁴⁹*

O presidente da Paraíba estava em Recife numa viagem feita de automóvel com o intuito de visitar o amigo e juiz federal Dr. Cunha Melo. Não havia teor político em sua visita e nem na causa de sua morte, porém, a ocorrência destes atos serviu como estopim para o início do movimento de sublevação da Aliança Liberal. Washington Luís decretou feriado bancário por 15 dias e autorizou o gasto de 190 mil contos com as despesas de manutenção da Ordem Pública.⁵⁰

Em 3 de outubro o exército iniciou, em Porto Alegre e Belo Horizonte, o golpe de Estado de 1930 sob a batuta de Góes Monteiro que era, até então, um legalista. No dia 4 de outubro o exército começou o movimento na Paraíba e depois de poucas horas os três estados estavam dominados pelas forças militares aliancistas. Logo depois, foi a vez de Santa Catarina, Paraná, com a implantação do quartel-general na cidade de Ponta Grossa, onde ocorreu um episódio inusitado em que os legalistas esperavam os revolucionários próximos de Itararé, e que ficou famoso por ter ocorrido um confronto fictício que inspirou o humorista Apollery na criação do seu personagem o barão de Itararé, o *barão da república*.⁵¹

⁴⁹ Jornal Folha da Manhã, edição nº 1875 do dia 27 de julho de 1930.

⁵⁰ Jornal Folha da Manhã, edição nº 1936 do dia 7 de outubro de 1930. Nesta mesma edição era divulgado como resumo destas ações o Estado de Sítio para todo o país.

⁵¹ Apollery era um comediante que trabalhava no Rio de Janeiro. Ao ficar sabendo desta mentira a sátira foi uma resposta para o conflito que não houve e o barão de Itararé seria o único barão que teimava em viver na república. Washington Luís comentou em correspondência o absurdo que era esta “mentira deslavada” e que tudo o que Getúlio Vargas fazia era mentiroso.

No Norte e Nordeste do país, seguiram-se os confrontos e vitórias dos aliancistas nos estados do Piauí, Bahia e Recife. Nesta última capital, o presidente Estácio Coimbra fugiu num rebocador aportado no píer com destino a Bahia. Posteriormente, ocorreram as vitórias no Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão, Alagoas e Sergipe.

No Sudeste, dominaram o Espírito Santo no dia 14 de outubro. Entretanto, mesmo com essas vitórias dos aliancistas, alguns estados ainda resistiam, como o Pará com o presidente Eurico Vale, São Paulo, Distrito Federal e parte da Bahia e Amazonas que aguardavam ordens do presidente Washington Luís que estava, aparentemente, inerte, acompanhando a sublevação, mas não acreditando no êxito da manobra militar da Aliança Liberal. As revoltas iam dominando o território nacional, mas mesmo assim o presidente acreditava não só no fracasso do movimento, mas, também, no pedido de acordo partindo dos opositores.

Quando o movimento chegou à capital federal, na sede do governo, o presidente, percebendo que a situação poderia não ser favorável, não aceitava a hipótese de deixar o cargo, mesmo ao ser comunicado pelos comandantes opositores em frente ao Palácio do Catete sobre a capitulação de suas tropas. Neste mesmo instante, do outro lado da cidade, o aliancista Lindolfo Collor negociava com os generais legalistas a renúncia do presidente, sob a justificativa de evitar mais derramamento de sangue e de tornar o país ingovernável. Às 17h00 do dia 24 de outubro de 1930, o presidente Washington Luís deixou o Palácio Guanabara acompanhado do cardeal Leme em direção ao Forte de Copacabana, cenário clássico de outros embates político-militares da História do Brasil. O jornal OESP trouxe um relato deste ocorrido:

A Attitude do Sr. Washington Luis

“Era quase unanime a convicção de que o Sr. Washington Luis havia concordado em renunciar seu mandato. Um official, que deixara a residência presidencial mais ou menos às 10 horas, referia que o general Azeredo Coutinho, commandante da primeira região militar, o procurara cedo para lhe declarar que se sentia impotente para o defender, como ao seu governo, diante da sublevação de quase toda a tropa da guarnição. Mas o facto é que mesmo diante desta comunicação da exposição que lhe fez o cardeal arcebispo ao entregar-lhe a intimação dos generaes, não se mostrou s. exa. disposto a renunciar o mandato presidencial.

Corriam por outro lado as mais desencontradas versões acerca do destino do presidente. Afirmavam uns que s. exa. se havia asylado na embaixada portuguesa, outros que na americana, outros que na italiana. Mais tarde correu com insistencia e era repetida em todos os pontos da cidade que s. exa. Washington Luis havia sido transportado preso para o quartel do Terceiro Regimento de Infantaria. Enquanto decorriam todos esses sucessos, que em poucas horas modificavam totalmente o aspecto político do Brasil, ainda subsistiam receio de uma nova luta entre forças em movimento.”⁵²

O próximo passo de Washington Luís foi o exílio involuntário na Europa. O ex-presidente não estava sozinho nesta viagem, teve a companhia de sua esposa Sophia de Oliveira Barros que, segundo ele, passou por momentos difíceis com sérios problemas de saúde por conta, principalmente, da mudança climática, além, é claro, da saudade de seus filhos e parentes.

Os últimos remanescentes da Velha República que deixaram suas bases regionais foram Júlio Prestes (de volta ao Brasil), Brasil Caiado do estado de Goiás e Aníbal Toledo do Mato Grosso. Formou-se, provisoriamente, uma Junta Militar com os oficiais Tasso Fragoso, Mena Barreto e Isaías de Noronha. Esta era a preparação para a formação do governo de Getúlio Vargas.

Este momento delicado para o movimento foi intermediado pelo aliancista Osvaldo Aranha que viajou ao Rio de Janeiro e, segundo relato do general mineiro Bertoldo Klinger, fez concessões aos militares para passar o poder para as mãos de Getúlio Vargas. A chegada de Vargas ao Palácio do Catete deu-se em 3 de novembro, tomando posse e iniciando o período que ficou conhecido pela historiografia brasileira como Era Vargas, clássica e politicamente dividida em três períodos: o Governo Provisório, o Governo Constitucional e o Estado Novo.⁵³

Os homens responsáveis por essa transição de comando do poder Executivo foram o próprio Osvaldo Aranha com a ajuda de Lindolfo Collor e João Neves da Fontoura, todos políticos do Rio Grande do Sul e membros da Aliança Liberal. O próximo passo foi fazer as nomeações entre as principais lideranças do movimento

⁵² O E.S.P. sábado, 25 de outubro de 1930, nº 18.686. Washington Luís não estava mais no Palácio do Catete, sede do governo federal e escritório da presidência, mas sim, na casa oficial, no Palácio Guanabara. Nesta mesma edição é comentada a movimentação feita por populares nas ruas e janelas. A editoria do jornal queria deixar claro que a população estava do lado dos rebeldes.

⁵³ Essa retrospectiva dos acontecimentos que marcaram a Revolução de 30 foi feita a partir da leitura das obras de autores como Maria Helena Capelato, Boris Fausto, Edgar Carone, Barbosa Lima Sobrinho, Hélio Silva e Edgar De Decca. Suas obras estão relacionadas na bibliografia específica no final deste trabalho.

para preencher os principais cargos nos estados e na capital federal. As nomeações eram referentes ao primeiro, segundo e terceiro escalões. Os tenentistas reivindicaram e assumiram algumas presidências como interventores (como exemplo em São Paulo e na Bahia), uma vez que não foram eleitos para o cargo. Porém, em São Paulo, a escolha de João Alberto não foi aceita pelos políticos paulistas que já se articulavam com a intenção de reverter o golpe dado por Getúlio Vargas, o que seria chamado por eles de *contra-revolução*, batizada de *Revolução Constitucionalista de 1932*.⁵⁴ De fato, os aliancistas começaram a se dividir, pois os paulistas do Partido Democrático que apoiaram o movimento não aceitavam ser excluídos dos cargos repassados pelo governo, daí, iniciando-se uma forte divergência entre eles, Vargas, tenentes e os setores militares, especialmente, dos jovens oficiais.

O exílio de políticos do PRP se tornou uma constante no mês de novembro de 1930 e, continuou pelo ano seguinte. Tanto para Roberto Moreira quanto para Washington Luís a ditadura já estava implantada e teve início no dia 3 de novembro de 1930, quando Vargas assumiu a presidência.

De Paris, Roberto Moreira escreveu em 25 de fevereiro de 1931 para Washington Luís sobre a forma com que Vargas chegara ao poder. Num determinado momento da correspondência Moreira faz alusão a César Bórgia, o filho bastardo do papa Alexandre VI que fora modelo inspirador para Nicolau Maquiavel escrever a obra *O Príncipe*. Ele comentava:

*“Agradeça o livro de César Borgia e diga que: estou certo de encontrar nelle (o livro) a confirmação desta verdade elementar que em política, como no caso do mundo physico, o caminho mais curto ainda é o da linha recta”*⁵⁵

Na História do Brasil republicano, o movimento de 1930 tem sido continuamente discutido e estudado por intelectuais de diversas áreas, tanto numa perspectiva de divisor de águas, de um fato transformador, que acabou com um

⁵⁴ Mais a frente, veremos os acontecimentos desta tentativa de tomada do poder pela liderança dos paulistas, tendo apoio de parte do exército do Rio Grande do Sul e Minas Gerais, como também, políticos e populares. O nome desta “revolução” se dava por conta da idéia de que eles estavam lutando por um país justo que precisava ter um Constituição para legitimar o governo. Os líderes paulistas incitavam a população a lutar pela “causa paulista”.

⁵⁵ AP 185.02.96. Roberto Moreira havia se retirado quando ocorreu o golpe dos aliancistas e ainda estava em Paris tendo sua volta para o Brasil sido programada para o segundo semestre de 1931. Viajara com sua esposa Martha, por conta de recomendações médicas, fora em setembro de 1929, justamente quando ficara sabendo por intermédio de Roberto Simonsen que Getúlio Vargas seria o candidato da Aliança Liberal à sucessão presidencial com apoio de Antonio Carlos de Andrada.

formato de governar o país, tirando o predomínio das oligarquias paulista e mineira do governo federal⁵⁶, quanto de uma perspectiva *continuísta*, de um governo também elitista, oligárquico que soube trabalhar corações e mentes em favor de seu projeto governamental⁵⁷.

Haja vista que, desde o início da república, já era possível observar a forma autoritária com que estes políticos governavam o país. O próprio Washington Luís deixou a sua marca autoritária com frases e posicionamentos sobre a falta de participação popular nas decisões do governo. Estes governos marginalizavam a grande maioria da população e governavam à *mão de ferro* com o objetivo de garantir o controle das decisões e do Erário Público. Era um regime oligárquico-liberal que se formou, como afirma Boris Fausto, na referência de que:

*“No caso de um país periférico como o Brasil, a emergência de idéias autoritárias se deu, nos anos 1920, na vigência de um regime oligárquico-liberal, que ganhou forma com a proclamação da república (1889). O liberalismo foi associado às práticas oligárquicas, que pressupunham a fraude eleitoral, a escassa participação política da população e o controle do país pelos grandes estados, enfraquecendo o poder da União”.*⁵⁸

Portanto, a forma autoritária de governar não era privilégio do governo de Getúlio Vargas, havia uma cultura política em que constavam ilustres representantes como Alberto Torres, Amaral Azevedo e Oliveira Vianna, que foram muito influentes na década de 1920 nos meios políticos e acadêmicos do país. Talvez, pode se dizer, entre estas características, que um diferencial seria que Vargas propusera uma centralização das demandas e interesses políticos nacionais que seriam realizados por um governo federal tendo, na sua figura, o principal responsável pela realização destes projetos de políticas públicas e desenvolvimento do capitalismo. A

⁵⁶ Este momento histórico (1894-1930) marcado por governos oligárquicos tanto de São Paulo quanto Minas Gerais, iniciou-se com a eleição direta do paulista e fazendeiro Prudente de Moraes, o primeiro presidente civil do Brasil. Daí em diante a política econômica foi balizada pela forte influência dos cafeicultores e exportadores, mantendo a economia atrelada à venda de sacas e sacas de café, o principal produto de exportação. Na historiografia este momento é chamado de período da Política ou República do café-com-leite.

⁵⁷ Pedro Cezar Dutra Fonseca comenta em sua obra Vargas: o Capitalismo em Construção, ed. Brasiliense, São Paulo, 1987, que muitos autores discutiam sobre as mudanças e permanências que o movimento trouxe. Num determinado momento do trabalho, sobretudo na pág. 148, Edgar De Decca e o jurista Raymundo Faoro concordam em que houve mudanças na forma, apesar de também concordarem de que o novo regime era até mais reacionário do que o anterior a revolução. De Decca trabalhou com a legislação trabalhista autoritária e Faoro com a ruptura de ordem institucional. Porém, nestes recortes ambos previram uma permanência no conteúdo do movimento e o autor comenta a importância de salientar a forma em detrimento do “conteudismo”.

⁵⁸ FAUSTO, Boris. O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940). Rio de Janeiro. Ed. Jorge Zahar, pág. 14, 2001.

descentralização feita por alguns estados nas décadas iniciais da Primeira República fora substituída pela administração centralizada de Vargas e, isso, mesmo ambos os governos serem marcados pela ideologia nacionalista.

Segundo Luiz Werneck Vianna, o ideário liberal se compunha de várias facetas que atingiam classes e frações de classe. A burguesia industrial não se deu ao luxo de incorporar a sua participação no âmbito político, ficando, justamente, à mercê das decisões da burguesia agrária. Estas interfaces do ideário liberal têm um exemplo no empresariado que se acomodou aos pressupostos da burguesia agrária. Ele comenta:

“Assim, e por dois flancos opostos, os empresários são acusados de refugarem ora uma pauta de classe revolucionária, ora um comportamento reformista. No primeiro caso, quando deixaram de se aplicar no desmonte do aparato estatal oligárquico-agrário, e, no outro, quando não estenderam a miragem da mobilidade social e do herói-empresário a todas as classes e camadas sociais. Em ambos, essa ‘falência’ de classe é percebida como um atributo cultural, em razão da sua cômoda inserção no sistema oligárquico, ignorando-se a estruturação específica das condições em que a burguesia industrial fez sua emergência.”⁵⁹

Diante desta situação dos empresários pode-se confirmar a característica excludente do Liberalismo da Primeira República, onde os estados brasileiros tinham uma hierarquia na escolha dos candidatos nas sucessões presidenciais⁶⁰ e o federalismo era marcado pela premissa do privilégio. Assim, o último governo da Primeira República, presidido por Washington Luís, tinha este pressuposto de cercear as novas organizações políticas, entre elas a de uma classe média urbana que construiria um projeto político a partir das prerrogativas de um Liberalismo democratizante com o movimento tenentista e a fundação do Partido Democrático.

No ano de 1931 foram apresentados não apenas os efeitos políticos de tal movimento, mas, também, os efeitos políticos da *ideologia da outorga* que, trabalhada por Oliveira Viana, ratificava a incapacidade das camadas médias e dos trabalhadores em conquistarem os seus direitos, mostrando que *“disfarçava o caráter*

⁵⁹ VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e Sindicato no Brasil – 4ª ed. revisada, Belo Horizonte, ed. UFMG, 1999.

⁶⁰ Idem. Werneck comenta o clássico livro de Barbosa Lima Sobrinho que, também, é usado neste trabalho. Este jornalista em seu famoso livro apresenta a idéia de que havia uma hierarquia de estados na sucessão presidencial em grau de importância e influência política. Em primeiro estavam São Paulo e Minas Gerais, em segundo eram Pernambuco, Rio de Janeiro e Bahia e, em terceiro, estava o Rio Grande do Sul.

*verdadeiro da legislação getuliana – controladora e repressiva do comportamento operário.*⁶¹ Assim, se havia esta forma de persuadir no âmbito dos direitos sociais, o que pensar, então, sobre o que poderia ser garantido aos direitos políticos e civis que já marcavam, segundo Roberto Moreira, uma perseguição política à oposição perrequista.

Exatamente neste ano que, em duas correspondências entre eles, foi possível observar o quanto ambos estavam sendo cuidadosos para manter contato, pois a censura do governo provisório era rigorosa, sobretudo, com os acusados pelo Tribunal Especial⁶².

Numa correspondência de 10 ou 15 de novembro de 1931, o advogado Moreira comentava de São Paulo, a sua preocupação com a falta do líder para organizar uma contra-ofensiva a Getúlio Vargas, uma vez que as técnicas ardilosas do então presidente estavam arregimentando políticos do PRP. Em um determinado trecho ele explicava:

*“Lembremo-nos que a inércia conduz a dissolução. Precisamos de um chefe. Não podemos deixar que políticos paulistas apóiem o governo. (...) A deposição de Laudo determinou a renúncia do Whitaker, afinal consummada. Está na Fazenda interinamente o Oswaldo Aranha. Será effectivado logo que se assente a escolha de novo titular para a Justiça. Indica-se para este o Maurício Cardoso, político riograndense. Também se fala na vinda de Flores da Cunha, passando a outras mãos o cargo que elle exerce. Estas seriam, talvez, as so mesmo Mauricio de Carvalho ou as de Collor, cuja sahida do ministério do Trabalho parece coisa resolvida. (...) E tal é o momento. Enquanto se chocam assim os appetites e as intrigas, o paiz definha como um grande opilado. Até quando? Ninguém sabe. Os movimentos de impaciência repontam por toda a parte. Mas falte quem os discipline e coordene para um golpe decisivo. Até lá vae o barão sorvendo, pachorrentamente, as delicias do poder, como uma mandarin indifferente sorve as baforadas do seu ópio. Um dia há de cahir. Mas talvez faça sobre os escombros fumegantes da pátria esphacelada.”*⁶³

Tratava-se, portanto, de organizar uma oposição que tinha enormes dificuldades em se firmar, uma vez que o grupo de apoio ao projeto de intervenção do Estado no planejamento econômico e no controle social se delineava. Do outro

⁶¹ Ibidem

⁶² Este órgão do governo federal foi instituído para julgar e condenar os políticos membros da situação anterior, referentes aos apoiadores do regime deposto que insistiam em se manter na oposição dos interesses do Governo Provisório.

⁶³ AP 185.03.110. Esta carta estava em papel de seda escrita em frente e verso a tinteiro com muitos borrões. Houve bastante dificuldade para entender o conteúdo e, principalmente, a data.

lado do oceano, em Paris, Washington Luís respondeu um mês depois, numa correspondência⁶⁴manuscrita de 15 de dezembro de 1931, com caligrafia bem legível, de conteúdo detalhado e digno de quem não passava por nenhum tipo de ameaça ou constrangimento. A correspondência trazia informações frugais sobre a cidade onde estava e, também, possivelmente, certo de que a sua volta não tardaria e que seria triunfante, mesmo sem ter a necessidade de se envolver diretamente no embate político e militar. Ele escrevia:

“O Brasil começa a mexer-se. Aquela mentira sobre uma frente única popular contra mim em 1930 está aparecendo.(...) A batalha de Itararé que nunca houve era falada pelos revolucionários de 1930 como a maior da América Latina. Isto foi uma grande farsa (...)É hora da acção. É preciso que a inércia geral desapareça. É hora de trabalhar e por enquanto nas trevas. D. João II de Portugal, o Príncipe perfeito, afirmava que há momentos de vôos de águia, mas que os há também de falcão (...)”.

Ao analisar estas duas correspondências observa-se que, a primeira, de Moreira, tem tom de cobrança, de pedido por uma reação o mais rápido possível, vendo que a hora era de retornar e assumir o posto deixado pelo golpe de Vargas. Mas, na segunda correspondência, na resposta de Washington Luís, há uma acomodação no sentido de que não tardará e o governo farsante colocará “os pés pelas mãos”, num sinal evidente de que ele não se arriscaria em voltar para um embate direto contra Vargas. Interessante notar um certo alheamento do ex-presidente, ao mesmo tempo em que projetava, friamente, que tudo estava indicando para a traição dos paulistas com o recebimento de cargos do governo que se estruturava.

O ex-presidente fazia, nesta mesma correspondência, uso de uma analogia diacrônica de nomes próprios de políticos e partidos do Brasil da década de 1930 com nomes da literatura e da história mundial, sobretudo, da Antiguidade Clássica. Fazia menção destes nomes criados para malograr a censura de Vargas. Entre estes nomes, por exemplo, na carta ele usava o de *Acácio* para Getúlio Vargas, *Gervásio* para Olegário Maciel, *Estevam* para Leite de Castro e *Urbano* para Miguel Costa. Era nítido que se tratava de um momento difícil para a oposição perrepista, mas, com alguma esperança ele relatava que estava aguardando a formação da Assembléia

⁶⁴ AP 185.03.111. Esta batalha do Itararé foi a que comentamos algumas páginas atrás, com relação ao barão de Itararé, o personagem de Apolley que satirizava a avançada dos rebeldes em Ponta Grossa em outubro de 1930.

Constituinte, ao mesmo tempo em que não deixava de citar o nome de Vargas como “*comunista, desrespeitador das propriedades alheias, funesto e pernicioso*”.

Estes nomes e codinomes formavam uma Lista manuscrita em papel timbrado contendo um cabeçalho com nomes de três advogados, entre eles o de Moreira. Eram: *Dr. Roberto Moreira, Dr. Armando Prado e Dr. Antonio de Queiroz*, nesta mesma ordem, um embaixo do outro. Ao lado estavam os números de telefones que eram, respectivamente, 2-3684, 2-0850 e 2-1907. A relação de nomes destes políticos estava dividida por duas colunas. Na primeira havia os nomes dos políticos, situações e partidos brasileiros e, em seguida, os codinomes históricos criados para associá-los. No alto desta coluna havia a frase “*para cifrar*”. Na segunda coluna, na parte superior da folha, aparecia a frase “*para decifrar*”, tendo primeiro os mesmos codinomes e, depois, os nomes de cada político, partido e situação. Reproduziremos aqui a primeira coluna:

Para cifrar

01. Onofre = *Silveira*
02. Eusébio = *João Alberto*
03. Mathias = *Isidoro Dias Lopes*
04. Acácio = *Getúlio Vargas*
05. Anselmo = *Luzardo (substituiu o interventor paulista)*
06. Urbano = *Miguel Costa*
07. Gaspar = *Júlio Prestes*
08. Junta = *exército*
09. Pretório = *Marinha*
10. Gervásio = *Olegário Maciel*
11. Gironda = *PRP*
12. Montanha = *PRM*
13. Máfia = *Partido Democrático*
14. Heitor = *Washington Luís*
15. Tácito = *Wenceslau Braz*
16. Sylla = *Whitaker (Pilla ou Tilla)*
17. David = *Antonio Carlos de Andrada*
18. Mario = *Arthur Bernardes*
19. Damaso = *Osvaldo Aranha*
20. Pacheco = *Rodrigues Alves*
21. Cláudio = *Altino Arantes*
22. Basílio = *Flores da Cunha*
23. Adriano = *João Neves da Fontoura*
24. Clóvis = *Assis Brasil*
25. Cerimônia = *revolução*
26. Simão = *Francisco Campos*
27. Tito = *Ataliba Leonel*
28. Ruy = *Pádua Telles*
29. Jonas = *Lindolpho Collor de Mello*

- 30. *Cornelio* = *Juarez Távora*
- 31. *Bruno* = *Afrânio*
- 32. *Communa* = *Partido Libertador*
- 33. *Gregório* = *Macedo Soares*
- 34. *Estevam* = *Leite de Castro*
- 35. *Creso* = *Tasso Fragoso*
- 36. *Flávio* = *Epitácio Pessoa*
- 37. *Romão* = *Álvaro de Carvalho*
- 38. *Trajano* = *Borges de Medeiros*
- 39. *Tiberio* = *Cardeal*
- 40. *Lucas* = *Neiva*
- 41. *Macario* = *José Américo*
- 42. *Quirino* = *Francisco Morato*

É claro para nós que a utilização destes codinomes mereceria um estudo a parte. Todavia, para não fugirmos dos objetivos desta pesquisa e, ao mesmo tempo, não ignorarmos este importante documento, é possível fazermos algumas observações a respeito.

A primeira observação seria sobre o momento em que se intensificou o número de cartas com o uso destes codinomes. A maior vigilância às correspondências e ao controle da censura ocorreu em meados de 1931, novembro de 1932, os últimos meses de 1935 e grande parte de 1936 até o golpe sobre o golpe em 10 de novembro de 1937.

O codinome *Máfia* para o Partido Democrático ficou sugestivo para os interesses destes perrepistas no ano seguinte ao golpe dos aliancistas, pois o partido havia participado da Aliança Liberal que levava Vargas ao poder através das armas. Era a condição de que estes paulistas haviam traído os outros paulistas com o intuito de chegar ao poder.

O codinome *Trajano* para o líder e padrinho político de Vargas, o governador Borges de Medeiros, era sugestivo na medida em que este imperador romano havia realizado uma boa administração e que de sua dinastia, dos *Antoninos*, ele fora o único que havia realizado conquistas fora de seus territórios, alargando as fronteiras do império. Ele governou de 98 a 117 d.C. e ficou conhecida pelas obras públicas de saúde, a construção do Fórum e do monumento *Coluna de Trajano*. Medeiros era o maior representante do Partido Republicano Riograndense.

Agora, *Gervásio*, de origem latina *gellius* (significa *germânicos* ou guerreiro impetuoso e das armas), para Olegário Maciel, significava um nome de uma família romana, proveniente dos grupos ao norte do Império Romano. A relação aqui pode ser com a nobreza e a origem do político que durante o governo de Vargas já tinha

muita experiência. Foi o único governador eleito que continuou no cargo após 1930, mas teve momentos incertos, ora do lado do governo ora do lado da oposição. A etimologia germânica nos dá a entender que era o inimigo, pois os perrepistas não deixariam, na tradução histórica, de ser os *civilizados* romanos na sua codificação par burlar a censura governo Vargas.

O codinome Acácio era oriundo de *Conselheiro Acácio*, uma personagem da obra *Primo Basílio* de *Eça de Queirós* que tinha a representatividade de um político ruim, marcado pela mediocridade. Tinha uma boa oratória, mas era o típico político português do final do século XIX que se expressava por chavões e frases feitas. Era considerado um pseudo-intelectual e o termo *acaciano* se tornou um adjetivo para exprimir estas qualidades em certos políticos e, neste caso, como queriam estes oposicionistas, Getúlio Vargas seria o seu representante no momento.

Washington Luis recebeu o codinome de *Heitor*, o guerreiro mais corajoso de Tróia narrado na *Ilíada*, possivelmente, de Homero. Ele era irmão e protetor de Páris e morreu lutando contra o invencível Aquiles para defender sua honra e sua pátria. Muitos estudiosos colocam *Heitor*, o “*domador de cavalos*”, como o grande herói da *Ilíada*. Um homem sereno, mas que defenderia a todo custo a sua pátria. Heitor era filho de Príamo e Hécuba, casado com Andrômaca, tinha uma filha que se chamava Astíanax. Era um nobre príncipe e a mitologia grega coloca que, após a sua morte, a destruição de Tróia foi questão de tempo, pois ele era o grande guardião da cidade. Seu pai Príamo ao buscar o corpo do filho que foi arrastado por Aquiles para fora da cidade disse: “*Seu pai, Aquiles, não teve o castigo de viver o bastante para ver a morte do próprio filho como eu vi, deixe-me cobrir os olhos de meu filho e enterrá-lo como ele merece!*”. Aquiles consentiu e *Heitor* foi enterrado como um herói.

Este codinome é muito sugestivo para se referir ao ex-presidente, pois era um defensor da pátria que fora retirado dela mesmo defendendo a sua honra e a própria pátria. *Heitor*, herói mitológico, era guardião de sua cidade, como Washington Luis era do Brasil. O exílio para o ex-presidente foi, analogicamente, a morte para *Heitor*.

O exílio iniciado era uma forma de Washington Luis recompor suas forças, pois havia a certeza de que em breve estaria de volta ao país. Esta certeza não se concretizou e o ex-presidente teve momentos muito difíceis na Europa, sobretudo, pelos problemas pessoais de saúde e familiares.

Washington Luis deixou de ser cidadão brasileiro por longos dezessete anos consecutivos.

Troca de personagens: os interventores

Mas, no plano político, as divergências cresciam.

Em São Paulo, ficava cada vez mais claro que o conflito entre o PRP e o primeiro interventor paulista ligado ao governo provisório, o tenentista João Alberto, não acabaria bem. A sede do Partido Republicano Paulista, onde também era a redação do jornal *Correio Paulistano* e do *São Paulo jornal*, ambos jornais que apoiavam o partido, foram incendiados e destruídos. Roberto Moreira comentava o incidente afirmando a participação decisiva de Miguel Costa.

O *Clube 3 de Outubro* era responsável por manter a ordem, mas, com apoio do exército, era nítido para Moreira que havia partido deles a ação que levou ao ataque das redações destes jornais. Entretanto, nem tudo era a favor do governo provisório, uma vez que havia bolsões de grupos de oposição espalhados por vários estados, principalmente, São Paulo.

Com atos decisivos para o descontentamento dos paulistas, João Alberto, teve um desempenho polêmico durante a sua administração, sobretudo, pela autorização de funcionamento do Partido Comunista do Brasil e pelo aumento de salários de alguns segmentos da classe trabalhadora. Definitivamente, não havia como este interventor ser bem recebido pela elite paulista, tanto pelos democráticos quanto pelos perrepistas, pois suas intenções eram desfavoráveis à classe que estava sendo representada pelos dois partidos principais que se uniriam para reforçar a oposição.

Em 7 de abril de 1931, o Partido Democrático lançou um manifesto contra o chefe da Legião Revolucionária, o tenentista Miguel Costa, com a justificativa de serem contra a forma como o líder da milícia agia na perseguição aos oposicionistas em São Paulo.

Quando João Alberto renunciou ao cargo de interventor, em julho de 1931, cercado por pressões e críticas, o tenentista Miguel Costa acreditava que seria o substituto natural, mas Getúlio Vargas optou por Plínio Barreto, por conta da rejeição que a elite paulista fazia ao nome do tenentista. Supostamente, Vargas queria fazer as pazes com São Paulo, pois já estava no poder e agora era chegada a hora de conciliar com a principal economia do país que, apesar da crise do café, do

desemprego que havia se instalado pelas grandes cidades e a ruína de muitos fazendeiros, tinha um legado econômico respeitável.

Na missiva de 24 de julho de 1931, Roberto Moreira já em São Paulo, comentava a briga entre Miguel Costa e o interventor João Alberto. Ele explicava:

*“Miguel Costa foi ao Rio e declarou ao barão de Itararé que a situação de João Alberto era insustentável visto que como contra ele se insurgiam toda a população paulista e a própria Força Pública. O barão estremeceu. Chamou João Alberto. Este, que não é tolo, compreendeu de onde lhe viera o golpe e deu imediatamente a sua demissão. (...) Dizem que a Máfia também vinha criticando o interventor. (...) João Alberto manteve a sua renúncia e procurou vingar-se do homem que o derrubara, escolhendo para seu sucessor alguém que não fosse do agrado do vencedor. A sua escolha recaiu em Plínio Barreto, redator do ‘Estado’ mas que se achava afastado, aparentemente, do jornal, desde que este entrara a hostilizar o interventor.”*⁶⁵

Mesmo com a derrubada de João Alberto, Miguel Costa não ficou contente com a nomeação de Plínio que, aliás, o deixou na secretaria da Segurança Pública e na chefia da Legião Revolucionária e Força Pública. Costa retornou ao Rio de Janeiro e queria a saída de Plínio. Nesta carta vemos a disputa pela intervenção de São Paulo sendo mediada por Miguel Costa que pleiteava a vaga, mas que Vargas o descartava em vários momentos e, isso, por que o presidente queria alguém que tivesse alguma relação com a cidade e a burguesia local, mas distante dos perrepiristas.

Plínio Barreto era considerado um político moderado, simpatizante do Partido Democrático, bom de diálogo e que transitava entre diferentes nichos políticos de São Paulo, buscando com diplomacia e cordialidade a sua aceitação entre os políticos paulistas. Todavia, mesmo assim, o tenentista Miguel Costa não desistia de sua chegada ao comando do governo paulista e lançou um manifesto em 25 de julho como repúdio aos “heróis bandidos!” Moreira continuava:

“(...) Pela candidatura Barreto batiam-se os estudantes das escolas superiores e os elementos guerrilheiros do partido democrático; contra essa candidatura erguiam-se o operariado, a Legião Revolucionária e elementos populares. Uma greve da qual participaram 40 mil operários se declarou nas fábricas,

⁶⁵ AP 185.02.106. Nesta correspondência Moreira elencava todos os secretários escolhidos pelo interventor e comentava que alguns perrepiristas e democráticos faziam parte deste secretariado. Sua indignação era enorme e acusava estes homens de traidores. Ele havia retornado de um curto período de exílio na França, onde teve alguns momentos próximos de Washington Luís.

*suspendendo quase a vida commercial e industrial da cidade.
(...)*⁶⁶

Com a rápida saída de Plínio Barreto do governo, Vargas nomeou outro interventor, o paulista civil Laudo Ferreira Camargo, mas que também não teve um governo promissor em São Paulo. Desta forma, Vargas acreditava que estava garantindo o apoio dos democráticos, pois o partido começava a articular uma mudança de posição ao expressar o seu descontentamento.

Em 10 de outubro de 1931, Washington Luís comentava que se *“inicia uma campanha nativista contra os invasores”* e falava sobre a forma como estava sendo escolhido, pelo governo provisório, o interventor do estado mais rico da federação. O ex-presidente declarava, à época, que os verdadeiros republicanos não se aproximariam dos homens do poder e deixava claro que o diretório do PRP manteria seus escritórios, pois havia um mandato a cumprir:

*“A situação é a mais grave que a actualidade pode apresentar; mas parece-me que não está ainda amadurecida para se resolver, como se diz em relação aos tumores (...) Em relação ao Brasil já se manifestaram signaes precusores da desagregação; em relação ao governo discricionário é evidente a dissolução, que se cahe nas suas fracturas e rasgões de frágeis camadas que já nada escondem. Já é indisfarçável a phase final. Que seja esta? (...) É preciso estar alerta.”*⁶⁷

Roberto Moreira, diante da instabilidade política de São Paulo, também, relatava a situação econômica ao seu correligionário Washington Luís, numa mescla de assuntos e conteúdos de ordem política e, em alguns casos, a pedido de ambos, de ordem familiar.

Na correspondência de 25 de setembro de 1931, quando o ex-presidente se encontrava com um cotovelo fraturado, resultado de um tombo em Paris, Moreira se apressou a colocar o ex-presidente a par da situação econômica do Brasil e, numa determinada parte do texto da missiva, o advogado descrevera a crise, mas também o que se poderia salvar ainda desta situação caótica. Ele comentava:

“Crise no Brasil, economia em colapso. Aumento dos impostos e desemprego. De positivo o aluguel de casas e a indústria que cresce com o aumento dos impostos de importação. (...) O governo discricionário (que ironia!) defendeu o pagamento das amortizações da dívida externa e agora

⁶⁶ Idem

⁶⁷ AP 185.03.112.

tambem os juros dessa mesma divida. Com acordo dos credores teria a moratória, com elle é a fallencia. Estes credores são americanos, inglezes e francezes. Jamais aconteceu tal!"⁶⁸

O governo de Vargas optou por diminuir as importações através do aumento de impostos com o objetivo de incentivar o mercado interno e influenciar a indústria nacional e, isso, ocorreu, sobretudo, como política econômica até 1937.

Neste caminho, em 1931, houve um decreto do então presidente Getúlio Vargas com o objetivo de enquadrar os sindicatos diante da crise que se estendia no país decorrente do abalo financeiro internacional e da excessiva oferta de café. Os sindicatos foram arregimentados como instrumentos de consulta e colaboração do poder público.

A queima das sacas de café foi, também, decisiva para tentar conter os preços dentro e fora do país. A postura do governo era de centralizar os sindicatos, criar os Departamentos Nacionais e, entre eles, o do Café e formar o Ministério do Trabalho, Comércio e Indústria com a intenção de garantir o controle das decisões e realizações do seu projeto econômico. A ordem era diminuir a dependência externa, num plano desenvolvimentista e nacionalista. Este *Estado-empresário* tomou a frente para prover a infra-estrutura e a produção de matérias-primas básicas. Com isso, iniciava-se um período de estatização da economia brasileira.

Em 15 ou 19 de novembro⁶⁹, Roberto Moreira comentava que com a ascensão de Laudo de Camargo como governante de São Paulo, houve um sinal de democracia, porém os seus telefones, de casa e do escritório de advocacia, juntamente com as suas correspondências, foram grampeados e violados pelos órgãos estatais de proteção ao cidadão comum.

Ele continuava a explicar os trâmites políticos e em nível federal assinalou ao ex-presidente que *"continua no partido o regime de acephalia e que Gervásio (codinome de Olegário Maciel) está armado até os dentes"* para resistir ao Mário (Arthur Bernardes) que era, naquele momento, aliado de Acácio (Getúlio Vargas) e

⁶⁸ AP 185.03.102 Nesta missiva Roberto Moreira utilizava-se do pseudônimo de Merke Batherlémy, que era registrado, também, pelo pseudônimo de *"Dr. Mister"*.

⁶⁹ AP 185.03.110. Esta carta datilografada tem em seu final a saudação a esposa Dona Sophia e ao cunhado de Washington Luís que se encontrava em Paris, Raphael Tobias Barros.

Dámani (Oswaldo Aranha)⁷⁰. Observemos este trecho em que Moreira utilizava-se de vários pseudônimos:

“(...)O Simão, que aqui esteve ha dias, teve essa mesma impressão. Elle, segundo me informou pessoa que lhe recolheu as confidenciais, quizera encontrar alguém com que pudesse estudar a hypothese de um alliança. Segundo elle, Gervasio, armado até os dentes, procura apoio fora do seu feudo para resistir á pressão de Mario, aliado como sempre ao Damaso e ao Accacio. Não encontrou ninguém. A sua conclusão é que a sizania lavra como um incendio nos arraiaes da Máfia, enquanto a Gironde se debate e enfraquece nas torturantes hesitações da duvida. Apesar disso, prometeu voltar.”⁷¹

Então, no final deste mês de novembro de 1931, houve a nomeação do tenentista Manuel Rabelo, ficando de lado, mais uma vez, Miguel Costa que se mostrava interessado em assumir o cargo. Mesmo com tantos desencontros políticos para a nomeação e continuação de um interventor em São Paulo é coerente a hipótese de que havia grande preocupação de Getúlio Vargas com quem iria governar São Paulo. Porém, mesmo assim, ele não conseguiu evitar o desenrolar de uma sublevação dos paulistas.

Um pouco antes, em 10 de outubro de 1931, entre os comentários sobre as substituições de interventores em São Paulo, Roberto Moreira comentava sobre a fragilidade e a instabilidade das ações de governo do presidente Vargas. No final da correspondência ele desabafava:

“Getúlio Vargas é o ditador gelatina, pois entrou pela traição e basta um simples sopro para cair”⁷².

Esta preocupação de Moreira em relatar a fragilidade do presidente e acusá-lo de ditador que estava na iminência de perder o cargo é, de certa forma, perceber nele a intenção de confortar Washington Luís, mesmo porque o retorno do exílio era,

⁷⁰ São codinomes retirados da mesma correspondência. Mesmo com a colocação da LISTA no início deste capítulo, optamos por repetir os nomes correspondentes como forma de facilitar a associação do leitor. Neste caso aparece o codinome *Mario* que foi um general romano responsável pela transição que levaria a formação dos triunviratos.

⁷¹ AP 185.03.110.

⁷² AP 185.03, mas sem número. O material usado foi um papel-carta de seda do Correio francês escrito dos dois lados, com uma letra cursiva e pequena, num bico de pena que ocasionou alguns borrões que dificultavam, ainda mais, a leitura.

segundo Moreira, dado como certo e não havia problema algum dentro do PRP para aceitar a volta da liderança do ex-presidente.

É compreensível a situação em que se encontrava Moreira, uma vez que o seu chefe e mentor político não poderia estar presente num momento tão difícil para os paulistas do PRP. Entretanto, para daí pensar que a sua volta era esperada pelos perrepistas e condição, *sine qua non*, para reverter o quadro político, teria um longo caminho.

Moreira não se cansava de lembrar que considerava um “*fracasso completo a revolução*”, justificando a brutalidade que o governo dedicava ao comentar que a “*imprensa está amordaçada e os jornalistas ameaçados*”.⁷³ É de se esperar que a situação não era nada fácil para a oposição, pois havia uma fiscalização assídua das correspondências e da imprensa em geral, todavia, isso não parecia ser condição para afirmar que o movimento da Aliança Liberal estivesse condenado ao fracasso. Havia, sim, a necessidade de Moreira passar ao ex-presidente não só a imagem deste panorama caótico, mas também, que o governo e seus aliados estavam desorganizados e que não tardaria para os perrepistas retornarem ao poder.

Moreira seguiu narrando ao ex-presidente que muitos republicanos participavam e tinham cargos no governo de Vargas, entre eles, o perrepista Vicente Prado que assumiu a presidência do Banco do Brasil. Isso não deixava dúvidas, para o interlocutor do ex-presidente, de que a falta de liderança do partido era o motivo do desmantelamento do grupo paulista. A situação política deste grupo se apresentava sempre complicada. Moreira tinha intenções políticas e o retorno do ex-presidente poderia permitir a recomposição das oligarquias depostas pelo golpe de 1930. Ele esperava que a liderança de Washington Luís pudesse reconstituir as forças políticas de São Paulo, pois ao mesmo tempo em que falava da dificuldade da oposição, ele conclamava o amigo a retornar e assumir o posto.

Todavia, no desenrolar da década de 30 e 40 não houve nenhuma menção a algum tipo de campanha pedindo o retorno de Washington Luís.⁷⁴ A volta do ex-

⁷³ Idem. Esta correspondência mostrava a dificuldade que Moreira tinha para se comunicar dentro e fora do país com seus correligionários. Isso nos mostra a forma como Vargas, já em meados de 1931, cuidava de seus opositores, garantindo uma truculência que não deixaria a chance deles se reorganizarem. Porém, por outro lado e, não querendo ser redundante, este tratamento dispensado aos opositores já vinha sendo praticado muito tempo atrás. A forma rigorosa com que o governo cerceava seus inimigos políticos não era nenhuma novidade na década de 1930. Haja vista algumas manobras político-militares ocorridas durante a Primeira República nos governos de Prudente de Moraes, Hermes da Fonseca, Arthur Bernardes e do próprio Washington Luís.

⁷⁴ Na correspondência de 26 de junho de 1931 Roberto Moreira comentou que um colégio de freiras mostrou um quadro com a imagem de Washington Luís e que fora bem recebido pelos participantes da liturgia. Situação

presidente em 1947, também, não fora a volta de um líder para a retomada do poder, mas sim, de um retorno de um ex-presidente que estava fora das próximas disputas eleitorais, dedicando-se a família e a pesquisa no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Em 15 de dezembro de 1931, Washington Luís comentava sobre o forte esquema de segurança para que não permitisse que suas correspondências chegassem ao destino por ele escolhido. A imprensa estava sendo vigiada o tempo todo e o ex-presidente encontrava muitas dificuldades para ter espaço para se defender nos jornais e, isso, mesmo naqueles que o apoiavam, como OESP e o Correio Paulistano. Nesta correspondência aparece quatro vezes o uso do termo *Cerimônia* (Revolução). Ficava, assim, evidente que, se não tivéssemos a LISTA, teríamos mais dificuldade em entender o significado da frase, uma vez que não achamos nenhuma relação entre as duas palavras.

É possível perceber, nesta missiva, que o ex-presidente estava sustentando a tese de que uma *contra-revolução* seria a única forma de retomada do poder pelos paulistas. Washington Luís queria a volta de um regime constitucional que trouxesse eleições que levassem de volta ao comando do país o próprio PRP e não uma suposta Constituinte que garantisse a continuidade de Vargas. Ele escreveu que:

“Não podemos nos iludir com a constitucionalização gaúcha, pois é diferente da ‘Constituinte já’. Isso é tapeação, é despistação”⁷⁵ feitas por João Neves da Fontoura, Flores da Cunha e Withaker. Eles são da Aliança Liberal. (...) E seria muito triste porque é indiscutível a incapacidade dessa gente, e o Brasil nada deles pode esperar de útil. O trabalho não é para nenhum homem, para nenhum partido, é exclusivamente para o Brasil. Que dizer-se de um país, onde há mais de um anno dura pela traição, uma dictadura de ambições pessoais. (...) E S. Paulo? S. Paulo rico, S. Paulo independente, S. Paulo patrista, cheio de homens, de bons interesses e justas aspirações, S. Paulo locomotiva? “Heitor está disposto a tomar posse do seu lugar nas fileiras da contra-revolução”⁷⁶. (...) E São Paulo? O

próxima ocorreu também no cinema Oden, no centro da cidade. Mas, não encontramos nas correspondências nenhum registro de que houve algum movimento reivindicando a sua volta.

⁷⁵Ap 185.03.111. É considerado um neologismo pelo próprio Washington Luís ao falar sobre a censura e a forma suja como o governo provisório vinha governando e tratando a oposição e outros assuntos. Esta *despistação* se definia na forma como Vargas iludia os trabalhadores e a burguesia industrial, descrevendo as políticas empregada, como que se fosse uma grande inovação, mas que o ex-presidente não considerava nenhuma novidade, mesmo porque para ele havia a idéia de que tudo aquilo era mera continuação de seu governo. Este termo aparece grafado também como *despistamento*.

⁷⁶Idem. Nesta correspondência lida no início da nossa pesquisa, num momento de separação dos documentos por assuntos, Washington Luís apresentava-se animado com a retomada do poder pelos perrepistas e proclamava sua volta como líder maior. Esse estado de espírito foi muito raro, apenas ocorrendo em alguns momentos do período estudado pelas correspondências entre eles.

*Partido democrático não é paulista? Onde está a honra destes paulistas?*⁷⁷

Esta denúncia do ex-presidente em defesa de uma contra-ofensiva ao governo Vargas foi ilustrada através de uma campanha militar francesa que, provavelmente, ocorrera durante a Primeira Guerra Mundial, onde os franceses resistiram, contra-atacaram os alemães e foram vitoriosos. Nesta mesma correspondência temos dois momentos interessantes, o primeiro em que o próprio ex-presidente usava o codinome de *Heitor* e fazia uma declaração de que, pelo menos, pudesse alimentar as esperanças de Moreira de vê-lo de volta ao Brasil. E, a segunda, onde questionava sobre o papel dos membros do Partido Democrático na oposição a Vargas, uma vez que haviam participado da Aliança Liberal e, posteriormente, haviam rompido por conta da nomeação de um interventor em São Paulo.

Foi nesta cidade que ocorreu a primeira dissidência na Aliança Liberal com o Partido Democrático que, até então, havia apoiado o movimento que derrubou Washington Luís com o intuito de quebrar a hegemonia perrepista, mas, após a distribuição dos cargos e das condições como foi criado o governo, seus líderes sentiram-se traídos e resolveram abandonar o grupo de Getúlio Vargas. Num momento de introspecção e análise das diretrizes políticas e do seu programa político, os democráticos acreditavam na importância do fato de serem paulistas e formaram, juntamente, com os perrepistas, em fevereiro de 1932, a Frente Única Paulista, sob a égide de uma *causa paulista* e pró-constituente que, posteriormente, levou ao aumento de dissidentes políticos no Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

Podemos considerar três motivos que levaram o Partido Democrático a cancelar a sua participação no grupo ligado a Getúlio Vargas. Primeiro, os democráticos queriam uma nova Constituição. Em segundo, tinham a intenção incondicional de chegar ao poder pelo processo democrático e não através das armas. E, em terceiro, por não conseguirem o cargo de interventor em São Paulo.

A reação paulista em 1932: Burguesia urbana, intelectuais e trabalhadores

⁷⁷ Ibidem. Washington Luís criticava a participação dos democráticos na Aliança Liberal, mas entendia também que o momento era propício para uma união destes partidos em busca de uma *causa paulista* e, isso, como sabemos, aconteceria em breve.

O pedido pela presença dos democráticos na luta contra Vargas se concretizava nas articulações da Frente Única Paulista e de alguns grupos descontentes com os métodos empregados por Vargas. Era a Revolução Constitucionalista que eclodiu em 9 de julho de 1932. Esta foi a tentativa dos paulistas de retornarem ao comando do poder federal pela via armada. A figura mítica de Washington Luís, segundo Roberto Moreira, representava o objetivo maior destes ideais revolucionários. O jornal OESP estampava em sua capa que:

“ESTÁ VICTORIOSO, EM TODO O ESTADO, O MOVIMENTO
REVOLUCIONÁRIO DE CARACTER CONSTITUCIONALISTA”⁷⁸

Os líderes aliancistas Batista Luzardo, João Neves da Fontoura, Borges de Medeiros e Lindolfo Collor unidos pela Frente Única Gaúcha, demitiram-se de seus cargos no governo federal e engrossaram as fileiras da oposição ao governo provisório. Isso fez com que aumentassem as chances do grupo de oposição ligado a São Paulo, a Frente Única Paulista. Essa articulação paulista foi crescendo a despeito da tentativa de Getúlio Vargas de apaziguar os ânimos com a publicação da Lei Eleitoral de 24 de março de 1932, com o intuito de realizar eleições para a formação de uma Assembléia Nacional Constituinte para a elaboração de uma nova Constituição para o país. Esta decisão de Vargas chegava tarde demais e não fora o suficiente para arrefecer os ânimos dos paulistas.

Neste ano de 1932 já havia outro interventor em São Paulo, era o civil Pedro de Toledo. A sua tentativa de restabelecer a confiança dos paulistas ficou clara logo de início, quando chamou o PRP para compor o secretariado juntamente com o PD. Mas, as forças de São Paulo já estavam decididas e prontas para o embate bélico. Os generais Isidoro Dias Lopes e Bertoldo Klinger tornaram-se os comandantes deste conflito do lado dos paulistas. Mesmo com a tentativa do novo interventor, os confrontos entre a oposição e a Força Pública, de Miguel Costa, eram freqüentes nas praças e ruas de São Paulo.

Com a formação da Frente Única Paulista e o início da tentativa de tomada do poder com o nome de Revolução Constitucionalista de 1932, Moreira acreditava,

⁷⁸ Jornal O Estado de São Paulo, dia 10 de julho de 1932, nº 19.216. O editorial deste jornal acrescentava que havia uma unanimidade paulista sobre a idéia de trazer a lei de volta ao país através de uma Constituição e da derrubada do governo de Vargas.

definitivamente, conforme suas cartas, que esse era o momento exato para os perrepistas retornarem ao poder.

Moreira descrevia que Vargas desarticulou a tentativa de união do PRP e PD e que, por isso, alguns não aceitaram a formação da Frente Única, como foi o caso de Marrey e Feliciano, ambos do Partido Democrático, que se posicionaram descontentes com a Frente. Entre os seus comentários descreveu que quando Oswaldo Aranha chegou a São Paulo para posse do novo interventor, viu que a *“cidade estava em polvorosa”*. Mas, mesmo assim, Aranha tentou dismantelar o movimento que pedia por autonomia na administração da cidade. No palácio dos Campos Elíseos, multidões exigiam a saída do interventor e do Sr. Aranha. Ele comentava que as palavras de ordem desferidas pelos manifestantes na praça do Patriarca eram:

*“Morra Getúlio!”
“Abaixo a Dictadura!”
“Fora Sr. Aranha!”⁷⁹*

Entretanto, o interventor Pedro de Toledo e homens da Força Pública paulista foram para a sacada superior do palácio para encontrar a multidão que aplaudia os membros do novo governo. A intenção era de acalmar os ânimos e, isso, fora conseguido de uma certa forma por ambos, mas isso só ocorreu porque a multidão não sabia que o próprio Oswaldo Aranha estava entre os responsáveis pela articulação política e pelos acordos que foram feitos para a formação deste novo governo.

Moreira criticou nesta correspondência⁸⁰, os artigos do jornal *A Razão* de Alfredo Egydio e Plínio Salgado, por estar à mercê dos interesses da *“dictadura de Acácio”*. Aliás, uma de suas denúncias era a de que o próprio Plínio Salgado havia abandonado o PRP, engrossando as fileiras dos apoiadores de Vargas. Nesta condição, é evidente a observação de que Plínio Salgado se identificava com a forma como Vargas estava governando o país e, a partir daí, havia recebido o apoio necessário para articular o seu grupo de simpatizantes das ideologias totalitárias e

⁷⁹ AP 185.03.119. Esta Carta em papel de seda do Correio francês de 9 a 11 de novembro de 1932 era muito extensa, com vinte páginas, e Roberto Moreira passava detalhes do movimento militar e civil que fora chamado de Revolução Constitucionalista de 1932. Moreira assinava como Dr. Mister e estava endereçada ao Dr. Merke.

⁸⁰ Idem. AP 185.03.119.

promover o pensamento integralista⁸¹. Este movimento político recebeu muito apoio de Vargas, sobretudo, no momento em que foi indispensável para o confronto direto nas ruas das capitais com os comunistas da Aliança Nacional Libertadora⁸². O Integralismo foi:

“muito eficaz na utilização de rituais e símbolos: o culto da personalidade do chefe nacional, as cerimônias de adesão, os desfiles dos ‘camisas-verdes’ ostentando o sigma em uma braçadeira. (...) O integralismo se definiu como uma doutrina nacionalista cujo conteúdo era mais cultural do que econômico. Sem dúvida, combatia o capitalismo financeiro e pretendia estabelecer o controle do Estado sobre a economia. Mas sua ênfase maior se encontrava na tomada de consciência do valor espiritual da nação, assentado em princípios unificadores: Deus, Pátria e Família era o lema do movimento.”⁸³

Outro jornal que defendia o governo sem nenhuma cerimônia, segundo Moreira, era o *Correio de São Paulo*, de Miguel Costa que, não por acaso, fora empastelado por esta mesma multidão que aplaudira Pedro de Toledo em sua posse nos Campos Elíseos. Há tempos, Miguel Costa estava sendo criticado por grupos paulistas, durante reuniões da oposição, pela sua postura truculenta no comando da Força Pública, como, também, em sua participação na formação da Legião Revolucionária. Não eram esporádicos os métodos violentos e as invasões feitas em casas, escritórios e órgãos de imprensa considerados de oposição por esta milícia que fora criada em 1931, com o intuito de coibir os encontros e comentários críticos ao governo de Vargas.

⁸¹ Em outubro de 1932 Plínio Salgado e outros intelectuais fundaram a Aliança Integralista Brasileira através do Manifesto Integralista e, isso, foi decorrência de uma viagem, em 1930, de Salgado à Itália, onde entrevistou Benito Mussolini e do qual recebeu inspiração, por conta da forma como ficou impressionado com a organização política daquele país, para criar o seu próprio partido. O integralismo era um doutrina anticapitalista, anti-socialista e antiliberal, que se colocava mais no campo da cultura do que do econômico. A concepção de Estado integral não aceitava a pluralidade partidária e via no Estado o único responsável por representar a sociedade. FONTE:CPDOC da Fundação Getulio Vargas.

⁸² Era um grupo com várias tendências políticas, mas que tinha no PCB uma influência maior sob a liderança de Luís Carlos Prestes, o ex-tenente da Coluna Prestes. Prestes foi contra o golpe que levou Vargas ao poder em 1930 por achá-lo de cunho burguês. Ele entrou para o PCB em agosto de 1934 contra a vontade de muitos comunistas influentes no partido, mas sob a tutela do Comintern fez mudanças importantes no partido como a ampliação e diversificação das bases, deixando de ser um partido apenas voltado às classes operárias. O programa básico da ANL era de conteúdo nacionalista com a supressão do pagamento da dívida externa, a nacionalização das empresas estrangeiras, a reforma agrária, a garantia das liberdades populares e a constituição de um governo também popular.

⁸³ BORIS, Fausto. História Concisa do Brasil. 2 ed. São Paulo, ed. da Universidade de São Paulo, 2006. Esta idéia de culto a imagem era muito freqüente nos governos Totalitários da Europa, sobretudo, na Itália de Benito Mussolini e, na Alemanha, de Adolf Hitler. Getúlio Vargas fará uso deste ritual político da memória, sobretudo, na segunda metade da década de 1930, como forma de garantir o lugar da memória às políticas sociais realizadas em seu governo que, de certa forma, mascaravam a falta dos outros direitos políticos e civis.

A Legião Revolucionária foi atacada na bacia de Itapetininga, no Rio Grande do Sul, mas a resposta veio através de uma potência de fogo desproporcional com o uso de metralhadoras. Houve muitos mortos e feridos e, entre eles, muitos eram estudantes. Segundo Moreira, neste estado do sul do país, Flores da Cunha liderava a contra-revolução, passando o governo a Borges de Medeiros que, posteriormente, foi preso. No Mato Grosso o general Klinger iniciou o movimento militar e, em Minas Gerais, seria a vez de Arthur Bernardes. No Rio de Janeiro, o chefe de polícia, o tenente João Alberto, combateu a revolta. A narrativa de Moreira continuava a colocar detalhes na movimentação do grupo *contra-revolucionário* que se organizava, sobretudo, em São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Na correspondência Moreira estava certo de que teriam sucesso nesta empreitada das Frentes Únicas. Neste trecho Moreira descrevia a estratégia militar do governo usada para atacar São Paulo. Assim ele escrevia:

*“Com effeito, Getulio, prevalecendo-se da attitude defensiva em que se conservavam os paulistas, despejou contra elles todas as tropas de terra e mar existentes no Brasil, inclusive as milícias policiaes dos Estados e os corpos irregulares que se organizaram. Graças a isso poudo cercar o Estado e invadir-o, simultaneamente, por todos os quadrantes. Góes Monteiro atacou-o pelo Valle do Parahyba, João Alberto por Cunha, via Paraty; Waldomiro de Lima e João Francisco pelo sul; Jorge Pinheiro pelo norte; Rabello pelo oeste. A esquadra bloqueou, incansavelmente, todos os portos, desde Cananéa até S. Sebastião.”*⁸⁴

Segundo Moreira o clima era de guerra e havia muita tensão nas ruas, mas mesmo diante disso muitos se alistavam nas frentes de batalha. Moreira chegou a escrever que *“a mocidade paulista procedeu soberbamente”* e que, nas palavras do perrepista Pinheiro Machado *“só gente rica briga por São Paulo”*⁸⁵. Isso, talvez, sugeria a sua tentativa de mostrar ao ex-presidente que a elite paulista assumiria a questão da *“causa paulista”*. Moreira relatava a preparação dos paulistas e que Victor Luis, filho do ex-presidente, havia se alistado como voluntário:

“O heroísmo paulista terá um dia os seus chronistas e os seus cantores. Saiba-se, apenas, por agora, que o povo paulista foi sublime. As tropas regulares existentes não sommavam mais de 13 mil homens, a saber, cerca de 5 mil do exercito e 8 mil da Força Pública. São Paulo, entretanto, teve

⁸⁴Ibidem. AP 185.03.119

⁸⁵Ibidem.

os soldados de que precisava para a campanha. Teve-os por que não houve quem não se alistasse como voluntário. Um dos primeiros a fazel-o foi o Victor Luis, filho do presidente Washington. Esse galhardo rapaz engajou-se como praça num batalhão da força Pública e seguiu para o sul com a sua unidade. Em poucos dias era promovido a 1º sargento, por actos de bravura, tendo ficado de uma feita, durante 36 horas, no manejo de uma metralhadora, em trincheira particularmente visada pelo fogo do inimigo”⁸⁶.

Moreira queria mostrar a Washington Luis que estavam prontos para a batalha, apesar do pequeno efetivo, e que a presença de seu filho junto dos voluntários era um sinal de que tinham o apoio da elite paulista e de grupos descontentes com o governo Vargas. Moreira tinha convicção de que o inimigo era superior em número e armas e que os três meses que duraram o movimento foram caracterizados pela valentia dos paulistas com o objetivo de se libertarem da ditadura de Vargas.

Para Moreira havia um movimento de aglutinação em São Paulo que era apresentado como o lugar da unidade, onde as classes e seus antagonismos desapareciam frente ao objetivo de manter a pátria dos paulistas. Essa estratégia já havia sido utilizada no início da República, especialmente, no episódio da Revolução Federalista. Entretanto, a forma como ele colocava a organização do movimento moldado por classes distintas, não podemos assumir que os interesses fossem iguais, mesmo se colocássemos o conceito de revolução, estas classes tinham interesses antagônicos, a saber, a condição em que estas pessoas viviam na cidade de São Paulo. A campanha publicitária era maciça e as promessas de uma reviravolta na importância de São Paulo como centro econômico do país era o que moviam estas classes, mas não que estivessem organizadas por um único interesse.

Os discursos da elite paulista eram precedentes de outros momentos históricos que vislumbravam uma unicidade demagoga e autoritária, como podemos conhecer através de Alberto Salles em ***A Pátria Paulista***⁸⁷, em que defendia a

⁸⁶ Ibidem.

⁸⁷ SALLES, Alberto. *Pátria Paulista*. Coleção Temas brasileiros, Brasília, ed. UNB, 1983. O autor comenta nesta obra sobre um movimento separatista iniciado em 1887 onde São Paulo tornar-se-ia uma nação, independente do resto do Brasil, com governo próprio. Este momento histórico era caracterizado pela discussão sobre o Estado escravista e a concepção dos direitos que levariam a uma cidadania plena. Embasado pelo pensamento positivista Comteano e a antropologia Spenceriana, Sales defendia “cientificamente” a emancipação dos paulistas pela observação das mudanças da monarquia para a república, do unitarismo para a o federalismo e, finalmente, a emancipação de São Paulo. Juntamente com Alberto Salles havia outros ideólogos do separatismo paulista do século XIX, eram: Martim Francisco Ribeiro de Andrade, Francisco Eugênio Pacheco e Silva e Joaquim Fernando de Barros.

República Semecrática, uma articulação em autogoverno com as características da Confederação dos Estados formada nos Estados Unidos da América.

Foram fabricadas muitas armas com dinheiro público e, principalmente, particular dos paulistas. E isso ocorreu por meio de campanhas como “*Doe ouro para o bem de São Paulo*”. Entre estas armas compradas e confeccionadas havia muitas balas de canhão, lança-chamas, capacetes, balas de fuzil, tanque de guerra etc. Neste trecho da correspondência, Moreira com o codinome de *Dr. Mister* comparava a luta de São Paulo contra Vargas com as batalhas de Cartago contra os romanos. É curioso que as referências históricas citadas nas cartas apareciam muitas vezes, como forma de mostrar o conhecimento que ambos tinham sobre a história e a relação que queriam fazer entre a história que estavam vivendo e a História Política dos grandes personagens e guerras.

As semanas finais deste movimento mostraram os paulistas isolados, traídos pelas frentes *revolucionárias* de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. Isso levou, em 27 de outubro de 1932, o general Klinger, de Minas Gerais, a pedir o armistício a Vargas. Moreira disse que houve comentários de que teria havido um suborno e a promessa de benefícios para a assinatura deste armistício, mas ele não poderia afirmar por não possuir provas, ou o que pensamos, possivelmente, que ele não tivesse a intenção de apresentar o ocorrido a Washington Luís, pelo menos naquele momento crucial que era a derrota dos paulistas. Os vencedores Góes Monteiro, pelo Vale do Paraíba e João Alberto, via Parati, tiveram presença efetiva nas vitórias sobre os paulistas e marcaram pontos com Vargas que os colocava em posição de destaque em seu governo. Moreira escrevia que a “*revolução paulista*” fora uma grande resistência e que graças a força dos paulistas o Brasil sabe da valentia e importância do estado:

“(...) Observando todas essas transmutações que se operaram no carácter dos paulistas, acode-me sempre ao espírito uma phrase do presidente Washington Luis, no infausto dia da sua deposição. Conta-se que, havendo o grande presidente ordenado uma providencia de carácter militar, alguém lhe obtemperou: ‘Não há sacrificios inúteis!’ É verdade! Vencido, humilhado, dessamparado, sacrificado, São Paulo, entretanto, não morreu. Ganhou, ao contrario, moralmente, maior prestigio no seio da nação. Saber agora o Brasil que São Paulo briga de verdade e que o paulista não é nem frouxo e nem veste saia, como em tom de grosseiro escaneio apregoavam aos quatro cantos os arautos da dictadura”.⁸⁸

⁸⁸ AP.185.03.119.

Com o armistício, Pedro de Toledo fora retirado do governo e o militar Waldomiro de Lima tornara-se o presidente de São Paulo. Segundo Moreira, muitos líderes foram exilados em Portugal, como: Altino Lima, Manoel Villaboim, Sylvio de Campos, Chico Junqueira, Rodrigues Alves Sobrinho e Álvaro de Carvalho. No Rio, hospitalizado, estava Ataliba Leonel. A condição de exilados políticos era uma continuação da política de controle da situação que imperava em Vargas desde o início. No caso de Washington Luís, havia uma preocupação de Vargas com o seu distanciamento desde de 1930 ou este exílio se tornou uma forma de garantir a sua integridade e de observar tudo de um lugar seguro? No que vemos nas cartas era que havia condições de regressar o ex-presidente, o que estava sendo colocado por Moreira em muitas delas, mas algo mais impedia este retorno. Talvez fosse a segurança e o conforto de Paris, ou mesmo a certeza de que a desarticulação do poder regional e oligárquico da Primeira república havia sido feito e que Washington Luís sabia que não teria mais espaço na política brasileira.

Na correspondência de 24 de novembro de 1932, Moreira continuava a relatar o movimento chamado por ele de *revolucionário* e que as consequências para São Paulo desta tentativa frustrada que se mantivera por três longos meses mostrava que Washington Luís não havia tido nenhuma participação direta no confronto e, muito menos, nas negociações finais que garantiram o desfecho do conflito. Segundo Moreira, o ex-presidente estava alheio a tudo o que ocorreu durante estes meses.

*“Espero que tenha chegado ao destino a longa carta que lhe mandei pelo correio aereo, partindo daqui o dia 11 do corrente. Nella procurei dar-lhe detalhes da revolução de julho.(...) Já sabe o senhor que o governo Pedro de Toledo foi deposto por ordem do commando de Força Pública. Quando os emissários desta se estenderam , em Cruzeiro, com o general Góes Monteiro, para negociar a cessação das hostilidades, pactuaram com elle aquele acto, que se consummou com a maior facilidade(...)”*⁸⁹

Voltando a correspondência AP 119, de 9 a 11 de novembro de 1932, que contava toda a evolução do conflito de 1932, Moreira usando o codinome de *Dr. Mister*, explicava as consequências de sua participação no movimento:

⁸⁹ AP 185.03.115

“Está retido em casa desde outubro de 32, por escapar a ordem de prisão. Não quis se apresentar à polícia, pois muitos amigos estão encarcerados. Já conheceu as agruras do exílio e não se sujeita a prisão. A ditadura está flagelando inocentes e culpados, grandes e pequenos. Ele não teve participação directa no movimento, apenas apoio a São Paulo.”⁹⁰

Naqueles dias, o ex-presidente encontrava-se em Barcelona. As notícias eram muito ruins para ele, pois tratavam da derrota dos paulistas e do aumento do rigor das táticas ditatoriais. Informações como a traição e saídas de Plínio Salgado e Marrey do PRP eram tentativas de incitar o ex-presidente a retornar ao país. Os líderes perrepistas de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul estavam sendo expatriados, enfraquecendo o comando da oposição ao Governo Provisório de Getúlio Vargas. Moreira comentava que, mesmo com o início do alistamento militar, não se via sinais de melhora na situação e chegava a dizer que:

“Saio pouco de casa, estou me escondendo dos homens de Getúlio, pois tenho cinco filhos para criar e temo em ser preso.”

No final de 1932 ele comentava que a economia paulista estava em ruínas e citou, como exemplo, a taxa de 2% ao ano sobre os negócios do Porto de Santos. A presença de Góes Monteiro em São Paulo foi diminuída pelo próprio Vargas que descartou a hipótese dele ser o novo interventor, colocando em seu lugar Herculano de Carvalho. Informou que Vargas não queria Góes Monteiro em São Paulo, pois isto fortaleceria o general e traria riscos ao seu controle sobre São Paulo e, principalmente, sobre o seu projeto nacional.

Em outra correspondência de 05 ou 08 de dezembro de 1932⁹¹, Moreira disse que a dívida externa brasileira não estava sendo paga pelo Governo Provisório. Sobre o movimento *outubrista* afirmou que “*encarcerou*” São Paulo no governo de Accácio e “*(era) é muito difícil conhecer a verdade hoje no Brasil, por causa da censura*”. Comentou que o 6º Batalhão da Força Pública em Várzea do Carmo rebelou-se, mas foi logo dominado. Um dos líderes era Daniel Costa, irmão de

⁹⁰ AP 185.03.119. De volta a esta missiva podemos nos atentar a um detalhe. A origem destas correspondências que variava de cidades. Algumas vinham do Rio de Janeiro, outras de Curitiba, mas vinham, sobretudo, de São Paulo. Num primeiro momento pensávamos numa terceira pessoa, mas ao observar numa correspondência manuscrita que a grafia e a assinatura eram muito parecidas com a de Roberto Moreira, chegamos a conclusão de que ele era o autor, o próprio *Dr. Mister*. Um outro codinome era utilizado por ambos, o de Merke Batherlémy.

⁹¹ AP185.03.116.

Miguel Costa, no momento chefe da Força Pública de São Paulo. Operários da fábrica dos *Matarazzo* fizeram greve e receberam apoio da Força Pública, isto ficou marcado tanto para Roberto Moreira quanto para Washington Luís sob a suspeita de que Getúlio Vargas tinha relações com os comunistas, mas isso não nos parece real, pois o uso do termo comunista como o bolchevismo citado páginas atrás era, indiscriminadamente utilizado pelos dois lados, sempre com a conotação pejorativa, como forma de agredir o opositor.

Nesta correspondência ele revelou quem eram os líderes expatriados pelo Governo Provisório após a tentativa frustrada dos paulistas na Revolução Constitucionalista de 1932. O político Ataliba Leonel foi expatriado para Lisboa em 30 de novembro, o mineiro e ex-presidente Arthur Bernardes, temporariamente apoiador de Vargas, foi mandado também para Lisboa. Borges de Medeiros, padrinho político de Getúlio Vargas, estava preso numa ilha do litoral do Rio de Janeiro. No final, Moreira implorou, novamente, ao ex-presidente:

*“Pode o senhor, Washington Luís, fazer alguma cousa,
pois o seu nome cresce.”⁹²*

Estas correspondências apresentavam uma preocupação com a continuidade do Governo Provisório e com as intenções de Vargas de se perpetuar no poder. As manobras políticas e as traições de perrepistas e de democráticos paulistas eram o grande tema, juntamente com a falta de liberdades e de espaço de manejo para a infiltração de uma estratégia oposicionista.

A Revolução Constitucionalista que aconteceu entre os meses de Julho e outubro teve como compensação da derrota militar, no campo político, alguns acordos entre a elite paulista e o governo Vargas, uma vez que ambos sabiam que a junção destas forças traria benefícios para os dois lados. O ex-presidente continuava em Paris de onde ouvia dizer ou lia sobre os acontecimentos do Brasil com muito ceticismo.

O próprio Roberto Moreira, após o fracasso de outubro de 1932, não via com bons olhos o futuro do país, mostrava-se pessimista com a direção que políticos paulistas estavam tomando por conta das pressões e interesses dos setores dirigentes naquele momento.

⁹² Idem.

Importante perceber que os acordos firmados entre o governo federal e São Paulo põem fim a república do café-com-leite, ao *coronelismo* e o *jaguncismo* como formas de confronto pelo poder. A racionalidade que se firmava era a da institucionalização da repressão com a centralização das forças de controle. DOPS, Força Pública e Forças Armadas e dos mecanismos de planejamentos econômicos como os Institutos Nacionais da produção extrativista, agro-exportadora e de energia, a modernização da indústria.

A convocatória para a Assembléia Constituinte em 1933 indicava esse movimento de inserção do país na dinâmica da economia mundial. Entretanto, não foi possível naquele momento completar o tripé Planejamento; Repressão e Incorporação das massas populares. O controle sobre as classes médias e proletárias ficou naquilo que os analistas denominaram como o *hibridismo* da Constituição de 1934: intervenção do Estado na economia com liberdades políticas e civis. Voltaremos a esse tema mais adiante.

Na correspondência de 20 de fevereiro de 1933, Washington Luís reclamava que na Europa não conseguia ler nada sobre os detalhes das decisões políticas do Brasil neste começo de ano. O que nos leva a pensar num possível aumento da censura nas informações para a divulgação das agências internacionais após a vitória de 1932. O ex-presidente comentava que as correspondências não chegavam e, isso, ocorria ao mesmo tempo em que o governo finalizava o acordo entre as partes conflituosas com a formação da Assembléia Constituinte. Mas, isso o ex-presidente estava ciente:

“Aos constituintes, na sua sabedoria, prudência e sabedoria, cabe, dentro do mais breve tempo possível, desempenhar-se da missão soberana, que é inútil encarecer, e pela qual a nação espera. Tudo depende da composição e direção da constituinte.”⁹³

O ex-presidente concluía em sua correspondência que tempos mais difíceis estavam na iminência de ocorrer. Ele mesmo mudava de posição, uma vez que em correspondência anterior chegou a colocar em dúvida se seria possível manter um regime ditatorial por muito mais tempo nos moldes do governo de Vargas, pois assinalava que poderia haver, em algum momento, uma situação política que promovesse uma abertura. O ex-presidente percebia que a conjuntura política estava

⁹³ AP 185.03.125

sofrendo com as profundas alterações no plano econômico com um refluxo do liberalismo, uma crise estrutural na forma como se estava produzindo e distribuindo as mercadorias. Havia, nitidamente, a ascensão dos regimes nazi-fascistas na Europa e crescimento da importância do Estado como interventor destas relações econômicas. Para ele, iniciava-se um outro período de cinzas no céu do Brasil.

Mas, como era entendida a democracia entre estes políticos da oligarquia cafeeira? Podemos fazer uma análise diacrônica sobre a forma como era entendida esta democracia. Para os tempos atuais, a democracia é a participação de todos os cidadãos através da garantia dos seus direitos, sobretudo, dos civis, políticos e sociais. Escolher o seu candidato, reivindicar, fazer greves, ser representado por um sindicato que defenda a classe etc. Porém, mesmo já existindo a formação do Estado Moderno, este conceito, nas primeiras décadas do século XX, era apenas relacionado à participação dos representantes da elite no poder. E, essa mesma elite entendeu que os governos iniciais da república eram democráticos na medida em que faziam aquilo que fora condenado à elite imperial, sobretudo, como exemplo, o que sofrera o empresário Irineu Evangelista de Sousa, o barão de Mauá. Ele queria defender seus interesses particulares no Congresso e fora retaliado por isso. Para os liberais republicanos a mudança para outro regime político era a chance de fazer o seu negócio crescer por meio de suas decisões políticas representadas por um Estado governado pelas próprias oligarquias. Sobre este assunto, Caio Prado Junior escreveu que:

“Em suma, a República, rompendo os quadros conservadores dentro dos quais se mantivera o Império apesar de todas suas concessões, desencadeava um novo espírito e tom social bem mais de acordo com a fase de prosperidade material em que o país se engajara. Transpunha-se de um salto o hiato que separava certos aspectos de uma superestrutura ideológica anacrônica e o nível das forças produtivas em franca expansão. Ambos agora se acordavam. Inversamente, o novo espírito dominante, que terá quebrado resistências e escrúpulos poderosos até havia pouco, estimulará ativamente a vida econômica do país, despertando-a para iniciativas arrojadas e amplas perspectivas. Nenhum dos freios que a moral e a convenção do Império antepunham ao espírito especulativo e de negócios subsistirá; a ambição do lucro e do enriquecimento consagrar-se-á como um alto valor social. O efeito disto sobre a vida econômica do país não poderá ser esquecido nem subestimado.”⁹⁴

⁹⁴ PRADO JÚNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. 43ª ed, São Paulo, Brasiliense, 1998.

De acordo com o contexto histórico e respeitando as historicidades, tanto Washington Luís quanto Roberto Moreira se intitulavam democráticos e representantes de um governo democrático que, todavia, era o controle pessoal das finanças, acarretando o *laissez-faire* do mercado movido pela *mão invisível*, onde o privado e o indivíduo eram valorizados e o lucro adquirido era suficiente para serem considerados democráticos.

Esse pensamento ocorria por conta da forma como o período Imperial monopolizava a produção econômica através do Estado. Este princípio da democratização das relações econômicas e políticas avançou entre os liberais que desde a *Declaração dos Direitos do Homem e dos Cidadãos* buscavam apenas a igualdade jurídica. Esta interpretação de democracia se enraizou em nossa cultura e projetou anos a fio as manobras políticas que permeadas pelo controle do Estado garantiriam os interesses de grupos seletos que formam as classes dominantes até o Tempo Presente. A democracia representativa não se transformou em participativa, mas as esperanças de mobilização consciente dos trabalhadores e outras classes para reivindicarem esta situação ainda são pensadas e discutidas. Isto nos garante acreditar na possibilidade de termos estas evoluções sociais sem a necessidade de revoluções políticas.

Este cartão postal é do hotel De L'Amiraute, em Vichy, datado do dia 01 de agosto de 1938 enviado por Octavio Mangabeira ao ex-presidente Washington Luis. Ele escrevia: *"Chegamos bem, faz um tempo agradável, ne mcalor, nem frio, e sempre um pouco de sol. (...) A espera de ter o prazer de velo em breve aqui, enviamos muitas lembranças."*⁹⁵

⁹⁵ AP 200.03.062

Capítulo III

Conciliação autoritária

O acordo federal com os paulistas

A convocação da Assembléia Constituinte foi um passo importante para os paulistas voltarem a participar do alto escalão da política brasileira, ao mesmo tempo em que esse espaço contribuiria para intensificar os seus interesses econômicos. Isso fluiu à oportunidade desta elite de retornar ao poder pelo caminho do Legislativo.

Foram oito meses de discussões e intensos debates nesta assembléia até que em 16 de julho de 1934 foi promulgada a nova Constituição. Em seu conteúdo podemos citar o voto obrigatório acima de 18 anos (Artigo 109), a proibição de voto aos mendigos, analfabetos e praças; as garantias à liberdade de opinião, imprensa, propriedade; o *habeas-corpus* e, sobretudo, a legislação trabalhista dos anos iniciais da década de 1930. Mais uma vez os direitos civis e políticos foram contemplados por nossos constituintes, mas daí, serem colocados em prática, era uma outra questão.

Mesmo com a promulgação da Constituição, a paz não imperou no país, ocorrendo greves e conflitos violentos entre grupos ideologicamente opostos. Um exemplo claro destes conflitos foi a disputa por espaço político de integralistas e os aliancistas da Aliança Nacional Libertadora que, com forte estrutura comunista na sua criação tinha como presidente de honra o *Cavaleiro da esperança*, Luís Carlos Prestes.

Numa carta de Cannes, na França, do dia 27 de fevereiro de 1933, o amigo e ex-ministro das Relações Exteriores Octavio Mangabeira que estava na situação de exilado levava notícias do Brasil e cartas de alguns correligionários. Em 4 de março Washington Luis interpretava sobre a formação dos partidos no Brasil e da constituinte que se formava. Ele respondeu de forma profética: respondeu:

“Respondo a sua carta de 27 de fevereiro com outras quatro cartas que depois de lidas voltam ao seu poder. Li a

*carta de Sr. Archimedes e li também o discurso-entrevista feito pela Seabra na Bahia (...) a reconstituição dos partidos, a formação de partidos para a disputa de lugares na constituinte, como se estivessemos em tempos normaes, em quaes os partidos tem segurança para a propaganda e os homens garantias para a sua liberdade! Com isso, parece, além do mais, que se vae da apparencia da legalidade á força que se prepara. (...) Que não se realizem as minhas previsões.*⁹⁶

Diante de todas as manifestações de insatisfação e protesto pelo Brasil afora, Vargas exigiu do Congresso a aprovação da Lei de Segurança Nacional (LSN), sendo promulgada em 4 de abril de 1935, que definiu como crime a greve de funcionários públicos, a provocação da animosidade nas forças armadas, a incitação do ódio entre as classes sociais, a propaganda subversiva⁹⁷ entre outras medidas.

Na práxis política as medidas protecionistas estavam na ordem do dia. A centralização das decisões de política econômica continuava garantida pela promulgação da Constituição de 1934, feita sob a égide do *hibridismo*⁹⁸. Eram tempos do aparecimento das vozes da oposição liberal de retornar à capital federal para responder ao governo as provocações e perseguições sofridas nos primeiros anos da década de 1930, fazendo críticas ao autoritarismo imposto por Vargas, sob o despropósito da ação, pois em muitos países, sobretudo, na Europa, estava sendo colocado em xeque o sistema democrático-liberal com a ascensão dos regimes totalitários na Itália e Alemanha e as ameaças de um novo conflito mundial.

Esta nova Constituição com dispositivos democrático-liberais muito arriscados para os propósitos de Getúlio Vargas que logo tratou de reformulá-los e, entre eles, iniciou a retomada da unicidade dos sindicatos que justificava radicalmente com uma expressão peculiar que defendia a *“proteção sem liberdade ou liberdade sem proteção”*. Na verdade, o que podemos perceber é que o presidente jogava os direitos sociais contra os civis e políticos, numa postura maquiavélica em que o trabalhador, assistido pelo Estado, deveria abrir mão de alguns direitos políticos ou, ao contrário, que ele poderia abrir mão da proteção através dos sindicatos e, desta forma, tentar garantir seus direitos civis e políticos.

⁹⁶ AP 200.03.002

⁹⁷ É frequente na historiografia brasileira a discussão sobre a perseguição de Vargas aos comunistas e à Aliança Nacional Libertadora que tinha como presidente de honra Luís Carlos Prestes. Durante estes anos que antecederam o golpe de Estado de novembro de 1937 o governo de Vargas apoiava “a distância” os integralistas de Plínio Salgado na campanha contra os aliancistas.

⁹⁸ Segundo Luís Werneck Vianna o hibridismo era a formação de uma Constituição liberal com características autoritárias que garantiriam a fundação do Estado Novo.

No ano de 1934, Washington Luís escrevia que gostaria muito de exercer o seu direito político de votar, mas, como havia comunicado a Moreira, o seu título de eleitor não estava com ele em Paris e nem teria tempo hábil para chegar ao Brasil para cumprir o seu dever cívico⁹⁹. Neste episódio, o que percebemos era que Washington Luís não tinha certeza de que seria seguro voltar para o Brasil, pois o momento era de cautela e, isso, mesmo acreditando que haveria uma pequena possibilidade de abertura política, mas, mesmo assim, não havia garantias de que isso se iniciaria após as eleições daquele ano.

Nesta mesma correspondência, ao mesmo tempo em que se colocara à espreita, sinalizava ao amigo que eram tempos de esperança, pois havia muita virilidade dos paulistas, justamente, com a volta do Correio Paulistano e do Partido Republicano Paulista, em lutar pelas mudanças de sua terra e, isso, é claro, não esquecendo de colocar São Paulo no epicentro de toda esta transformação política e, também, social. Informava que:

*“É imposição do espírito de São Paulo, desse mesmo espírito, abnegado e forte, definiu o território pátrio, que lançou os fundamentos da nacionalidade a sete de setembro, que organizou o trabalho livre em surto de prosperidade, que assimilou os que chegaram, que despertou deste 1932 o sentimento vivido de um povo livre”.*¹⁰⁰

Mesmo que muitos políticos observassem este momento com uma certa descrença, havia, também, para outros da oposição, uma esperança que pairava no ar, principalmente pelo número de partidos que foi garantido ao pleito, como também da cobertura jornalística feita por veículos que estavam sendo impedidos, até então, de exercerem suas funções. Somava-se a isso, efetivamente, a promulgação de uma Constituição de cunho Liberal.

Houve, realmente, uma certa abertura política ou mesmo uma conciliação das partes envolvidas para um desfecho positivo para a classe dominante, que deixaria muitos políticos esperançosos. Todavia, esta abertura fora proposital para receber o apoio da classe média e dos trabalhadores, mas insustentável, diante das liberdades políticas e civis que formaram partidos de várias ideologias que desvirtuaram a intenção de garantir uma organização política centralizadora para a concretização

⁹⁹ AP 185.03.137 de 17 de setembro de 1934.

¹⁰⁰ AP 185.03.125.

dos interesses de Vargas, tornando-se uma ameaça para o governo.

Neste ano de 1934 o ex-presidente perdia sua esposa d. Sophia. Em carta de Ilhéus de 18 de julho do mesmo ano o amigo e correligionário, Dr. Berbert Castro, lamentava:

“Escrevo ao eminente amigo para apresentar-lhe em meu nome e de minha senhora, os nossos sinceros pezames pelo falecimento de sua virtuosa consorte D. Sophia. Aqui, ou onde eu estiver, poderá sempre o eminente amigo dispor dos meus pequenos préstimos como entender”¹⁰¹.

Os tempos no Brasil mostravam algum tipo de abertura com a promulgação da Constituição de 1934, porém muitos dos perrepistas e, entre eles, o próprio Washington Luis, não se mostrava esperançoso. Após a morte de dona Sophia aumentou esta postura de descrença do ex-presidente que relutava em atender os pedidos de retorno ao Brasil de Moreira e os outros correligionários

A oposição no Congresso com Roberto Moreira

Em 22 de junho de 1935, após ser eleito deputado federal, Roberto Moreira proferiu, na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, um discurso intitulado de **A Revolução de Outubro e o Governo Getúlio Vargas**¹⁰²:

“Sr. Presidente, não trago a esta tribuna uma palavra de rancor. Sei quanto este sentimento, que abastarda e degrada a natureza humana, oblitera a razão e embota o entendimento, tirando-lhe a agudeza e até a percepção”. (...) Aquelle que pretenda, no seio de um parlamento, cumprir proveitosamente o seus deveres de legislador, servindo com patriotismo a sua terra e a sua gente, deve começar por escoimar o coração dos resíduos candentes das prevenções rancorosas(...) Duvidei, em 1930, e antes que ella se desencadeasse, dos supostos benefícios da revolução

¹⁰¹ AP 200.02.063

¹⁰² Em formato de uma cartilha ou livro editado no mesmo ano, o eleito não se dirigiu diretamente a defesa de Washington Luís, porém, o documento tinha informações importantes sobre a interpretação dos acontecimentos que marcaram o período do Governo Provisório e, sobretudo, da leitura crítica que fazia sobre as ações de Vargas no poder, ao mesmo tempo em que resgatava a memória dos grandes feitos do Partido Republicano Paulista.

que se annunciava. E, duvidando, procurei advertir a Nação dos inconvenientes e dos riscos desse movimento. Previ o seu desastre. Previ que elle seria não uma forte impulsão para a frente, como illusoriamente imaginavam os seus adeptos de boa fé, mas o empuxo violento de forças tumultuarias e infrenes, cujo resultado seria o retrocesso do Paiz".(...) As revoluções mudam os homens, mas os costumes continuam os mesmos. Mudam os homens para peor, pode acrescentar, pois operando a escolha delles no frenetico atropello das ambições desvairadas, em meio á embriaguez contagiosa da victoria, é inevitável que, sobre os mais capazes, os mais avisados, os mais commedidos, os mais prudentes, preponderem aquelles que trazem lapella, bem vivas e rutilantes, como veneras de benemerência, as insígnias da ousadia, do fanatismo, da exaltação, da intolerância, do desapoderado e impetuoso espirito de aventura"¹⁰³.

O que vemos é um início de discurso com teor conciliatório, mas deixando claro a sua preocupação em marcar presença ratificando sua crítica ao governo e descrevendo o ato da tomada do poder como uma revolução que resultou num retrocesso para o país. Porém, ele acrescentava que os costumes não mudaram, apenas os homens e para pior. Mas, o que seriam estes costumes para Roberto Moreira? Seriam os costumes de um processo político democrático com eleições e com o retorno do PRP ao Legislativo Federal? Talvez, para ele, seriam estes pontos, mas não podemos deixar de resgatar estes processos vivenciados pelos perrepistas nas décadas de 1910 e 1920. As eleições realizadas durante a República Velha eram escandalosas e criminosas tanto na perspectiva do início do século quanto do tempo presente.

Moreira também criticava os neófitos que passaram a dispor de espaço político no governo de Vargas por se tornarem adesistas do movimento *outubrista*. Postura semelhante foi lembrada por ele quando Joaquim Nabuco em *O Estadista do Império* denunciava os monarquistas que aderiram na última hora à república.

Ao deixar claro a sua oposição aos movimentos ditos revolucionários, por serem tratados e julgados como fenômenos naturais, da simples evolução dos povos, mas que, na sua concepção, foram organizados por uma doutrina que modificava, de forma malévola, o sistema, a estrutura filosófica e a “*captação das consciências*”.

¹⁰³ Discurso de Roberto Moreira na Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 1935 páginas 3 e 4.

Como forma de exemplificar os movimentos ditos revolucionários, ele fez alusão ao que intitulou de “*Golpe de 89*” contra “*a honrada monarchia de D. Pedro II, que tantos benefícios proporcionara ao Brasil*”.

Lançou elogios ao regime monárquico, de “*virtudes espartanas de um homem como Dom Pedro II*”. Porém, ao mesmo tempo em que promovia a magnitude da monarquia representada pelo imperador brasileiro, ele deixava claro em seu discurso sua convicção de que o movimento republicano era reverenciado pelo povo brasileiro e que fora ganhando corpo nos episódios de movimentos questionadores do governo vigente como na Confederação do Equador, no Nordeste, na Inconfidência Mineira, na *República de Piratini* ao sul e, conseqüentemente, na formação do Partido Republicano Paulista em 1870.

Moreira também fizera alusão ao escritor Euclides da Cunha que havia dito que a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889 não passara de uma parada militar “*porque a revolução já estava feita*”, visão compartilhada por Aristides Lobo em que “*o povo assistiu atônito, surpreso, bestializado sem compreender o que significava*”¹⁰⁴.

Assim, poderíamos acreditar que o golpe de 1889 para Moreira já havia começado bem antes do que o fatídico dia 15 de novembro e que, justamente, mesmo elogiando exacerbadamente a monarquia, colocava este fato como demanda dos brasileiros e da necessidade de um país em se estruturar de forma descentralizada, em plenos valores liberais e de uma representação típica de uma república federativa na qual ele mesmo fez parte durante as gestões administrativas de seu amigo Washington Luís.

Sobre a “*Rebelião de 30*”, aliás, que é também o título desta parte do discurso publicado pela Câmara Federal, ele alegava que o movimento fora encabeçado pelo “*Sr. Getúlio Vargas*”, um homem conservador e conformista diante da situação econômica e social que o país atravessava naquele momento¹⁰⁵. Para ele, a “*Rebelião de 30*” não fora premeditada como o “*Golpe de 89*”, sobretudo, em sua

¹⁰⁴ Aristides Lobo não estava sozinho nesta afirmação sobre a não participação do povo na proclamação da república. O francês Louis Couty chegou a dizer que “*o Brasil não tem povo*”, com a intenção de justificar a inércia da maioria dos brasileiros com as querelas de seu país. Nesta visão do francês acrescenta-se o pensamento etnocêntrico e o contexto imperialista do final do séc. XIX na Europa e, sobretudo, na França, de onde grande parte da nossa historiografia também foi influenciada. Este pensamento pode ser conferido na obra *L’Esclavage au Brésil* (Paris, Librairie de Guilleaumin et Cie. Editeurs, 1881), p. 87.

¹⁰⁵ É interessante analisarmos que Roberto Moreira inicia seu texto criticando as revoluções, mas a seguir, recrimina Getúlio Vargas por ser conservador e não enxergar as demandas necessárias para o progresso social e econômico do Brasil. Para ele, o movimento de 1930 não tinha uma estrutura política e teórica que dessem condições de chamá-la de revolução.

concepção filosófica e na demanda de um povo ávido pela modernidade através da reestruturação político-administrativa. Ele afirmava:

*“Bem diferente, na sua genese, foi o movimento de 1930. Aqui, o drama não estala, inopinado, como raio que estrondeia em céu escampo, deixa de apresentar, entretanto, o prólogo preparatório de larga doutrinação philosophica, que costuma anteceder as verdadeiras revoluções nacionaes”.*¹⁰⁶

Além de Moreira confirmar a liderança do “Sr. Getúlio Vargas” no movimento revolucionário ou, como diria Carlos Alberto Vesentini¹⁰⁷, no “movimento vencedor de 1930”, mesmo acrescentando o conformismo e o conservadorismo do presidente do Rio Grande do Sul, comentava que o líder se apresentou como divergente da política dominante, como detentor de uma personalidade “mudável”, uma vez que foi responsável por “ocultar ao Paiz, e até aos seus mais íntimos colaboradores, os novos desígnios, que o animavam...”.

Segundo Moreira, essa “Rebelião de 1930” foi feita de improviso, mas que, vitoriosa, foi responsável por “uma onda de espraiada popularidade” na qual trouxera condições para que Vargas fizesse as mudanças que lhe pareciam concebíveis na atual conjuntura econômica e política do Brasil. Mas, o orador comentava, também, que esta mesma onda aportava outras rebeliões na América Latina. Estas mudanças proferidas conduziram-no a uma crítica acirrada sobre uma América Latina de onde germinavam as rebeliões por todos os cantos:

“O vírus da indisciplina e da anarchia existe, latente, no organismo social e, ao menor colapso da ordem constituída, entra em febril actividade, exacerbando o temperamento emotivo das populações subitamente electrizadas.”

Moreira não compartilhava da idéia de Barbosa Lima Sobrinho de que Vargas estava alheio às intervenções políticas para a tomada do poder em 1930, o que, aliás, é o que entendemos também. Em seu discurso, ele afirmava que:

*“um movimento colectivo, qualquer que seja o seu alcance ou a sua finalidade, pressupõe sempre a existencia de um chefe (...) não ha nenhum (chefe) que deixe de aproveitá-la, com presteza, para pôr em pratica os seus planos de renovação e de gloria”.*¹⁰⁸

¹⁰⁶ Discurso de Roberto Moreira na Câmara dos Deputados, pág. 7.

¹⁰⁷ VESENTINI, Carlos Alberto. A Teia do Fato. São Paulo, ed. HUCITEC, História Social, 1997.

¹⁰⁸ Discurso de Roberto Moreira na Câmara dos Deputados, pág. 7.

A seguir ele justificava a importância da liderança citando nomes famosos da história como Bismarck, Thiers, Cavour e Disraeli para reafirmar a idéia da participação do líder nas manobras militares e políticas. Moreira apresentava Vargas como o responsável pelo movimento político de 1930 e que trabalhou de forma vil e rasteira para alcançar os seus objetivos como repetia, incansavelmente, também, Washington Luís.

O Golpe de Vargas em 1930 foi a derrocada da burguesia agrária que estava enfraquecida por decorrência das constantes quedas nas vendas de matérias-primas, sobretudo, do café, uma vez que estes produtos não conseguiram acompanhar a concorrência mundial que crescia no final da década de 1920. Havia um crescimento da produção e do consumo e o Brasil precisava acompanhar, mesmo que fosse à margem dos principais centros capitalistas. A crise econômica foi um dos principais fatores que garantiu a força que Vargas precisava para buscar a vitória após a derrota nas urnas para a oligarquia agrária. Este movimento liderado por uma burguesia com o objetivo de derrubar outra parte desta burguesia que estava passando pela forte crise das matérias-primas abriu caminho para o conflito armado que resistiu durante anos ainda as conseqüências desta crise, mas que foi estruturando seu projeto político que culminou na formação do Estado Novo. Caio Prado Júnior descreve que:

“É depois de 1930 que todo este processo de transformação se acentua. A crise mundial desencadeada em outubro do ano anterior repercutirá gravemente no Brasil. O valor dos produtos fundamentais em que se assentava a sua vida econômica (em particular o café), cai brusca e consideravelmente. As exportações sofrem em conseqüência grande redução.(...) O resultado foi este que desde 1925, a produção de café ultrapassa largamente as exportações.”¹⁰⁹

Na condição desta crise do modelo de produção econômica do país a alternativa seria desenvolver a economia pelo fortalecimento do mercado interno e da diminuição das importações. A crise de 1929 foi o espaço que os sulistas precisavam para reverter o resultado das urnas e mesmo diante dos tempos difíceis que Roberto Moreira e Washington insistiam em dizer que era por conta das medidas do Governo Provisório houve um aumento no apoio ao governo vindo de dois

¹⁰⁹ PRADO JUNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. 43 ed, São Paulo, Brasiliense, 1998.

extremos da sociedade brasileira, dos trabalhadores e da burguesia urbana e industrial que ganhava cada vez mais espaço na economia brasileira. Isso certifica-nos de que a condição econômica e política internacional foram favoráveis para a mudança na forma de governar o país.

Mais à frente neste discurso Moreira dava uma resposta aos anos de silêncio sofridos pelo Partido Republicano Paulista e pela oposição em geral, como também, um desagravo a Washington Luís numa das raras vezes em que citou o ex-presidente:

“O grande homem de bem que, com inexcedível dignidade e patriotismo vinha, para honra de todos nós, governando a Nação.(...) O ex-presidente não cometeu tamanho erro de interferir na autonomia da Paraíba ou coisa parecida”.¹¹⁰

Neste trecho ele continuava criticando o discípulo infiel que crucificou a República de 1889 e tirou o líder máximo do cargo que tanto era merecedor. Alguns políticos presentes ao discurso de Roberto Moreira, como o Sr. Amaral Peixoto e o Sr. Lemgruber Filho, ambos da base do governo, foram citados em forma de um diálogo acalorado, com muitas exclamações, sobre o episódio de intervenção da Paraíba e da questão da soberania nacional. Moreira desafiava os deputados a provarem o que havia ocorrido na Paraíba. Moreira retrucava as acusações e as rechaçou abrindo espaço para o colega Barbosa Lima Sobrinho:

“E eu dou a palavra ao Sr. Barbosa Lima Sobrinho, que, no seu admirável livro, fez a história documentada de todos os acontecimentos desenrolados naquele Estado, para responder a palavra não documentada de V. Ex.” (Palmas).

Depois o Pereira Lira, da bancada da Paraíba pediu um aparte e iniciou a defesa do ponto de vista da intervenção de Washington Luís nos interesses do povo paraibano. Outro representante, Victor Russomano, retrucava:

“O discurso do Sr. João Neves, que, naquela ocasião, era leader inconteste da campanha liberal, prova a intervenção”.

¹¹⁰ Discurso de Roberto Moreira na Câmara dos Deputados pág. ???????

João Neves da Fontoura, eleito e ainda com interesses parciais no governo Vargas respondeu:

“Entre mim e o Sr. Roberto Moreira pode existir e existe um conceito completamente contradictorio no julgamento do caso da Parahyba. Essa diferença sempre pode existir entre dois homens que se conservam sinceramente, cada um, no seu posto, julgando acontecimentos como aquelle. O Sr. Roberto Moreira não se desdiz e eu não me desdigo. Mantenho as palavras que proferi nesta Camara, mas, se quizerem confrontar homens, datas e documentos, onde esta a coherencia da maioria neste como noutros graves assumptos?”¹¹¹

Mesmo não pertencendo a bancada do governo, João Neves da Fontoura também não se aproximava das convicções políticas de Roberto Moreira. Talvez houvesse ali, entre estes homens, a possível crença de que muitos outros debates seriam travados naquela Casa e, por isso, precisavam deixar, muito bem claro, as concepções políticas e suas histórias. Ou seria apenas a sensação de ter a oportunidade de ratificar suas posições com relação aos acontecimentos passados?

Moreira manteve o discurso numa linha em que a tradição e a história do PRP demonstravam o seu comprometimento e o de seus correligionários com a defesa de São Paulo, pois desde outubro de 1930, tinham pela primeira vez, a oportunidade de se colocarem e de se defenderem das acusações que sofreram. A defesa do Estado de São Paulo também é notória em seu discurso. Há a justificativa de que o progresso de São Paulo se deu, em grande parte, na ação política de governantes oriundos do PRP. A crise do café não é enxergada por ele em seu discurso como uma consequência do mercado internacional, uma vez que repetia que a crise adentrara a década de 1930 por culpa de Vargas e que Washington Luís já tinha planos de reverter a situação econômica do país.

Vemos neste trecho do documento que Moreira apresentava o saudosismo dos tempos áureos da produção cafeeira ainda acreditando na chance de retomar os trilhos do progresso pelo mesmo viés agro-exportador. A decadência do modelo de política do café-com-leite não era definitiva em sua concepção e considerava esta retomada a oportunidade de recuperação do PRP e, mesmo sem citar neste texto, a de Washington Luís, pois com esse mandato na Câmara ele não havia se iludido de

¹¹¹ É importante acrescentar que o João Neves da Fontoura não era naquele momento um representante do governo Vargas. Já havia ocorrido a manobra das frentes únicas e Neves havia se desligado do governo por discordar das posturas e medidas tomadas pelo seu ex-correligionário. Entretanto, diante do seu histórico de vida política não havia nenhuma possibilidade dele ficar decididamente com a oposição.

que pudesse ter a condição de legislar a favor dos seus ideais e nem se quer se acreditava que teria vida longa este momento de liberdade política. Neste mesmo ano os conflitos ocorreram nas ruas e cidades do Brasil com os integralistas que um apoio moderado de Vargas contra os comunistas da ANL de Prestes.

Para Moreira, mesmo pessimista em suas análises, deixava transparecer que acreditava que havia uma importância significativa no papel da oposição naquele momento e que, após a convocação da Assembleia e da promulgação da Constituição de 1934, essa situação os qualificaria para participarem do próximo processo eleitoral. Tratava-se de algo que fora iniciado e idealizado pelo governo de Washington Luís e que naquele momento Vargas apenas teria dado uma nova roupagem. A alusão às trincheiras, como que travando uma guerra em campo de batalha, esperava deixar a minoria da oposição fiel aos seus ideais republicanos. Seu discurso continuava a criticar Vargas. Ele dizia:

"Não ha quem não vislumbre ou não presinta o occaso melancolico em que se apaga o bom nome da Patria. Tudo se vae perdendo neste naufragio voraginoso, que é o governo infortunado e nefasto do Sr. Getulio Vargas". "Só um ingênuo acreditaria que já nos libertamos".

Moreira comentava a falta de liberdades que assolou o país com o advento do Governo Provisório. Não aceitava que estivessem vivendo um momento democrático e ironizava. Isso nos levou a acreditar que tanto Roberto Moreira quanto os outros políticos de oposição, sobretudo, não pressentiam este momento tranqüilo de transição e apaziguamento que Vargas propusera-se a passar para o Legislativo. Esta postura de conciliação era arbitrária e dava já sinais, logo no início, de que não demoraria e a retomada do poder pelo viés autoritário viria, mesmo porque esta seria a única saída para que Vargas conseguisse concretizar seus esforços da legislação trabalhista que se fecharia, em 1943, com a Consolidação das Leis Trabalhistas e com os investimentos estrangeiros para o desenvolvimento do capitalismo industrial da iminência da entrada do Brasil na Segunda Guerra ao lado dos Aliados. Esta retomada já havia sido sentida por Moreira pela arbitrariedade com que foi imposta a Lei de Segurança Nacional:

"Elasticidade liberal dos preceitos mais sympathicos, desde o advento do edicto reaccionario, baptisado aqui com o nome quasi ironico de lei de segurança, mas chrismado lá fora,

pelo instinto divinatório da consciencia popular, com alcunha bem mais expressiva e exacta”.

Moreira aponta que um dos grandes “símbolos” do governo de Getúlio Vargas, a criação do Departamento Nacional do Café, teve como função principal centralizar o controle da produção e comercialização deste produto.

Comentamos já que Vargas chegou ao poder pelo golpe e que teve uma grande participação a conjuntura econômica mundial e, conseqüentemente, o Brasil. E, que na década de 1930 houve mudanças que privilegiaram o mercado interno, gerando empregos e investimentos mesmo com a continuidade da crise financeira e da dependência do Brasil com o mercado interno. Entretanto é observável que Roberto Moreira foi taxativo em dizer que os mecanismos de centralização não eram apenas de ordem política ou civil, mas sim de ordem social com os trabalhadores e seus sindicatos e de ordem econômica com a criação dos Departamentos Nacionais.

Esta medida que garantia o controle da produção e da venda do café foi se consolidando em outros setores da economia brasileira. Vargas não tinha o interesse de continuar dependente da exportação de produtos agrícolas, queria, realmente, desenvolver a indústria para que o país não precisasse mais dos compradores de matéria-prima. Segundo Caio Prado Júnior, a exigência do governo do início da república para honrar os seus compromissos se caracterizava pela busca do crédito estrangeiro que fora utilizado tanto pelos estados quanto pelos municípios, levando a dívida externa do país de 30 milhões de libras nos tempos da Proclamação da República, chegando a 90 milhões em 1910 e culminando em 250 milhões de libras em 1930!¹¹² Esta era a condição decorrente dos empréstimos e da dependência do mercado nacional com a compra de produtos como o café que levaram o presidente do Rio Grande do Sul a intensificar a industrialização a partir da observância do Estado.

Moreira acolheu a afirmação do colega, o deputado Júlio Diniz, da situação, que comentava os feitos econômicos que Vargas havia promovido nestes anos da década de 1930, mas completara que o seu partido tivera grande responsabilidade neste tortuoso caminho da política econômica da produção cafeeira. Porém, não se calou antes de provocar o interlocutor:

¹¹² PRADO Jr. Caio. História Econômica do Brasil. 43 ed, Brasiliense, São Paulo, 1998, pág. 211.

“Mas não foi para corrigir os nossos erros que VV. EEXs. fizeram a revolução? (Palmas).”

O deputado Dr. Diniz da base governista rechaçou:

“Mas o café que a revolução queimou foi aquele acumulado, por esse inaudito erro, de 1927 a 1929”.

A queima do café, segundo o interlocutor de Roberto Moreira, não se deu basicamente por conta da crise de 29 e, conseqüentemente, da crise do consumo do café, mas sim, se deu por conta das desastrosas políticas implementadas pelo governo federal de Washington Luís, que não fortaleceu a economia brasileira para se proteger da crise que se instaurou. Mas essa análise do deputado deixa de lado uma conjuntura internacional que explicaria os reflexos desta crise na economia brasileira e, como já dissemos, também não leva em consideração um outro imperativo que seriam as mudanças na produção e no consumo que o mundo estava vivenciando naquele momento.

Um pouco antes, em 1926, a Lei 5108 fixou as bases do sistema monetário nacional e estabeleceu medidas de caráter econômico e financeiro. Era o Plano Econômico-financeiro do governo federal sob o comando do presidente Washington Luís. A primeira medida foi a de adotar o padrão ouro, nomeando a moeda de Cruzeiro que seria subdividida em centésimos. Todo o papel-moeda seria convertido em ouro na base de 0,gr.200 (duzentos milésimos) por mil réis. Em seguida, foi criada a Caixa de Estabilização que operaria de forma a proceder a troca do papel-moeda por ouro e, do ouro pela nova moeda. O ouro em barra dependia do aval da Casa da Moeda para ser convertido pela Caixa de Estabilização. O objetivo de Washington Luís era de desenvolver a nação através de um grande respaldo econômico que, neste caso, era a conversão, pois criaria uma moeda forte a partir do lastro ouro. Houve, com isso, a estabilização do câmbio. Não é demais comentarmos que este plano econômico de Washington Luís fora criado durante um estado de sítio, sob a pena da censura à imprensa.

Moreira, em parte, assumiu o erro feito pelo comentário do colega na Câmara, mas não se defendeu alegando um panorama mundial e, sim, com a justificativa de que Washington Luís era a pessoa mais bem preparada para enfrentar a turbulência e que o seu plano de fixação da taxa cambial fora a melhor saída.

Neste mesmo debate o Arthur Bernardes Filho, correligionário de Roberto Moreira, reclamava o desvio de fundos da lavoura para a indenização de outras nações. A referência devia-se a tentativa de modernização da produção através da importação de maquinários de vários setores. O aumento dos impostos também estava na discussão, pois o governo Vargas buscava mecanismos para tornar real o projeto de industrialização nacional e de consolidação do capitalismo.

Ficava evidente a preocupação do governo federal com o desenvolvimento industrial e a tentativa de colocar o setor primário como investidor direto desta empreitada. Era a substituição das importações pelo desenvolvimento de uma industrialização nacional. Entretanto, esta substituição era decorrente, sobretudo, da situação da economia mundial advinda do final da I Guerra Mundial e agravada com a crise de 29 conforme analisou Caio Prado Júnior:

“Tal processo vem se desenvolvendo com certa intensidade desde os princípios do século atual. Mas será no correr da I Guerra Mundial (1914-1918) que toma largo impulso em virtude da perturbação sofrida pelo comércio internacional e dificuldades de abastecimento exterior do país (...) Apesar da crise e das dificuldades de toda ordem neste momento de subversão econômica internacional, veremos crescer a produção brasileira de consumo interno, tanto agrícola como industrial. Acentua-se assim novamente o processo de nacionalização da economia do país. A grave crise que sofria seu sistema tradicional de fornecedor de matérias-primas e gêneros tropicais resultava no progresso de sua nova economia voltada para necessidades próprias.”¹¹³

Os fazendeiros oriundos do setor primário foram responsáveis também pela formação de uma burguesia financeira que se tornou proprietária de bancos e outros setores industriais o que torna relevante a tese de que se alojou na formação desta burguesia industrial. Os fazendeiros passaram a atuar em atividades econômicas provenientes dos setores Secundário e Terciário. Um exemplo dessa empreitada foi o conselheiro Antonio Prado, fundador do Partido Democrático:

“Os termos ‘empresa’ e ‘empresário’, quando se aplicam à oligarquia paulista, são justificados, pois inúmeras vezes a diversificação de atividades é uma constante. Veja-se, por exemplo, o caso do Conselheiro Antonio Prado, fundador do PD, tradicional fazendeiro possuidor de mais de seis milhões de pés de café, possuidor de ações de ferrovias, de frigorífico, de fábrica; o caso das famílias Altino Arantes, Rodrigues Alves, Paulo Nogueira, com interesses cafeeiros e industriais; o do Coronel Francisco Schmidt, o ‘rei do café’, possuidor também

¹¹³ PRADO Jr. Caio. História Econômica do Brasil. Ed. Brasiliense, São Paulo, 43 ed, 1977, pág. 290 e 292.

*de usina de açúcar; o do Conde Moreira Lima, o maior produtor do Vale do Paraíba, também dono de usina de açúcar”.*¹¹⁴

A burguesia agrária estava muito próxima da vida urbana e como comenta Vavy Pacheco Borges ela estava:

*“Habitando a grande metrópole que se vai tornando São Paulo muitas vezes educando seus filhos na Faculdade de Direito, na Politécnica, a ‘burguesia agrária’ vai aos poucos fortificando suas laços com a também chamada ‘burguesia urbana’”*¹¹⁵.

A oposição e a situação investiam tanto no campo quanto na cidade. As indústrias foram se espalhando pelo território e a proposta da industrialização nacional e do fim da dependência econômica resultava na consolidação do capitalismo. Fonseca analisa a política econômica de Vargas durante os anos de 1930:

*“A política adotada pelo governo foi a de desvalorização cambial, alterando os preços relativos entre bens importados e produzidos internamente. Esta alteração de preços relativos, aliada a existência de uma massa de dinheiro que ficaria à disposição dos investidores e consumidores locais por não ser gasta em importações, ensejaria o processo de substituição de importações. Para a configuração deste processo fora fundamental a existência de capacidade ociosa na indústria, o que permitiu a expansão da produção acompanhar o crescimento da demanda mesmo com a queda da capacidade de importar, pelo menos nos primeiros anos da década de 1930, quando esta se fez sentir com maior intensidade.”*¹¹⁶

No governo Vargas a substituição das importações foram trocadas pelo aumento da produção interna que garantia a produção e o consumo que, aparentemente, esta sendo assistido também para os trabalhadores através dos direitos sociais que deram força para Vargas desenvolver esta política econômica até 1937.

Prosseguindo em seu discurso, Moreira, sempre retornou e fez novas inferências ao processo de 1930 e, especificamente neste trecho, utilizou-se do

¹¹⁴BORGES, Vavy Pacheco. Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista. História de uma esperança e de muitos desenganos através dos jornais da oligarquia – 1926-32. São Paulo, ed. Brasiliense, 1979, pág. 22.

¹¹⁵ BORGES, Vavy Pacheco. Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista. História de uma esperança e de muitos desenganos através dos jornais da oligarquia – 1926-32. São Paulo, ed. Brasiliense, 1979.

¹¹⁶ FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Vargas: o capitalismo em construção. São Paulo, ed. Brasiliense, 1999, pág. 174.

termo “*despistamento*”¹¹⁷, também, usado por Washington Luís em suas correspondências. Ele dizia que:

*“(...)A política do Sr. Getúlio Vargas é tudo quanto ha de mais destruidor e dissolvente no que concerne às regras da moral. Para caracterizal-a e definil-a, inventou-se até um neologismo. Não havia no repertorio vocabular do idioma, aliás riquíssimo, termo que se adaptasse àquella monstruosidade. Era preciso algo novo, como a propria e abjecta entidade que acabava de nascer. A vos ‘despistamento’ foi a inovação dialectal que nos trouxe o outubrismo”.*¹¹⁸

Ao final do discurso, o deputado da base do governo, Barreto Pinto, reclamava que o ex-presidente Washington Luís usava o termo “*Commigo é na madeira*”, o que o deputado estaria dizendo que não era muito diferente do que Moreira estava fazendo ao se referir a Vargas. Esta forma truculenta de comentar uma situação mostrava, no debate, que o ex-presidente tinha além da ação autoritária o uso de frases de efeito. Utilizando-se, novamente, de exemplos da história, Moreira encerrou seu discurso com mais uma inferência histórica, só que desta vez quisera mostrar a disputa entre Marco Antonio e Caio Otávio baseado no romance shakespereano sobre a fundação do Império Romano. Faz alusão de que Caio Otávio seria Washington Luís e Marco Antonio, abandonado por Dionísio, teria seu fim trágico, se referindo a Vargas quando escrevia:

*“Attentae bem, senhores, na realidade brasileira. Não estás vendo nella a scena shakespereana? Onde estão so deuses do Sr. Getúlio Vargas? Quase todos já o desertaram, já se foram, tangidos não só pela infidelidade do chefe, mas tambem pelo presentimento secreto de que se avizinha a hora da perdição... (...) Ver-se-á, então, ante os restos deste criminoso naufragio, ante o rescaldo desta infeliz revolução, ante os destroços deste insensato terremoto, ante os escombros desta época sem gloria, já comdennada nas malsinações definitivas dos juizos imparciaes, ver-se-á que os malfetores da Republica não foram os vencidos de 30 e 32, mas os fementidos heroés o mallogrado e desventurado outubrismo...”*¹¹⁹

Moreira questionava a veracidade da “*Rebelião de 1930*” de Vargas, como

¹¹⁷ Discurso de Roberto Moreira na Câmara dos Deputados pag. 18. Neste trecho, num subtítulo chamado de “O Despistamento”, Moreira pergunta para o presidente da Casa e seus representantes: o que era *despistamento*? Ele respondeu: “*é o systema do engodo premeditado e soez; é a filosofia da empulhação, do engazopamento e da perfídia...*”

¹¹⁸
¹¹⁹ Discurso de Roberto Moreira na Câmara Federal pag. 20.

garantidor do desenvolvimento social e econômico do país. Observava em seu final de discurso que estavam ali, os presentes deputados de situação e oposição, vivenciando a iminência de uma manobra radical de Vargas. Os conflitos políticos nas ruas, a atuação dos grupos de extrema-direita e de esquerda, a política econômica que precisava ser concluída e a sensação de medo que rondava as ruas eram, propositadamente, um clima perfeito para uma arrancada do governo e, isso, já era colocado por Moreira a Washington Luís desde antes da formação da Assembléia Constituinte.

Em 8 de julho de 1935, Washington Luís congratulou Moreira pelo seu regresso ao Congresso Nacional. O ex-presidente descreveu o momento político, onde o Brasil estava cercado por comunistas e integralistas:

“Dois extremos que aparecem como soluções possíveis. (...) O Brasil brevemente fará qualquer coisa, antes que qualquer aventureiro lance mão delle, organiza-o tu”¹²⁰.

Este pedido do ex-presidente se deu por conta de uma realidade imposta que floresceu com a garantia das liberdades políticas que o país recebia com a promulgação da Constituição de 1934. A forma como cresciam as ideologias da Ação Integralista Brasileira e da Aliança Nacional Libertadora em vários pontos do país faziam o ex-presidente perceber que esta demanda que, já vivenciada na Europa, estava agora ganhando espaço político no Brasil. Percebeu que estas forças poderiam ser um estopim para uma guerra civil no Brasil ou, como temia, da chegada dos comunistas ao poder. E isso ficava claro em suas cartas de que não se simpatizava com nenhuma das duas ideologias, mas com certeza os comunistas incomodavam muito mais tanto o ex-presidente quanto Roberto Moreira e seus correligionários.

A iminência de um golpe dos militares mesmo com a promulgação da Constituição era acompanhada dos conflitos espalhados por muitos lugares. No campo ocorreu

“(...) Em julho, vários movimentos camponeses e grevistas agitaram o interior do Rio Grande do Norte. Em Várzea do Açu, criou-se um sindicato camponês; os salineiros de Mossoró, Macau e Areia branca entraram em greve e foram vitoriosos, sendo que em Mossoró a greve contou com a

¹²⁰ AP 185.03.140

*adesão de vários outros setores. No mesmo mês, em Piranji, vilarejo perto de Ilhéus, Bahia, houve sérios conflitos com integralistas.”*¹²¹

Na área urbana ocorreram nas ruas das grandes capitais do sul do país conflitos entre os dois grupos que se assemelhavam em alguns itens e se distanciavam em muitos outros. Os integralistas tinham um apoio tímido de Vargas, enquanto os comunistas que lideravam a ANL eram tratados como inimigos do governo. As liberdades políticas eram vistas com pessimismo pelos militares contrários ao processo de constitucionalização e alertavam Vargas sobre a condição conflituosa que estaria se formando com estas liberdades.

A ANL ocupou um espaço decisivo na imprensa do país em novembro de 1935 quando da intervenção armada contra três fortes em Recife, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro. O movimento apoiado por uma classe média urbana que não aceitava o fascismo influenciador dos integralistas e as revoltas populares que questionavam a autoridade de Vargas como representante dos trabalhadores foram imprescindíveis para esta iniciativa que não teve apoio direto do Comintern.

Em 1935 Washington Luís encontrava-se na maior parte do tempo na França, entre Paris, Lausanne e Nice. Ele observava com descrédito as mudanças e as políticas trabalhistas que formavam a Constituição de 1934, sobretudo, a eleição de Vargas por “*despistamento*”. Não aceitava a condição de que as mulheres poderiam votar, uma vez que, segundo ele, nem os homens sabiam votar neste país. A privação dos direitos também não era uma novidade em suas análises sobre os comentários de Roberto Moreira. As incansáveis vezes em que o advogado pedira a sua volta, o ex-presidente procurava desconversar e não acatava o seu pedido.

Em 25 de novembro de 1935, numa correspondência de Paris em que Roberto Moreira comentava sua viagem a Nice, agradecia a oportunidade de rever o amigo Washington Luís e de sentir de perto, mais uma vez, o que era “*conhecer a dor do isolamento*”. Estes momentos com o ex-presidente lhe mostraram, segundo ele mesmo, o quanto ele estava sofrendo pelo distanciamento de sua pátria, do convívio com seus familiares e amigos e da ausência da ação política, uma vez que sua vida na França não conseguira, de forma alguma, suprir o papel de homem político e de administrador público que vivera por anos no Brasil. Moreira, então, desabafava:

¹²¹ VIANNA, Marly de Almeida Gomes. Revolucionários de 35: sonho e realidade, São Paulo, Companhia das Letras, 1992, pág. 156 e 157.

“Eu também experimentei por algum tempo o amargor do exílio e posso, por tanto, avaliar o quanto elle é cruel”¹²².

Nesta correspondência, Moreira acreditava que Washington Luís já poderia voltar com segurança do exílio e que essa decisão só dependeria dele mesmo. Mas o ex-presidente não pretendia voltar e, comentava qual era o maior empecilho, ou, pelo menos, um dos maiores:

“Todo o meu dinheiro em espécie e os papéis estão em Paris”¹²³.

As correspondências passiva e ativa nos permitiram perceber que o ex-presidente não vivia com dificuldades na Europa, pelo contrário, era um homem com finanças aplicadas em bancos da Europa, com investimentos e sem necessidade de se envolver com outras atividades fora o que recebia em renda financeira e renda capitalizada. Vivia acompanhado de sua esposa e pode estudos no Instituto de História da Revolução Francesa, além, dos passeios e de tempo livre para escrever suas correspondências e ler as recebidas por amigos e parentes do Brasil. Em todas as missivas lidas Washington Luís dirigia-se aos problemas e a política brasileira, pois mesmo falando dos seus investimentos na Europa havia, com certeza, muitas coisas importantes, além dos familiares e amigos, para ele se preocupar.

Em correspondência de 17 de abril de 1936¹²⁴ que foi entregue com muito custo pelo Sr. *Emile Blanc*, um amigo que Moreira conhecera em Paris, fez análise da tentativa da Aliança Nacional Libertadora, ou parte dela, nas tomadas dos fortes do Rio de Janeiro, Recife e Natal. Lamentava a condição da esposa do ex-presidente que sofria, cada vez mais, muito com a separação e a distância dos filhos e familiares. Comentava sobre a capacidade de Vargas de fazer acordos com o exército e a perspicácia com que usava seu poder para manobrar as opiniões da classe média. Ele citava e lamentava que fora de suma importância estas habilidades políticas desenvolvidas por Vargas à frente do governo federal. Assim escrevia:

“O governo tirou um partido consideravel do movimento

¹²² Ap 185.03.130

¹²³ AP185.03.137

¹²⁴ AP 185.03.145. Esta foi a primeira missiva escrita por Roberto Moreira depois que ele voltou da França.

de novembro, rotulando-o de 'comunista', palavra mágica que apavora todos os burgueses, obteve com facilidade do congresso, dos tribunais, do exercito, dos jornaes, dos bancos, da opinião em geral tudo o de que precisava para fortalecer-se. A sua situação era mais do que precária, pois tornou-se repentinamente sólida e estável, decretou o estado de sítio, hoje transformado em estado de guerra, amordaçou a imprensa e entrou a prender a torto e a direito os seus adversários, comunistas ou não. A revolta não tinha finalidade comunista. Nella estavam implicadas o Luís Carlos Prestes e seus partidários, bem como muita gente de idéias conservadoras. O seu feito era a posse do poder. Mas foi mal conduzida e encontrou, por outro lado, do ministro da Guerra (João Gomes) e do comandante do 3º Regimento (Affonso Ferreira) immediata e fulminante repulsão. Getúlio, como sempre, nada fez nem pra evital-a, nem para reprimil-a. Deixou que uns a fizessem e que outros a vencessem, para tirar, também sempre, partido da victoria (...)"¹²⁵

Nesta mesma carta Moreira comentava sobre a relação abalada de Getúlio e Flores da Cunha, governante do Rio Grande do Sul, abalada durante este processo repressivo. Da prisão de Luís Carlos Prestes e de Pedro Ernesto, de *"prestígio quase lendário que envolvia estas personagens"*. Em viagem à capital, Flores da Cunha havia sido obrigado a fugir para não ser preso. A sua prisão, segundo Roberto Moreira, teria sido planejada pelo *"soviet do momento, que é composto por Vicente Ráo, do Filinto Muller, chefe de polícia, do ministro da Guerra e do Eduardo Gomes, comandante da aviação"*. Moreira via claro que uma saída era Flores da Cunha ter força o bastante para liderar a revolução e ajudar os paulistas na oposição a Vargas.

A ilusória iminência de um respiro político de democracia já se transformara numa retomada das medidas ditatoriais. Nesta mesma correspondência, Roberto Moreira comentava a tentativa da Frente Única do Sul, com Maurício Cardoso e Paim, de chegar ao Rio de Janeiro e propor uma trégua ao governo Vargas para que ele respeitasse a imunidade parlamentar. O momento era muito tenso e alguns representantes do PRP, como Mario Tavares e o próprio Moreira foram ao Rio para tomarem conhecimento da situação. Eles imaginavam que as coisas não estavam bem para os oposicionistas que resistiram ao aliciamento pós-revolução Constitucionalista. Moreira informou Washington Luís que:

"O nosso encontro com os proponentes realizou-se domingo último, em casa dos Bernardes, que também viera de Minas para o mesmo effeito. Com a maior energia possível, num inflamado discurso que, julgo, traduziu nosso íntimo sentir, eu impugnei diante dos presentes a absurda proposta, que

¹²⁵ Idem. AP 185.03.145.

*nada mais representa, em ultima analyse, do que uma simples, espontânea e gratuita adesão da minoria ao governo. O debate provocado pela minha atitude prolongou-se em reuniões sucessivas, ainda por tres dias, quando nos retiramos para S.Paulo, sem tomar com os gaúchos o compromisso que elles desejavam. Bernardes e Mangabeira, parece que nos acompanharão, embora não tivessem tomado a atitude radical do PRP. A adesão dos gaúchos a Getúlio está consummada. Hoje, os jornaes annunciavam que na noite de ante Hontem, o Maurício Cardoso, o Lusardo, o Paim e o João Neves tiveram, em Petrópolis, uma longa conferencia com Getúlio concertando com elle as bases do accordo”.*¹²⁶

Era nítida a intenção de derrubar o governo de Flores da Cunha no Rio Grande do Sul, ao mesmo tempo em que atingiria a parceria do PRP e as tentativas iniciais de articular uma oposição política que vinha sendo construída desde os acontecimentos de 1930 e possibilitada com os ditames da Constituição de 1934.

Quase no final da correspondência, Moreira mostrava a Washington Luís o quanto o PRP estava ainda na mira de Vargas:

*“O ódio do governo contra nós acirrou-se com o resultado das eleições municipais. O Armando Salles assegurava ao Getúlio que o PRP já não existia. Elle e o seu partido já o haviam absorvido. Getúlio Acreditou. As eleições, porém, mostravam que nunca o PRP esteve mais punjante, pois levou as urnas cerca de 180 mil votos e ganhou as eleições nas principais cidades de S.Paulo. Isso apesar do estado de guerra, das prisões, das ameaças, da censura, do suborno, da compressão sem limites”*¹²⁷.

Em seguida ele comentava de forma reticente que:

“Avizinha-se a sucessão presidencial, se a isso chegarmos”.¹²⁸

O tempo não estava para muito diálogo no Brasil e, as idéias de Vargas e de seu grupo de apoiadores eram nítidas. Segundo Moreira, só não enxergaria quem realmente não tivesse o interesse ou a perspicácia política para o fato. Ele terminava sua correspondência comunicando o seu novo endereço, na Rua Sergipe, nº 324, como que pressentindo que momentos mais difíceis estavam por vir e que, certamente, isso dificultaria sua comunicação com o ex-presidente.

Numa carta de 5 ou 8 de maio de 1936, Washington Luís pedia mais notícias

¹²⁶ Idem.

¹²⁷ Ibidem.

¹²⁸ Ibidem

sobre o Brasil e comentava que os socialistas chegavam ao poder na França. Esta carta está, praticamente ilegível, mas, mesmo assim, alguns trechos puderam ser lidos. Entre eles uma notícia sobre a ascensão socialista, com a formação do ministério. Numa determinada parte da correspondência, talvez de forma debochada ou como crítica ao governo Vargas de perseguir os comunistas, ele ponderou:

*“Glissement à gauche”*¹²⁹

Mostrava o ex-presidente gratidão ao receber aquelas informações de 17 de abril sobre o Brasil e tentava justificar o período de silêncio que atravessou por conta dos problemas de saúde da esposa Sophia e, também, com a falta de tempo e ânimo para escrever, já que as coisas na Europa não estavam muito calmas, sobretudo, com as retaliações entre França e Alemanha:

*“Não lhe tenho também escripto, porque repugna-me ver partilhados pela censura a expansões, ainda que unicamente íntimas e affectuosas, que eu possa ter com meus amigos. Entretanto, eu teria tanta coisa a lhe escrever, com o intuito único, naturalmente, de conversar sobre a nossa terra, de cuja felicidade não me posso desinteressar. Seriam observações e commentarios que poderiam ser úteis, não pelo que contivessem, mas pelo que despertassem. É possível que ainda as mande, se tiver disposição para escrever”.*¹³⁰

Em correspondência de 12 de maio de 1936¹³¹, após um telegrama urgente enviado por Roberto Moreira, o ex-presidente expressou os pêsames pela morte brutal da filha de Moreira. Muitas das informações que chegavam ao ex-presidente ou que ele enviava eram, também, em forma de telegramas:

“Natural é a magua que você e sua família sentem pela brutal e recente perda da filha querida. Mas vocês têm a fé religiosa, que alenta e conforta, tem outros filhos, o que consola, e de cujos destinos são responsáveis...”

Ao mesmo tempo reclamava da situação ou “estado de guerra” no qual se encontrava o Brasil e que, conseqüentemente, deixava de receber grande parte de suas correspondências. Ele dizia:

¹²⁹ AP 185.03.143

¹³⁰ Idem.

¹³¹ AP.185.03.144

“...sei que o estado de guerra a censura anda ahi brava na correspondência privada e nas publicações da imprensa.”

Comentavam que muitas correspondências eram entregues violadas, abertas e não respeitavam a lei de inviolabilidade de correspondências que vinha garantida pela Constituição desde o tempo em que o Brasil era governado por Dom Pedro I.

Ainda nesta mesma correspondência, Washington Luís comentava os acontecimentos do mundo. Em 1936, ele noticiava sobre a conquista da Etyopia, a formação do governo socialista na França, o choque na Inglaterra, as iniciativas triunfantes do Reich e as eleições extremistas na Espanha. Segundo ele, com estas mudanças *“alguma cousa há de dar no mundo, com repercussão no Brasil”*.

Em especial com este trecho, não conseguimos deixar de pensar na influência da ideologia nazi-fascista nas relações dentro do governo de Vargas e o quanto ela era criticada por Washington Luís. A ascensão do fascismo e do nazismo, sobretudo, fora estruturada no momento em que seus planos econômicos recuperaram a economia que havia sido abalada com o final da Primeira Guerra Mundial e, agravada, com a crise do capitalismo e da democracia-liberal ocorrida após a queda da Bolsa de Nova Iorque.

Estes regimes influenciaram muitos dos intelectuais e políticos brasileiros. Por isso e, não por acaso, que as manobras ditatoriais de Vargas, no Brasil, eram realizadas desde o início de seu governo. As pressões contra a oposição, violação de correspondências, a carceragem, torturas, perseguições e assassinatos ocorriam desde o início do Governo Provisório. Deixar estas políticas coercitivas dos direitos civis e políticos apenas para os oito anos de Estado Novo seria pouco razoável diante do que pesquisamos e do que vimos analisando na leitura feita das correspondências e da produção historiográfica.

Na carta enviada de Paris, do dia 2 de julho de 1936¹³², o ex-presidente pedia mais informações e uma resposta para o Instituto do qual eles se associaram, apesar de compreender que a situação era preocupante. Ele explicou:

Meu caro Roberto

“Tenho lhe escripto diversas vezes e algumas aproveitando portadores que para ahi partem. Não é uma reclamação e, si fosse, seria dictada pelo desejo affectuoso de

¹³² AP 185.03.155.

ter notícias suas. Compreendo perfeitamente que, embora inocente, a correspondência não é fácil em 'estado de guerra' (...) Em Nice comuniquei-lhe que o professor Mirkine me havia falado sobre a próxima criação de dois institutos, um de direito constitucional comparado e outro de história da revolução francesa, pedindo-me nomes de brasileiros de valor para delles fazerem parte. Autorizou-me você desde logo, sob minha solicitação, a espera de outros, na apresentação do seu nome e do Villaboim, o que foi feito. O professor Mirkine informa-me que escreveu aos dois a respeito e nenhuma resposta recebera. Expliquei-lhe a situação epistolar dos homens de valor neste momento em nossa terra e responsabilizei-me pela adesão de vocês(...)"

Em 24 de setembro de 1936, noutra correspondência, Moreira agradecia a missiva recebida de Lausanne em 16 de agosto, além da sua indicação feita por Washington Luís para o Instituto de História da Revolução Francesa, do qual se tornou um associado. Entretanto, a situação se agravara e nenhum deles tinha motivo para comemorar:

"Desde que regressei da Europa, em dezembro do ano passado, a situação política do paiz se tem agravado progressivamente.(...) O congresso acaba de prorrogar até dezembro a medida draconiana e tudo leva a crer que não cessará jamais enquanto Getúlio Vargas se encontrar no poder".¹³³

Logo abaixo ele desabafava:

"A opinião pública não existe, hoje, praticamente no Brasil. (...) É a mordaza violenta da censura".¹³⁴

Neste comentário ele reclamava que a imprensa estava cada vez menos confiável e que nem poderiam esperar algo verdadeiro sobre a oposição através dela. A Lei de Segurança Nacional estava nas mãos de Vargas. Segundo Roberto Moreira, a grande oposição a Vargas era o governador Flores da Cunha, mas as movimentações militares no Paraná já estavam tirando a força de resistência. Por outro lado comentava que *"o povo é visceralmente contrário ao comunismo"* e que Vargas se aproveitou disso para encarcerar Luís Carlos Preste, também um líder popular.

Moreira defendia, desesperadamente, que Flores da Cunha liderasse uma revolução contra Vargas, pois acreditava ser essa a única saída para a sua

¹³³ AP 185.03.148.

¹³⁴ Idem.

derrubada do poder¹³⁵. Porém, Cunha tentou se aproximar de Armando Salles, em São Paulo, para fortalecer a sua candidatura rumo a presidência, mas não teve o apoio do próprio PRP. Vargas expulsou Antonio Carlos de Andrada de Minas Gerais e da política de forma violenta, como que se quisesse dar um exemplo do que poderia acontecer com aqueles que interferissem em seus objetivos como, de certa forma, acontecia com Cunha no Rio Grande do Sul.

Em 22 de outubro de 1936, Washington Luís dizia que não poderia opinar sobre mais nada sobre política no Brasil, pois o tempo que já durava o seu distanciamento o impediria de fazê-lo. Este distanciamento era responsável pelo aumento da angústia de retornar livre das perseguições do governo, o que provavelmente sentia na pele o que muitas vezes promoveu em seus governos e cargos públicos que representara no Brasil. O ex-presidente era um aristocrata que conhecera o poder em todas as suas instâncias e que de forma brusca ficara impedido não só de governar, mas, sobretudo, de estar com seus familiares e amigos em sua terra. Assim escrevia:

“Estou longe dos acontecimentos, sem contato com os homens, com escassas notícias directas, de modo que não posso bem ambientar-me para julgar com segurança o que se deve fazer. E creio que, mesmo opostas foram as circunstâncias, a minha opinião bem pouco poderia influir”¹³⁶.

É curioso que nestas correspondências do ano de 1936 não apareciam os codinomes dos membros da lista de códigos que foram encontrados no Arquivo Privado Washington Luís. Neste caso, podemos pensar que os responsáveis por levar e trazer estas correspondências poderiam ser pessoas de muita confiança ou com livre acesso entre França e Brasil ou ainda que, durante este ano, houve um afrouxamento da censura. Apesar disso, no final, o ex-presidente cobrava que se escrevesse por intermédio de *Dr. Mister* tendo como destinatário *Merke Batherlémy*, respectivamente, Roberto Moreira e Washington Luís, ou como já afirmei o uso de ambos os pseudônimos por cada um deles.

¹³⁵ É muito interessante observarmos que Roberto Moreira em seu discurso na Câmara dos Deputados fazia uma crítica contundente ao movimento revolucionário, mas como agora os ares são outros e a situação havia se agravado ele, provavelmente, havia mudado de idéia.

¹³⁶ AP 185.03.147 ou 149.

O golpe sobre o golpe e a formação do Estado Novo

As condições políticas do país eram delicadas e os correligionários de Washington Luis continuavam a fazer propostas para o retorno do ex-presidente e acabar com a *dictadura de Vargas*. O amigo e correligionário Armando Jouvim escrevia ao ex-presidente cobrando notícias e ratificando sua fidelidade e amizade, porém, nesta carta, ele fazia uma proposta que, para nós, foi no mínimo surpreendente, mas nítido ser um reflexo da caótica situação dos perrepistas e uma chance para reverter a situação com as eleições de 1938.

“Rio, 3 de junho de 1937

Prezado amigo Dr. Washington Luis

Saudações cordiaes

Desde abril do anno passado não tenho o prazer de receber resposta de varias cartas que lhe escrevi.

Há dias tive a alegria de lêr uma carta dirigida ao nosso amigo commendador Alexandre Rodrigues.

Não sei a que attribuir o seu silencio, e, como a minha amizade sempre foi leal e sincera, não vacilei em fazer mais esta tentativa.

É bem certo que os homens de hoje não eram os mesmos que estavam ao seu lado em 1930, muitos delles, aliás, concorreram para disvirtuar aquillo que o seu patriotismo havia implantado em nosso Paiz. A grande maioria inclusive grandes elementos do P.R.P, fizeram ponto de aproximação ao ex-Dictador. Eu, entretanto, continuo no mesmo posto e despojado do que me furtaram, apezar de ter facilidade de aproximação.

Estamos agora em phase de candidaturas presidenciaes: dois candidatos estão na arena, mas nenhum delles traduz o pensamento do Brasil. José Américo apezar de ser candidato da maioria dos governadores não contara com a boa vontade do actual governo. Armando Salles candidato da minoria talvez não logre vencer no seu próprio Estado. São dois candidatos fracos. O primeiro foi acceito pela maioria como solução que houvesse sucessão.

Por outro lado a recente manifestação dos generaes se oppondo a que o governo intervenha no Rio Grande, foi um acto patriotico, aliás, mas de indisciplina. O integralismo fez um plebiscito previo e o Plínio Salgado já tem mais de 500 mil votos faltando grande numero de Estados. Attingirá talvez a 800 mil votos. Quando eu, na melhor das intenções dei a publicar um trecho de sua carta dizendo que não era integralista porque não conhecia a formula do Integralismo, tive ensejo de conversar com elemento de prestigio no Integralismo e senti como o seu nome é alli acatado. Agora mesmo, com a mais

absoluta reserva, conversei com aqueles elementos integralistas e chegamos a conclusão que poderia ser feita uma aproximação secreta e o seu nome apresentado às urnas com grande probabilidade de exito. Pessoa de sua confiança que recebesse instruções nesse sentido poderia ter contacto com o chefe integralista, e mesmo sem a sua adesão ao Integralismo sob a forma salvação publica, integralismo poderia cerrar fileiras em torno de seu nome.

Não será aventura nossa porque o povo o considera o unico homem capaz de salvar O Brasil. O deputado Adalberto Corrêa ainda hoje me disse que estaria incondicionalmente ao seu lado se o Brasil promovesse a sua candidatura e iria proclamar-a na Camara dos Deputados. (...) Não caberiam os nomes das pessoas a que poderia me referir nesse sentido (...) Qualquer divulgação desse assunto só será dada com seu consentimento.”¹³⁷

Jouvin

Esta carta nos apresenta uma condição que nunca fora levantado entre as correspondências do ex-presidente com Roberto Moreira, por exemplo, e que, aliás, pelo contrário, ambos apresentavam sempre críticas aos ideais extremistas da ideologia fascista e da dos comunistas. O ex-presidente respondeu em 17 de junho a Armando Jouvin com muita precaução, mas, sem dar uma resposta direta sobre a proposta. Ele dizia:

”Até esta data não deixei uma só de suas cartas sem resposta. Si alguma carta não teve resposta é preciso attribuir á falta de corrieur, por que não me trouxe a carta ou não chegou a resposta, sem duvida a causa do silencio notado. Por essa razão compreende que eu não posso confiar no correio á resposta de qualquer desejo ao tema principal da sua missiva”.¹³⁸

Jouvin agradeceu a resposta e comentou sobre a disputa do Rio Grande do Sul com Flores da Cunha e se despediu dizendo que esperaria novas notícias. Jouvin estava cobrando uma posição de Washington Luis que, ao nosso entendimento, era mais uma intimação para que o ex-presidente não perdesse a oportunidade de retornar e de retomar o poder com o apoio dos integralistas. Não acreditamos que o ex-presidente e Armando Jouvin, como os outros correligionários, estivessem interessados na ideologia integralista, mas sim, que pensavam nessa aliança como

¹³⁷ AP 199.02.017. O grifo é do próprio autor da carta que mostrava para Washington Luis uma possibilidade de retorno seguro com o apoio dos integralistas.

¹³⁸ AP 199.02.018.

opção e reforço para as eleições de 1938. É interessante analisar a colocação de Jouvin escrevendo sobre Vargas como *ex-Dictador*, num momento em que outros correligionários como o ex-presidente e Roberto Moreira não estavam entusiasmados com a disputa.

Em carta de 22 de maio de 1935 o ex-presidente respondia a Walter Hamilton Land sobre os boatos de adesão ao Integralismo. Assim escrevia:

“Meu presado amigo, compadre e senhor Walter Hamilton Land.”

Acabo de receber sua carta de 11 de maio, em que me envia um recorte de jornal, no qual se fala sobre integralismo, a que eu me teria mostrado sympatisante.

Causou-me estranheza tal notícia, e, deixe-me dizer-lhe com a habitual franqueza a que me dão direito os elevados, espontaneos e sinceros sentimentos que me tem mostrado até agora, não menor surpresa que tivesse dado credito á conclusão que ella encerra.

Desde 1930 até esta data, directa ou indirectamente, em publico ou em particular, nenhuma declaração fiz sobre a minha orientação e sobre as minha attitudes políticas, limitando-me a responder, quando instado a me pronunciar, que nada declarei e nada declaro, podendo-se affirmar que tenho declarado que nada tenho a declarar. Nenhuma razão de qualquer natureza que seja existe até agora para me fazer mudar de attitude (...).”¹³⁹

Washington Luis comentava nesta carta que não recebia nenhuma informação sobre estas ideologias. O que sabia era que na Europa tanto o fascismo quanto o nazismo estavam muito fortes em seus países de origem e que tinham ojeriza dos partidos comunistas. Agradece a atenção do amigo, mas aparenta estar indignado com tal difamação.

Entretanto, ao fazermos uma retrospectiva sobre as tendências ideológicas do período analisado é interessante observarmos que a formação dos partidos políticos não respeitava uma condição criteriosa sobre o pensamento e histórico de seus membros, muito menos de uma homogeneização dos princípios e prerrogativas político-ideológicas. Isso nos faz pensar sobre o mundo da política em que vivemos, onde os partidos se formam historicamente e os seus membros aparecem pelas mais diversas situações e condições, demarcando uma permanência histórica na

¹³⁹ AP 199.01.020.

postura destes políticos que vêm sigla desprendida de um teor ideológico.

Para se ter mais uma idéia do clima que se esperava naquele ano da criação do Estado Novo, vemos que, na carta de 29 de junho de 1937, Moreira preocupava-se com as medidas tomadas por Vargas para se “*perpetuar no poder*” e, entre estas observações, ele mostrava a intenção de Vargas de isolar, politicamente, Antonio Carlos de Andrada ao indicar outro político para assumir a presidência da Câmara.

Ele relatava:

*“Os factos ocorridos depois da minha última carta não fizeram senão confirmar as previsões que ella encerra. Ficaram patentes as manobras de Getulio para perpetuar-se no poder, acentuou-se o dissídio entre elle e o Flores, surgiu afinal a candidatura de Armando Salles, cindiu-se o PRP e sensivelmente se aggravou a sempre incerta situação militar (...) (Vargas) Maucumunado com Benedicto Valladares, egualmente desejoso de ver apeado de seu pedestal o velho Andrada, criou e sustentou a candidatura Pedro Aleixo”.*¹⁴⁰

As eleições estavam marcadas e Vargas lançava candidato o ex-ministro de Viação e Obras Públicas do seu governo, Américo de Almeida. O Partido Constitucionalista, formado pelo Partido Democrático, lançava a candidatura de Armando Sales de Oliveira, presidente de São Paulo e, por último, o líder dos integralistas, Plínio Salgado, aparecia na disputa com a estrutura da Ação Integralista Brasileira.

Estas eleições presidenciais deveriam ocorrer em março de 1938 e, no ano anterior, a movimentação destes grupos que divulgavam suas plataformas políticas visando um processo com eleições democráticas indicava que o candidato do governo federal não seria apoiado até o final do processo. Tudo parecia apontar para um golpe que seria desfechado contra a Constituição de 1934. De fato, em novembro, o governo obteve do Congresso aprovação do pedido de estado de sítio ao apresentar o Plano Cohen. Terminara o processo de transição com a derrota das oligarquias situacionistas da República Velha e nascia pela auto-representação dos formuladores do golpe o Estado Novo, uma vez que estes obliteravam os dois tempos históricos e arvoravam-se os fundadores do Estado-Nação e da ordem.

Assim com a Constituição da Polaca escrita por Francisco Campos, tendo como base a Lei de Segurança Nacional, o governo poderia impor a censura prévia, limitar as manifestações públicas, proibir ou fechar entidades e autorizar prisões e

¹⁴⁰ AP 185.03.157

processos judiciais em tribunais especiais ¹⁴¹. As greves foram proibidas e a sindicalização só poderia ser feita em sindicatos autorizados pelo governo, ou seja, aquilo que estava sendo imposto desde o seu início, em meados de 1931, agora era explicitamente regulado pela Carta Magna do país.

O que estava sendo colocado em jogo era a cartada final de Vargas. Uma vez estruturado o Estado, controlado os trabalhadores e unificando a burguesia, estava à vista o momento de regular os diálogos políticos e garantir o controle das decisões para, efetivamente, consolidar o capitalismo no Brasil. A saída radical seria o golpe dentro do golpe e, assim, em 10 de novembro de 1937, foi fundado o Estado Novo.

Em correspondência extensa de 29 de junho de 1937 Moreira comentava a escolha de Pedro Américo como candidato de Vargas à presidência em 1938. Este acordo seria amarrado com Benedicto Valladares, governador de Minas Gerais, João Alberto e Pedro Aleixo. Por outro lado, comentava a campanha do PRP pelo nome de Washington Luís:

“Nesses dois memoráveis prélios, a bandeira do Partido podia ter trazido, de facto, este dístico symbolico: ‘ Guerra a Getúlio Vargas e honra a Washington Luís’. Porque, enquanto o nome do primeiro era a cada passo lembrado para soffrer a malsificação dos perrepistas, o do segundo se invoca com insistência não menor, n imprensa, nos comícios, nas cerimônias públicas e privadas, nos concílios partidários, nas palestras, nas ruas, nos cafés, para, coberto de bem-çarus, despertar o entusiasmo das turbes, afervorar o zelo patriota, vencer a resistência dos discolos ou reduzir a dubiedade dos hesitantes. Washington Luís era o lemma do PRP, a sua divisa, o seu phanal, o seu norte.”¹⁴²

Nesta correspondência Moreira denunciava a tentativa de cooptação dos políticos do PRP com o “*Pacto do hotel Gloria*” e com o “*Octólogo*”. Luzardo, Paim, Maurício Cardoso e João Neves eram os “obreiros” desta manobra política. O interlocutor de Washington Luís descrevia a debandada de políticos perrepistas para o lado do “*Cattete*”.

O comentário sobre a cisão do PRP ficara por conta da escolha do candidato à presidência da “*Comissão Directora*”. Esta disputa dividia as páginas com as intervenções militares no Sul, com o intuito de tirar Flores da Cunha do Rio Grande. Moreira colocava a importância do PRP na tentativa de apoiar um candidato contra

¹⁴¹ Artigo 122 da Constituição de 1937.

¹⁴² AP 185.03.157.

Pedro Américo e, possivelmente, seria Armando Salles e não por opção, mas sim por exclusão, uma vez que era um potencial candidato por São Paulo à presidência em 1938.

Em correspondência de 29 de dezembro de 1937, *Dr. Mister* registrava que a situação era complicada e relatava a prisão de Roberto Moreira por 11 dias. Assim ele narrava:

. “Vi num destes dias, por acaso, na rua, o seu amigo Roberto, recém-chegado do Rio. Referiu-me o caso de sua prisão, ocorrida às 6 horas da manhã, naquela data já agora histórica. Dormia elle no hotel, quando violentamente lhe bateram na porta do quarto. Eram três agentes de polícia que, ao defrontal-o lhe disseram abruptamente: - ‘O senhor está preso por ordem do presidente da República’. Depois do que revistaram o aposento e collocaram-se á porta mesmo, no corredor, tornando impossível qualquer comunicação com o exterior”¹⁴³

A Constituição de 1934 estava enterrada e, em seu lugar, aparecia a Constituição da Polaca em 1937 e que foi justificada por conta dos conflitos que estavam ocorrendo no Brasil naquele ano. Vargas, como falavam os nossos interlocutores, já tinha como condição a idéia de fortalecer as relações de poder e as relações econômicas a partir do Estado que, analisado da perspectiva do golpe sobre o golpe, de novo obteve apoio dos militares e das classes médias e trabalhadoras que tinham a expectativa de que ele continuaria a garantir sua política social e econômica. Tanto a burguesia urbana e industrial quanto às classes médias e trabalhadoras acreditavam que a permanência de Vargas no poder seria a melhor forma de garantir estes direitos, o projeto de industrialização e a consolidação do capitalismo.

O Estado intervencionista, autoritário e nacionalista que se construiu com o modelo do Estado Novo teve sua base de apoio no exército, o que deu sustentação para colocar em prática aquilo que estava sendo estruturado lá atrás, no governo provisório e que recebeu lapsos e espaçamentos de liberdades políticas durante o breve período Constitucional. Vargas tentava agora, com a nova Carta, dar a cartada final em seu projeto de governo, pois com apoio de grande parte da sociedade e do exército tinha a convicção de que realizaria seu projeto esboçado desde o início dos

¹⁴³ AP 185.03.159. Mister comentava também que Moreira não havia sofrido nenhum tipo de tortura e que outros políticos estavam detidos no Rio de Janeiro, como Armando Salles e Octavio Mangabeira.

anos 1930. Vargas sabia que a tentativa de mudanças no modo de produção, por onde encaminhava a economia rumo ao desenvolvimento industrial, era inevitável e, por isso, ele mesmo queria garantias de que estaria no poder quando isso se concretizasse ou, pelo menos, assumisse estruturas mais rígidas.

São Paulo, 8 de junho de 1981.

A
COMISSÃO ORGANIZADORA DOS FESTEJOS DE SETUAGESIMO
ANIVERSARIO DA INAUGURAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR "WASHINGTON LUIS"

Por intermédio do Deputado Geraldo Menezes recebi, de viva voz, o convite que essa Comissão se dignou fazer para que eu assistisse os festejos que essa Municipalidade irá realizar em comemoração ao setuagésimo aniversário da inauguração do Grupo Escolar "Washington Luis", dessa Cidade.

Esse convite me deu enorme satisfação, porque, agora, relí, não só o discurso pronunciado em 1911, quando daquele ato, pelo Orador Oficial da Municipalidade, o Saudoso Altino Arantes, filho de Batatais, o qual no decorrer da sua oração atribuiu a meu Pai excepcionais qualidades de homem público, mas também o que proferiu Washington Luis, em agradecimento a essa gentileza.

Embora tais referências fossem extraordinárias, Washington Luis, em sua resposta, declarou que isso não

Esta carta foi endereçada ao filho de Washington Luis, Victor Luis, convidando-o a comparecer ao colégio que levava o nome de seu pai para as comemorações sobre o septuagésimo aniversário do colégio.

Capítulo IV

Melancolia e o ocaso de uma liderança

A crise da oposição a Vargas

A criação do Estado Novo exigia a confirmação dos aparatos de controle e acomodação das classes sociais e das instituições que formariam os alicerces que viabilizariam a continuidade do projeto do governo Vargas. Com relação aos trabalhadores, Getúlio Vargas havia mantido os direitos sociais e incorporadas novas medidas que condicionariam ainda mais o controle desta parcela da sociedade, tendo seu corolário com a aprovação das *Consolidações das Leis Trabalhistas*, em 1943. A centralização dos sindicatos destes trabalhadores ficou mais rígida e continuaria a distribuição dos direitos na medida em que estes estivessem de acordo com a nova proposta do governo.

A burguesia urbana e industrial estava aguardando a remeça de capital estrangeiro, pelas vias das políticas de desenvolvimento do governo, para financiar a produção industrial. A classe média acreditava, cada vez mais, que o desenvolvimento aconteceria pelo viés da indústria, gerando mais empregos e garantindo os direitos de todos os trabalhadores. O exército que sempre teve uma relação próxima, mas independente, continuava de prontidão, apoiando, mas, também, aguardando os acontecimentos e, de certa forma, pensando no que fazer diante da conjuntura política e das manobras do presidente estadonovista. O apoio dos militares foi decisivo para Vargas impetrar a nova Carta em 1937, porém, ao mesmo tempo, ele dava forças ao exército para reivindicar uma maior participação em seu governo às custas de ser uma das colunas de sustentação do Estado Novo.

O presidente deixava claro que os dias que antecederam o golpe sobre o golpe eram momentos periclitantes e a iminência do aumento da crise econômica por conta da queda nos preços dos principais produtos de exportação ainda era decisivo para a economia do país. Entretanto, do lado político, com a vitória sobre Flores da Cunha, a história era outra, uma vez que o governo tinha apoio da sociedade para prosseguir com seu projeto. Isso seria oportuno para criar o clima de persuasão

sobre os grupos de oposição e de chafurdar as intenções dos integralistas com a criação do Estado Novo e com o cancelamento da legalidade dos partidos políticos, inclusive, do próprio partido integralista. Ele confidenciava que:

“O serviço de administração continua normal, mas as situações financeira e econômica não são boas: crise de café, crise de algodão, baixa do câmbio, alta de preços, aumento do custo de vida. O serviço puramente burocrático aumentou desmesuradamente com as rumas de decretos que tenho de assinar em virtude das novas classificações reajustamento dos funcionários públicos civis.

Politicamente, sente-se a elaboração de novas coisas e novos rumos. Palestras, conferências, indecisões. A solução do caso do Rio Grande fortaleceu o governo. O número de deputados que compareceram à audiência de sexta foi superior ao normal. É um índice. O José Américo deseja esclarecer o caminho e saber se ainda é candidato. O Pilla quer renunciar à direção do partido – O Luzardo seguiu para demovê-lo. Chega a vez de São Paulo: os perrepistas procuram-me, mas não querem o Macedo Soares (...)”¹⁴⁴

Observando deste ângulo, tudo se encaminhava para o que os interlocutores de Washington Luis profetizavam em suas correspondências sobre o ideal de Vargas de se perpetuar no poder. Tínhamos no momento: a indecisão pela candidatura de José Américo, a disputa em São Paulo com a formação do partido Constitucionalista com Armando Salles de Oliveira, o enfraquecimento dos integralistas que, com a candidatura própria, perderam o apoio do governo e as greves e passeatas que fomentaram a criação fictícia de um plano de comunistas para tomar o poder. Estava neste momento constituído a condição providencial para uma nova etapa do governo de Vargas e da tentativa de acelerar seu projeto de industrialização e consolidação do capitalismo.

Para consolidar o golpe de 1937, a imprensa noticiava para todo o país a criação do Conselho de Imprensa que teria a função de fiscalizar o serviço político dos jornais. Nas primeiras páginas dos principais jornais das capitais brasileiras era estampado o discurso em cadeia de rádio do presidente Vargas explicando os motivos e as medidas tomadas para essa nova fase do governo. Este discurso, feito no dia da promulgação da nova Constituição do país, marcava a fundação do Estado Novo. Estas medidas eram declaradas aos leitores como condição para assegurar a

¹⁴⁴ Getúlio Vargas: Diário/ apresentação de Celina Vargas do Amaral Peixoto; edição de Leda Soares – São Paulo; Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995. Este trecho encontra-se na página 76 dos dias 20, 21 e 22 de outubro de 1937.

tranquilidade e a ordem no território nacional. Uma nota publicada pelo Ministério da Justiça anunciava:

“Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1937

’Regressando da reunião hoje de manhã, no Palácio da Guanabara, o ministro da Justiça declarou aos representantes da imprensa acreditados junto ao seu gabinete que acabava de ser promulgada a nova Constituição Republicana, que ainda hoje será publicada.

(...) Acham-se dissolvidos o Senado e a Camara Federal bem como as Assembleias Legislativas e Camaras Municipaes.

Às oito horas da noite, o presidente da República falará á Nação pelo rádio’.”¹⁴⁵

Neste *Discurso à Nação*, Vargas conclamava a população para apoiar a reforma e chamava de “*agitadores profissionais*” àqueles para quem as medidas eram necessárias como forma de garantir a paz e a ordem para continuidade do desenvolvimento econômico e dos direitos conquistados pelos trabalhadores. O Congresso Nacional do qual fazia parte Roberto Moreira fora fechado e os mandatos de seus deputados e senadores foram cassados. Muitos políticos da oposição foram presos e o país mergulhava num período onde o presidente governaria por decretos-lei, com a volta dos interventores federais aos estados e com o aumento do poder de decisão dos Conselhos Federais. A iminência de uma intervenção dos militares deixava o ambiente mais agressivo, porém o próprio Vargas sabia destes riscos que correria no momento em que pedisse o apoio irrestrito do exército, mas, mesmo assim, ele preferiu correr o risco a abandonar seu projeto de governo.

No ano seguinte, em 1938, com Vargas governando, praticamente, sem oposição, as correspondências entre Washington Luis e seus correligionários foram ganhando intervalos mais longos, marcando para nós um momento atípico deste trabalho, uma vez que as cartas, além de aparecerem menos neste período, elas diminuíram, também, em seus conteúdos políticos com relação às observações

¹⁴⁵ Ano XIII. Edição 4.191 do jornal Folha da Manhã de quinta-feira do dia 11 de novembro de 1937.

sobre o governo.

Numa correspondência enviada de Nice, em 8 de janeiro de 1938, Washington Luis traduz a dificuldade da comunicação com os amigos e a situação do Brasil com relação à censura:

“(...) Posso dizer que hoje o meu esforço se resume em não perder esses amigos, com os quaes convivi por longos annos, sei que nem por isso não dependa só de mim, mas tambem desses amigos. Para os quaes, talvez, o longo tempo decorrido, a grande distancia, as confusões actuaes podem crear obscuridades em esquecimentos. Não está num número, que continuo a querer bem, o amigo a que respondo. A preocupação de não os perder, e só pela preocupação affectuosa, é tão grande que me causa, ás vezes, tormentos. (...) Você bem compreende como eu deixaria o coração aberto falar sobre as cousas brasileiras, das quaes só tenho conhecimento por meio de recortes de jornaes e de prudentes tópicos de vossas cartas. Mas não o faço, não por mim, mas por amor dos que ahi estão, sujeitos a possíveis incommunicabilidades. Informam-me que a censura está rigorosíssima que não respeita carta, de quem quer que seja e para quem quer que seja.”¹⁴⁶

As respostas emitidas por Washington Luis apresentavam um desânimo pela situação em que se encontravam os amigos e parentes no Brasil. Mesmo diante de uma guerra mundial que tinha seu epicentro na Europa, o ex-presidente mostrava mais preocupação com os conhecidos no Brasil. A falta de fôlego da oposição para resistir ao contrato social que Vargas havia assinado com parte da sociedade e com o exército tirava as forças destes perrepistas de lutarem pela sua liberdade e direitos.

Esta condição das correspondências manteve-se até 1947 e, não por acaso, foi justamente no ano em que Washington Luis retornaria ao Brasil após dezessete anos de exílio. Porém, mesmo com a diminuição do número de cartas enviadas e das reflexões políticas expostas entre estes correligionários, ainda podíamos encontrar uma combinação de assuntos da vida particular do ex-presidente, da sua memória sendo construída pelos correligionários na medida em que ressaltavam a imagem do grande chefe da nação e dos comentários sobre acontecimentos políticos e econômicos do governo Vargas.

Com relação aos conteúdos políticos que perderam espaço nas correspondências, mas que eram assuntos permanentes das reflexões de todos

¹⁴⁶ AP 185.03.159. Esta carta manuscrita veio como resposta ao Roberto Moreira, porém não estava assinada. A comparação com outras cartas com a mesma caligrafia nos proporcionou identificá-la como sendo de Washington Luis.

eles, havia ainda a manutenção dos pedidos para o ex-presidente retornar ao Brasil, acompanhados de frases proféticas de ambos os lados do oceano sobre como Vargas tornou-se previsível como governante ao se manter no papel de ditador. Essa escassez de cartas teve o seu ápice em 1944, ano em que não encontramos nenhuma correspondência no Arquivo Privado. Nem de Washington Luis, nem de nenhum outro de seus interlocutores e nem mesmo daqueles que não foram citados neste trabalho. Entre as poucas notícias que encontramos sobre o ex-presidente durante este ano era a de que ele havia saído da Europa e estava residindo em Nova Iorque.

Uma hipótese sobre esta escassez de correspondências enviadas e recebidas a partir da criação do Estado Novo pode ser interpretada como consequência pelo fim da oposição oficial ao governo que teve suas ações e questionamentos obliterados no tempo presente, uma vez que esta oposição trazia sempre motivos, reflexões e análises para os nossos interlocutores escreverem ao ex-presidente. Mesmo nas cartas com temáticas caseiras antes de novembro de 1937, havia sempre uma pitada de conteúdo político e de críticas às realizações de Getúlio Vargas no poder.

No ano de 1939, numa carta de 18 de novembro, o ex-deputado Roberto Moreira transmitia em suas palavras um certo cansaço por conta da situação em que vivia, sobretudo, por decorrência dos problemas de saúde de sua esposa, que, mesmo em tratamento, não apresentava um quadro clínico de recuperação. Não é demais lembrarmos que o ex-deputado havia perdido sua filha por doença, o que, com a situação presente da esposa, aumentava ainda mais o seu sofrimento. Ele explicava:

“(...) O estado de Martha não se tem modificado, as energicas applicações de raio X, e outras terapêuticas aconselhadas para o caso, parece que conseguiram retardar um pouco a marcha da moléstia. Mas não a suprimiram. A situação continua a ser de alternativas constantes, ora boas, ora más, sem jamais permitir a consolidação das melhoras que por vezes aparecem. (...) Tudo se vae perdendo, tudo. A situação é de completa e crescente deliquescência. Cada dia nos traz nova desilusão, acusando a debandada de amigos e companheiros que pareciam fieis ao chefe a á fé do seu credo. (...) Elas continuarão com certeza até que se estabeleça a liberdade de critica no paiz e, com ela, a possibilidade de reparo publico a taes defecções simplesmente vergonhosas. Contudo, uma coisa não morre: a estima e o respeito pela sua admirada pessoa. O seu nome continua vivo na consciência popular. Ainda no dia 15 do corrente houve aqui um facto bem

expressivo. Numa passeata cívica, organizada sob auspícios oficiais, figuravam os retratos de todos os presidentes da República. A passagem do seu, estrugiam as aclamações, que se faziam chochas e meramente convencionaes, quando aparecia a do teu sucessor.”¹⁴⁷

Porém, mesmo com as calamidades que afligiam Moreira, ele não se esquecia de encorajar o ex-presidente a retornar ao país, mostrando focos de apoio ao seu nome em diversos lugares. Moreira persuadia Washington Luis a acreditar que o seu distanciamento não havia promovido o esquecimento da imagem de homem político que havia deixado quando partiu para o exílio, mas ao contrário, que voltando ao país ele manteria as condições necessárias no espectro político para disputar o seu posto de presidente com o apoio popular.

Washington Luis sabia das dificuldades que Moreira estava atravessando no Brasil e que, aliás, não era privilégio dele, mas de qualquer opositor irreductível e saudosista que continuasse no país trabalhando nos bastidores contra o governo após a criação do Estado Novo. O ex-presidente sabia que não voltaria para o Brasil pelos *braços do povo* e que o governo havia promovido uma *caça às bruxas*, onde todos os seus braços armados da intolerância garantiriam uma oposição adormecida. Diante disso, ficava evidente o declínio da estrutura de oposição a Vargas.

Nas correspondências, o ex-presidente não esboçava mais nenhuma reação e nenhuma intenção de voltar. Com o fim da legalidade dos partidos, com o fechamento do Congresso Nacional e cassação dos políticos eleitos, com a invasão dos diretórios e escritórios políticos e com a continuidade dos exilados involuntários, o ex-presidente sabia que não haveria a menor chance de retornar naquele momento ao Brasil, além, do que, a guerra mundial estava muito próxima de seu convívio, iniciando uma nova realidade para ele na Europa, onde tinha como principal preocupação buscar um lugar mais seguro no continente.

Nesta mesma carta, Moreira reclamava que a censura no Brasil não o deixava a par, também, dos acontecimentos que ocorriam fora do país, sobretudo, com relação a guerra na Europa:

“(...)Pouco se sabe aqui das coisas da guerra. Vistos de longe e através de escassas noticias , filtradas pela censura

¹⁴⁷ AP. 185.03.163.

*ditatorial cada vez mais draconiana, os acontecimentos são antes enigmáticos e confusos, e não permitem muitas previsões. Todavia, pensa-se aqui, geralmente, que a queda do nazismo desvanecerá no mundo o entusiasmo pela ilusão totalitária, se é que existe realmente tal entusiasmo por uma coisa que nada mais é que a velha tirania de todos os tempos, bem conhecida dos povos que já lhe sofreram as opressões e danos.*¹⁴⁸

É nítido nesta correspondência que Moreira era contrário aos ideais fascistas e ao autoritarismo que outrora aportou em solo brasileiro. E que a única forma que ele acreditava como solução para o fim da ditadura de Vargas era com a derrota na guerra destes regimes totalitários. Este rigor da imprensa e o cerceamento das atividades políticas foram sendo controlados e centralizados no Departamento de Imprensa e Propaganda, um órgão criado para, segundo Vargas, dar condições para o governo proteger a sociedade. O controle era feito de forma rigorosa tanto às notícias que iam para as agências internacionais quanto às notícias que pudessem entrar no país.

A função que o Estado exerceria neste governo foi determinante para manter os direitos sociais e cercear os direitos políticos e civis. Vargas queria, como já dissemos, desestruturar o poder oligárquico regionalista que ainda persistia em se organizar pelo país. Para ele, este poder proporcionava uma deformação das relações sociais e de poder que emperravam o desenvolvimento econômico e impediam o país de sair desta dependência econômica que o mantivera ainda numa estrutura colonial. Ao garantir estes direitos sociais e dimensioná-los na Consolidação das Leis Trabalhistas, Vargas tinha o objetivo de dar uma cartada definitiva nestas *relações feudais* de poder no Brasil.

Neste caminho, ficava definido pelo governo brasileiro o incentivo ao setor industrial, com a assinatura do Tratado de Comércio com os Estados Unidos da América. E, isso ocorreria, mesmo com a queda da produção industrial nacional e com a iminência das dificuldades que se projetavam pelos efeitos da guerra mundial no país.

Em 1940, com os empréstimos estadunidenses para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda, após a definição do Brasil em apoiar os Aliados com os Estados Unidos na guerra mundial, Vargas e o presidente Franklin Delano Roosevelt assinavam medidas que marcariam um período de muitos

¹⁴⁸ Idem.

investimentos no Brasil. Logo em seguida, vieram os capitais para a construção da Companhia Mineradora Vale do Rio Doce, da Fábrica Nacional de Motores e da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, além, do incentivo dado ao empresariado para investir na substituição das importações com a criação de instituições para a formação de trabalhadores da indústria, como o SENAI.

Esta parceria com os Estados Unidos seria uma garantia de Vargas para manter os militares sob controle, eles que eram o *grande gigante adormecido do Estado Novo*. Ao mesmo tempo, era estratégico e promissor para Vargas se manter ao lado destes militares, pois eles eram o braço armado da coação e da proteção das ações políticas do governo. Entretanto, um outro foco de oposição parecia crescer a partir da díade de posicionamentos sobre o regime político instaurado, o que era, também, tema de discussão na Europa e no resto do Ocidente. Essa discussão era, literalmente, entre liberais e totalitários. Desta forma, podemos indagar: como ficaria o governo Vargas de regime autoritário apoiando os Aliados?

Neste contexto, a oposição a Vargas que estava estancada com o Estado Novo começava a brotar das vísceras do próprio governo. Esta condição de apoio irrestrito aos Estados Unidos na guerra mundial era discutida dentro do governo Vargas. Um caso importante foi o registro do comportamento do embaixador do Brasil nos Estados Unidos, o Sr. Osvaldo Aranha, companheiro e político sulista e membro da Aliança Liberal, que acusava Vargas de ter uma postura dúbia em relação ao apoio aos estadunidenses.

No dia 24 de novembro de 1941 Vargas registrava uma atitude que Osvaldo Aranha havia tomado sobre um desentendimento com outros colegas, onde estava disposto a criticar o governo com relação ao caminho que estava tomando naqueles tempos de guerra:

“Jantar de cerimônia na casa de Roberto Simonsen. Enquanto estava na festa, fui procurado por Benjamim, da parte de Lourival, dizendo que Osvaldo, regressado de sua viagem ao Chile, pretendia dar uma entrevista aos jornais, por escrito. Resolvera, porém, reunir todos os jornalistas, dando uma palestra coletiva. Não tinha, Lourival, meio de controle. Perguntava o que devia fazer. respondi-lhe que o deixasse falar.”¹⁴⁹

¹⁴⁹ Getúlio Vargas: Diário / apresentação de Celina Vargas do Amaral Peixoto; edição de Leda Soares; São Paulo, ed. Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995, pág. 438.

Com relação a esta oposição embrenhada no próprio governo de Vargas, Washington Luis estava em Lisboa quando recebeu uma correspondência de Augusto Correia Lima, onde descrevia a chegada ao palácio da Guanabara de um casal alemão convidado pelos militares para um jantar com o presidente e seus ministros. A situação aparentemente simples tornara-se delicada. Compareceram todos os ministros, menos Osvaldo Aranha, o que deixou o interlocutor curioso, fazendo questão de repassar a notícia ao ex-presidente:

“Num banquete oferecido ao Getúlio pelas classes armadas causou estranheza a ausência de Osvaldo Aranha, quando todos os ministros compareceram. Dizem a boca pequena que ele já está no INDEX. Nada asseguro, porém, os comentários são freqüentes e cheios de intrigas.”¹⁵⁰

Um mês depois o ex-presidente respondia:

“Depois da guerra, as comunicações são difíceis raras e lentas. Poucas são as notícias que recebemos do Brasil de modo que são sempre agradáveis as cartas dos bons amigos. Desde 20 de setembro de 1940 estou em Lisboa, para passar o inverno, na avenida Palace Hotel vindo da Suíça onde havia chegado em fins de agosto de 1939.”¹⁵¹

Observamos que o ex-presidente não havia saído da Europa logo após o início da guerra, mas estava hospedado em países que não estavam diretamente ligados ao conflito, como Suíça e Portugal. Washington Luis não respondeu a esta informação do amigo, mas afirmava a dificuldade que era de receber tais notícias. Ele sabia dos descontentamentos de Osvaldo Aranha com as diretrizes que o governo de Vargas estava tomando e, isso, para ele, era muito interessante, na medida em que reacenderia uma nova chama de oposição efetiva ao governo no Brasil.

Este exemplo de Osvaldo Aranha levou a um caminho sem volta e definitivo para Vargas, onde o governo se enfraqueceria a partir desta desarticulação política, resultando na renúncia do presidente em novembro de 1945. Porém, não havia saída. Vargas precisava enfrentar esta dicotomia em seu governo, mesmo sendo

¹⁵⁰ AP 200.02.021

¹⁵¹ AP 200.02.022

intensificada com o golpe de 1937. Em seu diário, ele já comentava em 1930, o fardo que era ter como aliado e cúmplice o exército de seu país. Ele escrevia:

*“(...)Nos elementos que me cercam, surgem apreensões sobre o intuito dos dirigentes do golpe de estado, no Rio. Não querem um governo militar. Receia-se que os generais queiram aproveitar-se do nosso movimento indubitavelmente vitorioso para apoderar-se do poder, reduzindo a uma sedição militar o que iniciamos como uma revolução que traga reformas radicais, de acordo com o programa da Aliança Liberal e as idéias da revolução”.*¹⁵²

É interessante perceber a trajetória que os militares fizeram desde que o movimento aliancista surgiu como força propulsora para derrubar a oligarquia cafeeira. O Rio Grande do Sul tinha um terço do exército nacional quando Vargas era governador do estado. Este foi um passo decisivo para esta combinação que atravessou momentos difíceis da política brasileira. Essa formação teve seu auge, justamente, na criação do Estado Novo, momento onde ela se tornou, também, mais ameaçadora. Porém, Vargas sabia da real necessidade deste apoio dos militares, mesmo porque, um golpe só se realizaria e se manteria por intermédio de um exército.

Outro ponto interessante deste trecho do diário de Vargas é observar a sua referência sobre a dialética: *golpe x revolução*. Na sua concepção, se os militares fossem oportunistas e assumissem o governo após a queda de Washington Luis, o movimento terminaria sendo caracterizado como um golpe de Estado, ou melhor, um golpe militar. Mas, como o governo ficou sob o controle dos civis e, sobretudo, sob o seu controle, este movimento estava caracterizado como *revolucionário*. Este é mais um exemplo da problemática em torno deste conceito e de como ele é trabalhado e de que perspectiva ele é desenvolvido e defendido. Entretanto, os perrepistas acompanhados nas correspondências não faziam esta diferenciação que Vargas queria garantir em seu diário.

Tanto Washington Luis quanto os outros correspondentes, o movimento da Aliança Liberal transformou-se numa fogueira de vaidades que culminou com o golpe de Estado e a formação de uma Ditadura onde o autoritarismo tomou frente das decisões políticas e econômicas do país a partir de 1930.

¹⁵² Getúlio Vargas: Diário/apresentação de Celina Vargas do Amaral Peixoto; edição de Leda Soares – São Paulo, ed. Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995, pág. 16

Diante deste contexto, o isolamento do ex-presidente havia tomado proporções críticas, pois não conseguia ter mais notícias do Brasil como estava recebendo desde 1930. Mesmo as linhas telefônicas e os telegramas, que já eram menos usados, tiveram problemas decorrentes da guerra que se desenvolvia na Europa. Washington Luis escreveria mais tarde, numa carta de 1946, sem dia e nem mês, que ao chegar aos Estados Unidos começou a usar mais o telefone em relação ao que usou na Europa e justificou este costume por causa do grande aumento dos cabos submarinos decorrentes da guerra mundial. Há grandes possibilidades da diminuição da frequência de cartas escritas entre eles ocorrerem por conta, também, deste fator que, aliás, deve ser considerado.

Entretanto, voltemos as cartas.

Recém-chegado a Paris, Octavio Mangabeira escreveu em 18 de abril de 1939 uma carta deixando o ex-presidente a par das condições políticas do Brasil, queixando-se da postura radical dos militares que, para ele, eram os verdadeiros governantes. Ele escrevia:

“(...)Do Brasil pouco de novo. Os taes accordos americanos, reduzidos ás verdadeiras proporções, não exprimem grande cousa. Continua-se a dizer que os militares, de um momento para outro, assumirão o governo. Tudo, daqui, temos feito, para que assim aconteça. O ‘tudo’ aliás é pouco. (mando-lhe impresso uma carta que Armando dirigiu a Góes Monteiro). Considero, entretanto, o seguinte: O Getúlio apodreceu tudo no Brasil. Não ha mais os Estados. Não há mais a opinião. Não há mais os tribunaes. Só ha, bem ou mal, o exército. Elle, portanto, Getúlio, não tem outra cousa a fazer senão servir de capacho ou de escarradeira aos militares. Isso elle fará como ninguém... A situação de um brasileiro, que tenha um pouco de consciencia e vergonha, é hoje mais humilhante que a de um tcheco. Mas os desse número são poucos, para relativa felicidade do resto. Diga-me, logo que possa, o que pretende fazer, ou que rumos pretende tomar.”¹⁵³

Quando Mangabeira perguntava sobre o que faria Washington Luis, ele estava referindo-se a que lugar da Europa o ex-presidente iria para se defender dos ataques da guerra. Mangabeira explicava que Portugal poderia ser um bom lugar, mas tinha ouvido que os alemães pretendiam ocupar Gibraltar, pois se tratava de um ponto estratégico para a guerra no ocidente. Ele pede ao ex-presidente para se mudar para os EUA o que, aliás, era o lugar para onde ele pretendia ir com a família logo que

¹⁵³ AP 200.03.059.

saiu do Brasil, ou mesmo para algum lugar no interior da França.

A oposição havia se desmanchado no Brasil, e os olhos da sociedade brasileira estavam voltados para a guerra na Europa e para os reflexos que trariam ao país. A participação do Brasil na guerra intensificou o interesse da nação pela guerra e o Estado Novo estava se militarizando de ano a ano.

Em 1945 a guerra chegava ao fim e, também, o governo do Estado Novo. Vargas fazia acordos e fundava partidos políticos com o intuito de participar do processo eleitoral que era exigido por grande parte da sociedade após ver as atrocidades dos regimes totalitários na Europa. A derrota do nazismo foi crucial para o fim do Estado Novo e, isso, ocorreu como havia sido comentado pelo Roberto Moreira em 1939, no início da Segunda Guerra Mundial.

Numa carta de Nova Iorque, datada de 26 dez 1945, Washington Luis escrevia para Octavio Mangabeira agradecendo as notícias e fazendo as projeções políticas sobre o Brasil:

“No dia de natal jantamos com Edyla (filha de mangabeira) e estava alegre e contente apenas com muitas saudades dos pais, o que aliás todos nós sentimos. Penso que o movimento democrático não foi vencido. Ao contrario. O candidato das forças democráticas no pleito presidencial a 2 de dezembro não obteve maioria dos votos.; mas as forças democráticas venceram por que afastaram o ditador e o nosso governante já foi eleito pelo povo, o que tudo representa incontestavelmente triunfo democrático. Só os que medem o resultado imediato, sem avaliar ás consequencias longínquas, poderão ver de modo diferente. Desde fevereiro deste ano foram continuas as vitórias democráticas – a liberdade de imprensa, o restabelecimento do hábeas corpus político, a apresentação de candidatos presidenciais, o estabelecimento do respectivo processo eleitoral, a marcação do dia da eleição, a realização desta presidida pelo poder judiciário, condição colocada como capital etc, etc”(...).¹⁵⁴

Estes eram tempos de esperança segundo o ex-presidente. Os sinais da abertura política eram nítidos nas informações que recebia do exílio. Washington Luis observava as notícias ainda com cautela, mas com um entusiasmo que não havia sido observado desde as correspondências de 1931 e início de 1932. Porém, mesmo com isso, o ex-presidente demoraria mais dois anos até retornar ao Brasil.

¹⁵⁴ AP 200.03.087.

Não encontramos os motivos desta espera, entretanto mesmo Getúlio Vargas renunciando a presidência com o fim do Estado Novo ele era ao lado de Luís Carlos Prestes um dos políticos mais populares e conceituados pelas urnas democráticas de 1945. Talvez este fosse um indício desta espera.

O governo de Eurico Gaspar Dutra era um incômodo para os perrepistas, pois ele havia sido o algoz de vários deles e, inclusive, de Octavio Mangabeira como vimos neste trabalho.

Esquecimento e perda da memória

Há, de certa forma, alguma importância em estudar a memória de um ex-presidente que, com suas realizações e obras, fizera parte da História Política do país?

É óbvio, para nós, que ele foi um sujeito histórico muito explorado pela História Política oficial, onde seu personagem político foi trabalhado como um dos grandes nomes da História do Brasil, um homem da administração pública e representante da oligarquia cafeeira. Uma oligarquia que era a elite econômica e fundadora da república no país. Ele foi um presidente que realizou obras em nome do desenvolvimento da pátria. O seu lema era: *“construir estradas”*.

Entretanto, numa outra temporalidade, os livros didáticos atuais só trazem o seu nome como coadjuvante no capítulo que se descreve o movimento conhecido pelo nome de *Revolução de 1930*. Neste aspecto, Getúlio Vargas seria o nosso grande herói que, na memória coletiva, é o presidente que revolucionou o Brasil, trazendo desenvolvimento econômico e direitos sociais. Neste sentido de garantia da memória, Vargas foi e é o *“Pai dos Pobres”* para muitos brasileiros.

Voltemos ao ex-presidente. Porém, mesmo sendo da elite e vinculado ao Poder Público, Washington Luis teve o seu período de ausência, esquecimento e distanciamento desta História Política dos grandes homens e dos grandes feitos. E, atualmente, continua esquecido nos livros didáticos. Desta forma, como poderíamos responder a pergunta inicial deste item?

Partimos da premissa de que não estamos resgatando a figura política de

Washington Luis porque ele teria sido um herói nacional ou um vilão elitista. Resgatamos a sua memória para analisarmos o comportamento de um homem que do ponto mais alto do poder de um país perdia, no dia seguinte, seu direito civil de ir e vir e ficava exilado por dezessete anos sem retornar ao poder e, muito menos, ao seu país. Mesmo rico, sem trabalhar e tendo uma vida suntuosa, de passeios e viagens, ele havia perdido sua identidade, sua vida era partilhada entre amigos e parentes, daqueles que o bajulavam e o presenteavam. Ele ficou longe de sua história.

Acreditamos que a resposta é positiva, pois é importante estudarmos a documentação privada deste ex-presidente na perspectiva de analisar as relações de poder, as mudanças e rupturas que marcaram duas décadas de vida política do país e de resgatar a memória daqueles que sempre presentes foram condenados a presenciar a ausência e o distanciamento.

A partir desta responsabilidade assumida faremos um estudo sobre a memória e a ausência deste ex-presidente.

É importante pensarmos que muitos dos acontecimentos da década de 1920, sobretudo, do período em que Washington Luis era presidente do Brasil, continuaram no governo seguinte de Getúlio Vargas. Para o historiador, este passado é como uma raiz que dá sustentação ao presente que, visível, garante as projeções futuras.

Esta continuidade nos remete ao trabalho da memória que, como instrumento ao historiador, encontra-se a função para construir a história, numa tentativa de se buscar, incansavelmente, a intangibilidade da história vivida. É como escreveu Eric Hobsbawn:

“A destruição do passado, ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal às das gerações passadas, é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do séc. XX.

Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio. Por esse mesmo motivo, porém, eles têm de ser mais que simples cronistas, memorialistas e compiladores.”¹⁵⁵

¹⁵⁵ HOBBSBAWN, Eric. Era dos Extremos. O breve século XX (1914-1991). Tradução de Marcos Santarrita, 2ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, pág. 13.

Esta ausência da memória de Washington Luis nos anos de 1930 foi, ao nosso ver, responsabilidade da postura do governo provisório com a idéia de garantir o sucesso do projeto de governo que Getúlio Vargas iniciava em 1931 com a criação de ministérios e nomeações de interventores.

Temos uma certeza: é que Washington Luis era um presidente e se tornou um ex-presidente sem cumprir o final de seu mandato, o que, conseqüentemente, foi levado ao exílio, teve seus direitos políticos e civis cassados. Isso, aliás, é o que muitas vezes ele mesmo descumpriu em seu governo, pois estes direitos eram esquecidos para a maior parte da sociedade durante a Primeira República.

A história de Washington Luis no exílio ainda não foi escrita. Apesar da sua grande influência e da sua imagem respeitada e explorada pelos correligionários que continuavam fazendo oposição ao governo de Vargas, ele teve uma longa passagem de exilado que não foi retratada pela historiografia, ficando em seu arquivo privado as ações e situações que separadas por seus descendentes, permitem que eles escolham o que devesse ficar como memória para, posteriormente, ser transformada em história.

Mas, mesmo sendo representante da elite, tendo um governo polêmico com atitudes e falas que marcaram uma administração truculenta, Washington Luis sofreu a obliteração de sua imagem e do seu tempo durante a maior parte destes dezessete anos. O seu exílio como o de tantos outros correligionários perrepistas teve o papel de sinalizar a chegada de novos tempos que afloravam o Brasil. O esquecimento destes líderes era a condição para manter o projeto de Vargas como principal ação para a busca do desenvolvimento do país.

Todavia, Vargas deixava uma lembrança deste passado oligárquico como imprescindível para relembrar os motivos que levaram a tentativa de fazer as reformas deste novo governo. As políticas sociais implementadas eram a forma e o conteúdo de garantia que o golpe de 1930 foi, realmente, como o presidente gostaria de chamar, uma *revolução* das estruturas econômicas e sociais do país.

Suas políticas e acordos eram neste sentido. Porém, as classes dominantes da Primeira República ainda dominavam nos anos de 1930, uma vez que apenas algumas peças deste tabuleiro haviam sido mudadas, como o próprio Vargas gostava de exemplificar. O movimento aliancista havia incorporado o sentido da *revolução* e, para que isso ficasse notório, havia a necessidade de marcá-la como

um acontecimento *revolucionário*. Vargas precisava de um baluarte que representasse estes novos tempos.

Na história da humanidade há inúmeros momentos, concebidos como *revolucionários*, onde temos exemplos da tentativa de garantir a memória dos vencedores com o afastamento das lembranças dos vencidos. Um acontecimento clássico por várias razões é a Revolução Francesa, onde os burgueses optaram por criar um novo calendário como forma de garantir este lugar da memória. Este novo calendário era a marca dos novos tempos e das reformas que se encaminhariam a partir da tomada do poder. Segundo Jacques Le Goff este instrumento símbolo da memória coletiva e revolucionária tinha os seus precedentes. Ele explicava:

“Mas o mais célebre exemplo histórico de rejeição de uma reforma do calendário é provavelmente o da Revolução Francesa. Os revolucionários compreenderam perfeitamente a aposta ideológica – e logo política – que se fazia no calendário. O segundo relator do projeto do calendário republicano, Hertault-Lamerville, dizia em 1799: ‘A divisão do tempo é uma das concepções mais ousadas e mais úteis do espírito humano (...)’. O calendário revolucionário respondia a três objetivos: romper com o passado, substituir pela ordem a anarquia do calendário tradicional e assegurar a recordação da revolução na memória das gerações futuras.”¹⁵⁶

Le Goff debruçava-se sobre o estudo da memória e articulava, historicamente, a importância de garanti-la e como esta garantia se fazia na política e na ideologia como responsáveis pelo controle da sociedade. Muito mais do que garantir o tempo e os meios de produção, a memória é um instrumento de poder que se verifica nas relações humanas através da história. Dos povos sem escrita, aos reis e aos detentores dos modos de produção capitalista, vemos o uso da memória como forma de relacionar o passado com o presente, garantir a existência e as conquistas pelo mito de origem e contemplá-las de forma a confirmá-las nas projeções e nos caminhos que estes pretendiam seguir no futuro. Ele escreveu:

“(...) a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os

¹⁵⁶ LE GOFF, Jacques. História e memória. Trad. Bernardo Leitão, 5ª ed, Campinas – SP, ed. UNICAMP, 2003, pág. 483.

*esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva.*¹⁵⁷

Tanto o que lembrar quanto o que esquecer faz parte de um tempo e do interesse de um grupo ou de um indivíduo. Marcar os acontecimentos como grandes acontecimentos e chegarmos a periodicizar a história a partir deles é garantir o lugar de uma memória e, esta garantia, vem sempre em detrimento de outras memórias que serão esquecidas ou silenciadas.

Pensando nos esquecimentos e silêncios como reveladores do controle da memória coletiva na história, um outro pensador teve a preocupação de analisar a memória a partir da relação da dialética presença/ausência. Ele foi o francês Henri Lefebvre.

Numa carta escrita por ele e destinada a Octavio Paz que, aliás, nunca fora levada ao seu destino, o filósofo escrevia que o poeta teria muito mais a dizer sobre a linguagem do que os próprios lingüistas. Neste mesmo parágrafo da carta que se tornou a introdução de seu livro, Lefebvre terminava com a frase *“la ausente siempre presente”*, fazendo uma analogia a Nietzsche em sua afirmação de que ele seria o *“labirinto de Ariadne”*, onde a sua ausência sempre presente era tão significativa quanto a própria presença.

Esta ausência sempre presente nos traz a idéia de que a presença de algo ou de alguém na memória se reproduz pelas ações de homens na vida em sociedade. Desta forma, a ausência é a oportunidade de que algo poderá ser lembrado, uma vez que só podemos nos lembrar daquilo que por algum momento estava ausente.

A representação através do discurso está além da dicotomia do representante/representado, ela é responsável por trazer tanto a presença como a ausência nos discursos aferidos às pessoas e às ações que constroem e reconstroem as relações humanas nas temporalidades. Estas representações como, por exemplo, o discurso, é responsável por lembrar os esquecer aquilo que convém à mente humana. Lefebvre debruçava-se sobre os estudo da teoria das representações por onde questionava a verdade absoluta e discorria que:

“(...)el signo y la significación a nivel de la palabra se desprenden de las cosas y del conocer em general, para volverse autónomos. El signo no es sino la representación de una representación. Cuando se mira un objeto como

¹⁵⁷ Idem. Pág. 422.

*representando a otro, ese objeto se llama signo y tiene función de signo. El signo es representación 'redoblada', escriben los exegetas(...)*¹⁵⁸.

O exílio de Washington Luis tornou-se simbólico para os perrepistas que não apoiaram o governo de Vargas. A sua comunicação através das correspondências entre eles tornou-se um ritual. Os correligionários e amigos do ex-presidente sempre deixavam claro em suas cartas a fé e a fidelidade ao chefe exilado e, isso, mesmo diante das dificuldades que viviam dentro e fora do Brasil.

Estes discursos eram feitos pelos mais próximos do ex-presidente, que exigiam sua volta ao Brasil e colocavam a situação sempre como favorável ao retorno, mesmo nos momentos mais difíceis como no início de 1931, no final de 1932 e no aumento da censura a partir de 1936. Houve intervalos em que a censura e o autoritarismo do governo descuidavam-se ou, simplesmente, aceitavam algum afrouxamento na pressão à oposição.

Washington Luis nunca atendeu aos pedidos de retorno, pois havia conhecimento de que não haveria garantias de que seria respeitada sua condição de ex-presidente ou, até mesmo, a garantia de sua integridade física. Recebia informações de que muitos de seus companheiros e amigos estavam presos ou exilados. Numa destas informações chegou-lhe uma carta de Octavio Mangabeira que descrevia ao ex-presidente o tempo em que ele ficou preso e o quanto teve de se justificar aos militares para ser libertado. Nesta carta enviada ao general Eurico Gaspar Dutra, que Washington Luis receberia uma cópia, Mangabeira escrevia como preso político e defensor da memória do ex-presidente:

“Exmo general Eurico Gaspar Dutra

Completam-se, nesta data, precisamente tres mezes – Repare bem Vossa Excellencia: Três mezes! – que investigadores de policia me foram prender no hotel em que resido, transportando-me para a sala da Capella, da Casa de Correção: da Casa de Correção. Ahi, treze dias depois, veio buscar-me outro investigador e me transferiu para o Hospital da Polícia Militar, onde, até hoje, me encontro. (...) Dirigindo-me, como me dirijo, a Vossa Excellencia, sem que jamais houvesse tido a honra de ser-lhe apresentado, cabe-me, exhibir-lhe, antes de tudo, a minha carta de identidade. (...) Durante os quinze annos ininterruptos em que fui, nas condições que acabo de referir, deputado federal, relatei, cerca de dez annos, na

¹⁵⁸ LEFEBVRE, Henri. La presencia e la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones; trad. Oscar Barahona y Uxo Doyhamboure. México, FCE, 2006, pág. 25.

qualidade de membro da comissão de finanças, o orçamento da Marinha e depois o da Viação. Leader da minha bancada, passei a ocupar, na Camara – cuja presidência, mais de uma vez, exerci interinamente – a sua primeira vice-presidência. Eis que, eleito presidente da Republica um grande homem de bem que acode ao nome de Washington Luis Pereira de Souza, se dignou de honrar-me com o convite para exercer, em seu governo, uma pasta: a das Relações Exteriores.(...) Não reconhecendo autoridade do governo de facto, nem para ter-me intimado a ausentar-me do paiz, nem para que o meu regresso dependesse de sua permissão – resolvi só voltar ao Brasil quando pudesse fazel-o em nome do meu direito, assegurado na lei. Assim, debaixo dos maiores sacrifícios, permaneci no estrangeiro quasi quatro annos.(...) Ahi está porque accentuei: sobretudo depois de 3 de maio, só ha um verdadeiro responsavel pelo poder no Brasil, e, pois, pelos abusos do poder. São as forças armadas, essas a quem, ao longo das campanhas a que me tem envolvido, nunca faltei – e não lhes falto ainda hoje, apesar do desgosto que soffro. Estou a ver, entrento, que Vossa Exa. me perguntará: ‘Mas que tenho eu com tudo isso?Dirija-se a quem o prendeu’. Saberá Vossa Exa que, no meu modo de ver, o autor da minha prisão, ou, mais verdadeiramente, o responsavel por ella, sobretudo depois de 3 de maio, é justo Vossa Excellencia (...)’¹⁵⁹

Acreditamos que este exemplo, apesar da carta ter sido escrita no primeiro ano do Estado Novo, era um sinal de que o ex-presidente nunca teve reais garantias para voltar ao Brasil. É Interessante observarmos na carta que Mangabeira utilizava-se do nome de Washington Luis para corroborar o seu trabalho como político e que, principalmente, nunca havia deixado de lado os interesses dos militares. O que nos ressalta, também, é que o ex-presidente tinha um governo alinhado com os militares.

O uso da memória de Washington Luis nesta carta de Mangabeira pode ser analisado na condição de que o ex-presidente, mesmo no exílio e na oposição, havia a garantia de uma memória de modelo de conduta, onde a qualidade de político era presente, sobretudo, no imaginário dos seus opositores. Percebemos que a ausência do ex-presidente se fazia presente na memória de seus correligionários, mas, também, na memória dos ex-perrepistas e dos membros do governo.

Uma outra garantia da memória construída pelo governo Vargas foi desenvolvida pelas manobras políticas com o objetivo inicial de beneficiar os trabalhadores, garantindo os novos direitos sociais. Isso teve início já em 1931 com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e ganhou sustentação a ponto de se tornar um fenômeno político chamado de *Populismo*. Este movimento,

¹⁵⁹ AP 200.03.052. Correspondência do dia 9 de julho de 1938.

com certeza, tornou-se um dos instrumentos mais úteis usados por Vargas para a manutenção de seu poder e para a *desmemorização* e desestruturação das relações de poder das oligarquias cafeeiras.

O presidente soube como se aproveitar desta ferramenta política que o sustentou no poder até 1945. A imagem dos perrepistas era de políticos conservadores e retrógrados com relação ao desenvolvimento econômico e, sobretudo, com as demandas dos trabalhadores. As políticas sociais de Vargas foram o cerne das ações que sustentaram a política populista. Washington Luis não retornou, nestes dezessete anos, pelo motivo de que não seria aceito e nem respeitado como um ex-presidente, uma vez que havia sido colocado e divulgado à sociedade que ele e seu partido teriam sido os grandes responsáveis pelo atraso econômico do país e pela falta de políticas visando os direitos dos trabalhadores.

Porém, pelo lugar da memória guardado pelo governo e pela história oficial, isso não significava que Vargas era, de fato, o *Pai dos Pobres*, uma vez que mesmo mostrando um novo olhar aos trabalhadores urbanos do Brasil, estas políticas sociais foram muito mais úteis e providenciais aos interesses da própria burguesia urbana e industrial em crescimento e ao exército, deixando em segundo plano os trabalhadores.

Com esta garantia da memória e o clima de crescimento econômico e social, apesar dos reflexos iminentes da crise do café, não havia condições para um retorno à política de Washington Luis, pois esta burguesia crescia e recebia o apoio do governo ao mesmo tempo em que estabelecia elos estáveis com o exército. Os fazendeiros e os militantes do PRP estavam de fora destes benefícios, a não ser que passassem para o lado da situação, o que, inclusive, aconteceu muito durante o período. Para nós, isso ficou visível nas correspondências ativas e passivas de Washington Luis que lamentava, a cada notícia, o oportunismo destes ex-correligionários.

As memórias de Washington Luis estavam nas trocas de cartas com seus correligionários mais próximos, suas virtudes e sua forma de governar eram reverenciadas nas linhas manuscritas e datilografadas por eles. Mas, de um discurso oficial e do controle da classe política do final dos anos 1920, esta memória tornou-se uma ausência durante a Era Vargas. Mesmo que estivesse presente nas correspondências, nos discursos e nas reuniões do PRP e na lembrança de seus opositores, ela era uma ausência no presente e na realidade dos discursos sobre a

representatividade política do Brasil nos anos de 1930 e 1940. Isso, garantido como memória coletiva, foi deflagrado por um passado que seria justificado e enterrado pelo populismo e pelo autoritarismo que deram, ambos, suporte à estadia de Vargas no Palácio do Catete por quinze anos.

Diante dessa discussão sobre a presença e a ausência da representação política de Washington Luís durante o seu exílio, temos a intenção de trabalhar a construção da memória do ex-presidente através de alguns documentos, em momentos históricos diferentes, que possam trazer uma análise sobre o que estes sujeitos queriam garantir como lugar da memória na interpretação da história do ex-presidente.

O primeiro documento, de 1947, no último ano de exílio de Washington Luís, Roberto Moreira escrevia uma carta com um poema de sua autoria, exaltando o líder e mostrando porque ele acreditava que o ex-presidente deveria voltar. Neste momento havia muitos indícios que sinalizavam à volta de Washington Luís. A promulgação da Constituição de 1946, a organização dos novos partidos e a derrocada dos regimes totalitários deixavam promissor um regresso seguro do ex-presidente.

Washington Luís

*Vi-o, a princípio, avante, em plena ação
Guia probo da pátria emancipada!
E vi-o após, traído, a alma indomada,
No torvelinho da revolução*

*Vi-o, a seguir, vencido, mas guardada
No desenlace tal circunspecção,
Que a sua queda foi uma ascensão
Como foi seu calvário uma alvorada.*

*Vi-o, por fim, no exílio, na anarquia
Das longas horas de silêncio e dor
Tão grande, em sua altiva desventura.
Que veio a ser de facto, o vencedor:
Símbolo vivo da expressão mais pura
E da glória do povo sofredor...*

Roberto Moreira¹⁶⁰

¹⁶⁰ AP 185.03.

Este poema traz passagens da vida pública do ex-presidente que marcaram, segundo Moreira, a sua competência e hombridade. O interlocutor que, aliás, foi o mais lido e utilizado neste trabalho, via em Washington Luis um líder nato e o único responsável pela mudança do caminho que o país havia seguido, uma vez que analisava que as políticas implementadas por Vargas foram a continuação dos projetos idealizados pelo ex-presidente.

Para termos um exemplo, este poema de Moreira tem uma estrutura cronológica, que permite analisarmos os contextos históricos dos quais Washington Luís viveu sua vida pública como político e na sua vida privada, como exilado. Em nossa interpretação, Washington Luis queria guardar a memória de um político que, exilado, mantivera sua altivez nas correspondências e que exigia receber de seus interlocutores o mesmo tratamento que lhe fora dispensado quando estava na presidência da república. Mostrava-se forte e impetuoso em suas cartas, sobretudo, as dos primeiros anos de exílio, e queria sempre garantir que recuperaria o seu lugar retirado pela traição de seu ex-ministro da Fazenda, seu subordinado.

Moreira escrevia direto ao seu interlocutor, mostrando o seu sentimento de acreditar que estava diante de um homem íntegro e um grande administrador público. Havia um sentimento de vassalagem de Moreira para com o ex-presidente, de dependência da figura política e pública que outrora era o responsável pelo governo e de quem ele precisaria sempre tomar lições de como ser um homem da pátria.

Em 1953, o ex-presidente morava em São Paulo, na rua Hadock Lobo, e um jornal do Rio de Janeiro havia publicado um artigo de Petrarca Maranhão, onde ele fazia referências a Washington Luis com relação a um passado guardado pela imagem de teimoso, de pessoa que insistia naquilo que considerava correto e não abria mão de fazê-lo. O artigo reproduzido abaixo tem a intenção de mostrar detalhes da personalidade e exemplos da memória coletiva construída sobre o ex-presidente:

A Propósito da Teimosia

João Paraguassu, em crônica recente, traçando reminiscências de Washington Luis em Lisboa, alude a uma afirmação de Afrânio Peixoto e que está contida no final de seu artigo, segundo o qual, 'se não fosse a teimosia, o presidente da república, homem de bem e patriota, respeitado como era

*pela nação, não teria sido, como foi, vítima de um assalto ao poder'. Inflexível, obstinado ou coisa semelhante, admitamos que ele tenha sido. Mas pouco sagaz, como muita gente pensa, é que não. Ainda há pouco tempo, estava comentando comigo sobre este ponto, na Academia, Clementino Fraga, que, como se sabe, o conhece bem de perto. Mas a própria teimosia washingtoniana, pergunto eu, como é conhecida e propalada, não era uma faceta de seu caráter incorruptível e de homem de fibra, como quase já não se encontra hoje no Brasil? Pode ser que me revele um admirador exacerbado de Washington Luis, mas o fato é que eu o admiro até pela sua própria teimosia. Bendita teimosia, que permitisse que ele caísse de pé, revelando personalidade inconfundível e grandeza inimitável nos dias que correm... fazendo-o passar, ainda, dezessete anos num exílio que mais fez avultar sua impoluta figura... Foi um homem que, como presidente da república, jamais subornou a ninguém, jamais transigiu com quem quer que fosse, preferindo cair, fiel a si mesmo, às suas convicções, certas ou erradas, a manter-se no governo mediante cambalachos, conservando-se sempre fiel e leal aos pontos de vista que adotava. Respeitável é a teimosia que se funda na firmeza das convicções e na certeza da razão. Sua letra até hoje, aos 84 anos, é boa e firme, como na das assinaturas dos decretos. Ainda, grafologicamente, sempre o mesmo Washington, constantemente igual a si mesmo, no tempo e no espaço, as duas coordenadas que regem o mundo...Notável personalidade, que mais uma vez louvo com todas as veras da alma.*¹⁶¹

O texto de Petrarca é exemplo desta memória trabalhada por muitos amigos e simpatizantes do ex-presidente. A valorização de sua capacidade administrativa e de sua integridade e honradez são visíveis em todo o texto, mesmo que o título e parte do texto sejam direcionados a um Washington Luis teimoso e que isto tenha sido o motivo da perda do governo em 1930. Os elogios se desdobram até na defesa da caligrafia do ex-presidente que aos 84 anos a mantém perfeita, fazendo alusão a sua história de vida política.

Este artigo encontrado no Arquivo Privado estava anexado a uma carta do dia 23 de julho de 1953 de José Gomes Caminha (carta timbrada com o nome de Cia. Vale do Rio Doce). Nela Caminha explicava que:

“O sr. Petrarca sempre tão amigo, escreveu no Correio da Manhã sobre V. Ex. . Eu me apresso em enviar-lhe o seu comentário. O amigo de sempre”.

O ex-presidente respondeu ao amigo:

¹⁶¹ Artigo do jornal Correio da Manhã do dia 23 de julho de 1953.

“Caro Caminha, de volta de Santos onde fui verenear encontrei sua carta de 23 de julho em que me remeteu um recorte do jornal Correio da Manhã. Muito grato fico a você e também ao autor do artigo. Por diversos tenho lido ou ouvido que sou teimoso. Da própria personalidade somos sempre maus julgadores. É possível que possa ser classificado entre os teimosos, o que não me desabona completamente, mas fazendo um exame de consciência sobre o meu passado já bem longo, não encontro fundamento para essa classificação.(...) teimoso é ter opinião e tomar atitudes e decidir sustenta-las, embora com sacrifício de seu bem estar, eu tenho sido teimoso, e disso eu não me arrependo, pois quem como eu já ocupou todos cargos eletivos do país, conhece bem a responsabilidade(...)”

A resposta inicial de Washington Luis agradecia a lembrança de um amigo que, depois de tantos anos de trabalho e exílio, era retratado como uma personagem de alto escalão na história da política brasileira. O ex-presidente estava com idade avançada e aceitava de pronto a lembrança que foi encaminhada por este outro amigo. A idéia de que sofrera por conta de suas convicções era a grande resposta que ele queria que permanecesse na memória de todos. Ele se defendia ao passar a idéia de que não se classificaria como teimoso, mas sim, como obstinado por um ideal que se considerava um homem íntegro e honesto.

A idéia de ser teimoso o incomodou um pouco e, isso, ele queria deixar claro, pois ele mesmo escrevia que ninguém conseguiria ser julgador de si próprio. A altivez do ex-presidente era de um homem que construiu uma trajetória política incomum. Ele não estava de todo errado, porém em algumas passagens de sua biografia podemos observar este temperamento difícil e desprendido de autocrítica.

Um terceiro documento, em papel timbrado com o nome *Prefeitura Municipal de Cafelândia* e assinado pelo prefeito da cidade, é outra oportunidade para analisarmos a questão da memória sobre o ex-presidente:

“Ilmo o snr. Victor Luiz Pereira de Souza

Pelo presente, tenho a honra de comunicar a V.S. que, em cumprimento da Lei Municipal nr. 668, de autoria do nobre vereador Waldomiro Ramalho, que dá a denominação de “Washington Luis” a uma rua desta cidade, já foram confeccionadas as respectivas placas, com a nova denominação.

Assim, venho convidar-lo, para proceder a inauguração da placa “Washington Luis” em dia e hora a ser designado por V.S.

Reitero nesta oportunidade, os protestos de elevada consideração e estima.

*Dr. Adolfo Mesquita
Prefeito¹⁶²*

Este documento enviado ao filho do ex-presidente, *post-mortem*, estabelecia mais uma oportunidade de consolidar a sua memória. Ao colocar uma placa e um nome em uma rua da cidade, havia a intenção de se perpetuar a memória do homenageado. O interior do estado de São Paulo tem muitas lembranças dos cafeicultores paulistas e das disputas dos perrepistas com o governo Vargas. Mesmo depois de muitos anos do governo de Washington Luis e da Era Vargas, os políticos locais utilizavam-se e ainda se utilizam destas obrigações para reverenciar seus ilustres representantes, como foi, neste caso, o de Washington Luis. No Arquivo Privado do Estado de São Paulo lemos muitas cartas timbradas de prefeituras do estado de São Paulo pedindo aos herdeiros do ex-presidente o comparecimento de algum representante para a homenagem póstuma que, na perspectiva do lugar da memória, era garantir viva a presença deste político na memória dos paulistas.

Numa ordem cronológica, apresentamos três documentos de momentos diferentes da vida de Washington Luís. Um no ano em que ele retornaria ao Brasil e os outros dois produzidos após a morte do ex-presidente.

Em todos eles havia a intenção de garantir a memória do ilustre presidente, elogiando sua capacidade e suas realizações. Esta memória coletiva construída por seus admiradores era a garantia de manter a imagem que Washington Luis gostaria que fosse guardada pelos brasileiros e, sobretudo, pelos paulistas.

No Arquivo Privado encontramos centenas de cartas e telegramas com o sentido de garantir esta presença da imagem de Washington Luis. Como já havíamos descrito, este arquivo já tem a intenção de garantir esta imagem do ex-presidente, pois não temos arquivado ali documentos que desmerecessem as atitudes e posições tomadas por este ex-presidente. Entretanto, cabem a nós, historiadores, interpretarmos as fontes mediante a sua leitura e a sua análise envolvidas pelo contexto histórico e pelas outras fontes possíveis. Com a intenção de descrevermos neste trabalho os anos de exílio de Washington Luis, a sua participação na oposição a Vargas e o papel do Estado como responsável em

¹⁶² AP.202.02.058 do dia 07 de dezembro de 1963.

garantir os direitos políticos e civis, é imprescindível o uso crítico deste material na perspectiva de que o político e o homem não se separam da experiência histórica.

A partir do controle sobre as classes e, até mesmo, sobre os indivíduos ao tentarem garantir a memória, temos nos três documentos o uso do artifício de relembrar os feitos e as realizações de um homem público que, à frente de um período político que inaugurou a República no Brasil, teve papel preponderante no controle desta memória e dos atos que deveriam ser garantidos e dos atos que deveriam ser esquecidos de seus antecessores e de seu governo pela memória coletiva. Tanto o ex-presidente como seus correligionários eram os *homens-memória*¹⁶³ da república que nascia com o ímpeto de garantir uma democracia e uma modernidade que ainda não havia se tornado uma realidade para a sociedade.

Numa outra forma de garantia da memória em nossa sociedade, vemos o uso dos nomes próprios repetidos como forma de homenagear algum ente querido que faleceu ou que era muito importante para aquela família. Neste trecho reproduzimos o que muitos de seus amigos e correligionários usavam como homenagem e como tentativa de garantir a memória do ex-presidente. O amigo Armando Hor-Meyll Fraga comunicava ao amigo:

*“Termino a presente, solicitando a V Exa. perdoar-me a liberdade que acabo de tomar, cuja aspiração é um imperativo de minha consciência de brasileiro, e qualquer que seja a vossa resolução, guardar como lembrança a fotografia de meu filhinho, que teve a honra de possuir o nome de V. Exa.”*¹⁶⁴

Noutra carta, datada de 3 outubro de 1936, o compadre Walter Hamilton Land fazia uma homenagem ao ex-presidente e a sua esposa, batizando sua filha que abava de nascer com o nome de Sophia.¹⁶⁵

A memória do ex-presidente foi garantida por uma perspectiva e a sua história pode ser contada de várias formas. Esta foi uma tentativa. Mesmo usando um arquivo privado é possível interpretarmos esta documentação de maneira a alcançar alguns dos nossos objetivos.

¹⁶³ LE GOFF, Jacques. História e Memória, trad. Bernardo Leitão, Campinas, 5ª ed, ed. UNICAMP, 2003, pág. 425: “Nas sociedades sem escrita, há especialistas da memória, os *homens-memória*: genealogistas, guardiões dos códices reais, historiadores da corte, tradicionalistas, dos quais Balandier (1974, p. 207) diz que são a memória da sociedade, simultaneamente depositários da história objetiva e ideológica (...)”.

¹⁶⁴ AP 199.02.001

¹⁶⁵ AP 199.01.015

ESTADO DE SÃO PAULO
ESTACÃO TELEGRÁFICA DO PALÁCIO DOS CAMPOS ELÍSEOS
SÃO PAULO

Rádio-Telegrama do GABINETE DO GOVERNADOR N.º _____ Pla. _____ Dt. 26.X.56H.

Entrega: DR. WASHINGTON LUIS PEREIRA DE SOUSA
Rua Haddock Lobo, nº 1.307

DESTA 16005

De _____
Ass. _____
Por _____

À PASSAGEM DO ANIVERSÁRIO NATALÍCIO
DO GRANDE BRASILEIROvg QUE HONROU O GOVÉRNO DE
SPAULO E DA REPÚBLICA ESTABELECEENDO EXTRAORDINÁ-
RIO PADRÃO DE OPEROSIDADEvg DIGNIDADE E ALTIVEZvg
ENVIOvg EM NOME DO GOVÉRNO DO ESTADOvg VOTOS DE
FELICIDADES E A MANIFESTAÇÃO DE NOSSO PROFUNDO
RESPEITOpt

J. QUADROS
GOVERNADOR

Este telegrama foi enviado pelo governador de São Paulo Jânio Quadros no dia 26 de outubro de 1956, data do aniversário do ex-presidente. Neste período, a saúde do ex-presidente era muito delicada.

Considerações Finais

Algumas respostas nas correspondências

Parte da memória de Washington Luis está guardada nos Arquivos Privados, porém a história de seu exílio ainda não foi produzida. A historiografia brasileira encerrou sua participação política em 24 de outubro de 1930.

Este trabalho tentou resgatar a memória garantida pelo Arquivo Privado com o intuito de construir uma história possível sobre esta parte da vida do ex-presidente. As leituras feitas trouxeram condições de interpretar o que Washington Luis achava do novo governo, das medidas tomadas, das traições de seus correligionários, das ideologias que afluíam pelo mundo, do desrespeito pelos direitos civis e políticos e até das habilidades de Getúlio Vargas.

Um dos objetivos ao interpretar as cartas do exílio de Washington Luis era buscar alguma informação sobre a participação dele nas decisões e planos da oposição perrepista. O que observamos foi que o ex-presidente não teve nenhuma participação direta, apenas tinha muito interesse em saber o que estava acontecendo, fazendo suas projeções, indicando alguns contatos no Brasil de pessoas que poderiam colaborar com os planos oposicionistas, conselhos e opiniões aos correligionários, enfim, não houve uma participação efetiva e sua memória era resumida e mantida por alguns correligionários, pois nem todos viam nele a figura política do passado. A censura era rigorosa ao ausentar a memória do ex-presidente.

A idéia passada pelo governo era de *novos tempos*, um novo governo e um novo Brasil. A condição de um regime autoritário não era percebida pela grande maioria da sociedade.

Outra resposta que foi perseguida por nós durante esta pesquisa foi o porquê de um exílio de dezessete anos. As correspondências de seus amigos e parentes sempre registravam os pedidos de retorno. Um retorno que, certamente, seria perigoso, mas que, em alguns momentos, era possível. Mas, a questão é que Washington Luis não retornava porque sabia que não teria como reverter o golpe dado pelos aliancistas. Corria o risco de ficar preso como ficaram Octavio

Mangabeira e Roberto Moreira. Vargas havia estruturado o seu governo de uma forma que não daria a oportunidade dos paulistas de retornarem ao poder e nem de resgatar a estrutura de influência regional estabelecida durante os seus governos. Houve a quebra da organização do *jaguncismo* e do cangaço que eram braços armados do *coronelismo*. A centralização dos órgãos governamentais de âmbito econômico e político ajudou neste desmonte enraizado pelo *coronelismo*. O apoio dos militares, da burguesia urbana e industrial e dos trabalhadores garantiu o projeto de governo de Vargas por quinze anos. O populismo era sustentado pelas políticas sociais e pelos discursos acalorados e, por isso, foram responsáveis por um exílio tão longo do ex-presidente. Apesar de muitos correligionários terem voltado ao poder público, sobretudo, muitos ganharam eleições pela UDN, União Democrática Nacional, partido que foi oposição a Vargas durante a sua nova fase como presidente, entre os anos de 1951 e 1954.

O ex-presidente percebeu que a única chance era esperar pela saída de Vargas do poder. Mas, então, por que Washington Luis não retornou no final de 1945? Ele não retornou, provavelmente, porque a figura de Vargas era muito influente ainda, uma vez que apoiou o presidente Eurico Gaspar Dutra e, mesmo em seu exílio voluntário no Sul tinha deixado muitos eleitores e fiéis políticos na capital federal.

Outra hipótese levantada e que pudemos observar pelas correspondências foi que a organização dos seus negócios estava centrada no exterior, sobretudo, nos Estados Unidos da América e voltar de uma hora para a outra era ainda arriscado do ponto de vista político e econômico. Washington Luis estava com as suas finanças organizadas fora do Brasil, tendo pessoas de confiança que ele poderia contar para resolver as pendências locais.

O Estado autoritário de Vargas não respeitava os direitos civis e políticos da Constituição de 1891 e nem da Constituição de 1934. Os tempos eram difíceis, as ideologias brotavam de órgãos organizados e otimistas com a possibilidade de haver um espaço no governo federal. Vargas precisava de uma *mão de ferro* para evitar a entrada destes novos grupos e partidos. Os direitos sociais foram feitos para persuadir os trabalhadores e fazerem com que ficassem do lado das decisões do governo. Entretanto, mesmo no governo de Washington Luis os direitos civis e políticos eram burlados, enganando a população com o poder regionalista e as fraudes eleitorais.

O movimento do Tenentismo foi uma das formas de deflagrar essas mazelas realizadas pelos governos da política do café-com-leite. Tanto estes direitos quanto os sociais eram contemplados de alguma forma no governo de Washington Luis, entretanto, não eram garantidos na prática. Os interesses da classe representada por ele eram assistidos e as políticas públicas tinham endereço certo.

A sociedade contra o Estado

O material do qual nos debruçamos nestes anos aumentou a intenção inicial de estudar o Estado varguista com relação a sua função social de proteção e organização da sociedade mediante o respeito às liberdades e os direitos humanos, deixando evidente neste estudo que a idéia de que o Estado, desde sua independência política, mas, sobretudo, recortado na Era Vargas, era e é responsável pela garantia destas desigualdades que afligem a sociedade brasileira hoje.

A disputa pelo poder exerceu uma ordem de persuasão e controle da maioria da sociedade, visando os interesses de pequenos grupos. Em nenhum momento, nas cartas, observávamos descrições sobre as classes desfavorecidas e os problemas que o Brasil enfrentava tanto nos tempos da oligarquia quanto do governo Vargas. Percebemos que o discurso era sempre defendido por uma classe, onde esta burguesia, ora agrária ora industrial, sempre disputava o espaço no centro das decisões políticas e econômicas do país.

É evidente a importância de entender qual o grupo que está representado pelo Estado, pois dentro de uma mesma classe social aparecem os grupos adversários, pois homens tão influentes e ricos como Washington Luis e seus correligionários foram presos e exilados por anos, sem ter seus direitos respeitados e sofrendo humilhações e perseguições. Muitos deles passaram por situações que nunca imaginariam. O movimento outubrista foi uma disputa de classe e não entre classes. Os ricos ficaram disputando espaço até o momento em que o exército deixou de participar e abandonou Vargas. Os mesmo militares que garantiram o golpe de

Estado de 1930 e o golpe sobre o golpe em 1937 lançaram mão de um terceiro golpe, agora contrário ao presidente Getúlio Vargas.

Estes exilados enfrentaram a censura já nos primeiros meses de 1931, analisados pelos bastidores políticos da oposição a Vargas. Os paulistas estiveram envolvidos na organização do que eles chamaram de *contra-revolução*, ajudaram a formar a Assembléia constituinte e tiveram suas esperanças perdidas com a formação do Estado Novo. Os *anos de ferro* e o final da Segunda Guerra Mundial levaram ao golpe certo dado pelos militares, pois foram impulsionados pela pressão externa que objetivava a (re) democratização.

No cerne da discussão sobre o exílio e os direitos humanos está o Estado, como entidade criada pelo homem para conduzi-lo como Hobbes defenderia a partir de sua teoria sobre a origem da natureza dos homens.

Mas, de onde surgiu a intenção de estudar o Estado e sua relação com a sociedade?

O interesse nasceu na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, com o *Trabalho de Conclusão de Curso* que tinha como título *Thomas Hobbes: o paradoxo da liberdade*. O objetivo central deste trabalho era tentar entender como funcionava o modelo de estruturação do Estado Moderno Absolutista do século XVI e XVII, contrapondo-se a teoria rousseauiana e ao liberalismo político de John Locke.

A preocupação com esta entidade e o seu papel na organização das classes sociais e dos interesses que de quem o manipulava era e, continua a ser, um grande questionamento.

No estudo da história é subsumida a função social que, para nós, é a análise da sociedade brasileira e sua relação de força com o Estado. Esta entidade formada pela própria sociedade cria independência na medida em que seus governos são formados a partir da eleição ou não de grupos e classes que a despeito do todo da sociedade governam para os seus grupos.

O papel de Roberto Moreira e dos outros correligionários foi traduzir os acontecimentos para Washington Luís, visando deixá-lo informado, instigando a sua volta e liderança na luta dos perrepistas na oposição a Vargas.

Na perspectiva do Tempo Presente, como podemos analisar o Estado varguista, de cunho autoritário com objetivo de garantir as relações de trabalho pelo viés populista com este Estado brasileiro atual?

A garantia dos direitos civis, políticos e sociais foi promulgada pela

Constituição de 1988, no processo de redemocratização após vinte e um anos de Ditadura Militar, sob a égide da repressão e coação política e descontrole sobre as classes menos favorecidas. Formava-se um Estado fadado a ser democrático, pelo menos até onde se pode concluir por democrático, sobretudo, pela intolerância advinda da própria lógica do capital, com uma política econômica moldada pelo liberalismo que distorce o propósito de ter nas políticas públicas a tentativa de dirimir as grandes desigualdades sociais.

Então, por que este Estado que se mostra, atualmente, muito influente nas decisões econômicas no mundo capitalista e, em nossa concepção, é ainda a principal figura dentro do Sistema Internacional, não consegue resolver as questões microeconômicas e regionais dentro de seu território? A burguesia agrária, urbana e industrial representada pelos governos que se sucederam no poder no Brasil não tinham a intenção de resolver porque não poderiam perder, possivelmente, de um outro lado, pois a garantia de direitos impediria a garantia de lucros e possibilidades de exploração dos trabalhadores.

O governo atual, com um presidente de trajetória política de representação dos trabalhadores, ora por sindicato ora por partido político, teve em seu início de governo uma comparação messiânica que se lembrou do populismo. Mantendo uma polêmica na tentativa de garantir uma melhor distribuição de renda entre a população brasileira através de projetos sociais oriundos das discussões dentro do Partido dos Trabalhadores, o PT.

Os direitos humanos são garantidos pela Constituição. Eleições, formas de expressar e criticar, votar e ser votado, escolas, hospitais, alimentação etc. É provável que não possamos imaginar estes direitos todos sendo atendidos de acordo com as demandas sociais em nosso país, mas, de uma forma ou de outra, eles estão colocados e isso é a mostra de um processo que se encaminha na luta pela garantia de uma vida melhor.

É evidente que presságios auspiciosos sobre a oposição no poder não seriam esperados em nossas leituras, entretanto, muitas informações que pudemos usar para refletir sobre este Estado, o seu papel na garantia destes direitos e a sua participação na história e trajetória que ajudou a formar o Estado atual, foram promissoras e garantiram algumas considerações. Porém, é lógico que entendemos que há outros fatores que levaram a sua formação atual, mas gostaríamos de usar este como um deles para compreender, de alguma forma, no que este Estado

herdou dos anos 30.

A importante figura do presidente da república é uma marca que garantiriam processos eleitorais em campanhas nacionais, com um político profissional de trajetória histórica, imaginariamente, sem máculas, que precisaria buscar soluções para a vida da população mais carente do país. Antes de Vargas, estas características do líder ou da demanda dos votantes e eleitores não estavam bem definidas no cenário político do país, mesmo porque os direitos não estavam sendo assistidos da forma como precisariam para exercer esta demanda social e política.

Foi este processo político exercido por Getúlio Vargas que garantiu a importância da figura política do presidente, pois em nenhum outro cargo, seja no Judiciário quanto no Legislativo, há maior expressividade para a sociedade do que o cargo de chefe do Executivo.

Uma outra característica do Estado atual, mesmo se considerando democrático, é a centralização do poder e a tentativa de monopolizar as políticas sociais de nível nacional através das verbas públicas e da presença de representantes políticos locais ligados ao partido de onde saiu o presidente da república. Esta nacionalização é reforçada pelos nichos dos partidos espalhados por todo o país, tendo representantes nos locais mais mal representados pelo governo federal.

Os direitos civis e políticos são garantidos pela Constituição, porém não alcançam todos os cidadãos do território nacional, pois muitos não votam, nem pensam em ser representantes de sua cidade ou bairro ou, simplesmente, não sabem que podem ser votados ou votarem, quanto mais com o direito de se expressarem publicamente, colocando suas idéias e inquietações. Estrangeiros que vivem no país e saem num processo migratório de tentativa de sobreviver aos sistemas econômicos impostos e desiguais, também, sofrem com a falta de seus direitos civis e políticos.

Os programas assistencialistas conseguem garantir algumas demandas mínimas, mas ficam apenas nisso, deixando claro para os adversários políticos na próxima eleição de que não fora o bastante e que a miséria e falta do cumprimento dos direitos de cidadão estão exíguos.

Se verificarmos em nossa Carta Magna atual, podemos ter a certeza de que os Direitos Humanos não estão sendo cumpridos de acordo com o rigor dela. Como podemos ler neste trecho:

“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade...”¹⁶⁶

Neste mesmo capítulo, vemos os direitos sociais no Artigo 6º:

“São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Os direitos sociais se estendem aos trabalhadores rurais, dando uma intenção de igualdade de direitos no Artigo 7º do Capítulo II da Constituição:

“São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social”.

A época era de redemocratização e os ideais democráticos afloravam pelas expressões e falas de muitos políticos, sobretudo, dos constituintes eleitos para o pleito. O então presidente, o Sr. José Sarney, ex-militante da ARENA, apoiador do regime militar, era a figura que convocou a Assembléia Constituinte.

Os direitos políticos também estavam pela ordem do dia no capítulo IV, Artigo 14:

“A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei ...”

É evidente que estes direitos foram conquistados num processo anterior a década de 1930, mas em particular, este período, houve grande efervescência da busca por estes direitos que se ampliaram, obviamente, após o regime militar.

Sabemos que este Estado atual não é mais detentor, ou nunca fora, do monopólio da violência como era julgado pelo sociólogo Max Weber e, tampouco, garantidor de todos estes direitos à sociedade. Portanto, a organização desta sociedade civil por ela mesma é um dos caminhos a serem percorridos em busca

¹⁶⁶ Título II DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, Capítulo I Dos direitos e deveres individuais e coletivos. IN: Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

desta garantia. Gostaríamos de citar uma entrevista feita a Edgar de Decca por Álvaro Kassab, intitulada de *Edgar de Decca leva a Lisboa o Brasil que descobriu Portugal*, no Jornal da UNICAMP da Universidade de Campinas de 5 a 12 de outubro de 2003.

O entrevistado, que assumiria uma cátedra da UNICAMP no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), em Lisboa, considerava a sociedade a única responsável pela busca do cumprimento dos seus direitos, através de uma organização que contemplasse toda população, sem a preocupação e a esperança de receber isto do Estado.

O que podemos entender desta posição é a de que o historiador não acha provável a sociedade civil esperar que o Estado resolva suas demandas, mas sim, que se organize para poder não só reivindicá-las, mas buscá-las através da postura política e solidária, garantindo ações que tragam benfeitorias e melhorias das condições de vida em comum na sociedade.

Este Estado que é tão representativo fora de seu território é hoje, dentro dele, uma entidade com o seu papel social questionável para muitos que esperaram ver a sociedade mais igualitária e menos miserável, seja nos anos 30 quando Vargas concedera os direitos sociais, seja agora, quando o governo procura cumprir as conquistas sociais que ficaram estampadas nas páginas de nossa *Carta Magna* e que muitos brasileiros desconhecem sua origem e seu direito de exercê-las.

“O exílio é a vida levada fora da ordem habitual. É nômade, descentrada, contrapontística, mas, assim que nos acostumamos a ela, sua força desestabilizadora entre em erupção novamente.”

Edward Said

Bibliografia

1. Bibliografia especializada

AMOROSO LIMA, Alceu. *Indicações Políticas. Da Revolução à Constituição*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1936.

ANDRADE, Manuel Correia. 1930 – *A Atualidade da Revolução*. São Paulo, Ed. Moderna, 1980. 1ª edição. Coleção “Contemporânea”. Coordenador Carlos Guilherme Mota.

BARATA, Agildo. *Vida de um Revolucionário (memórias)*. Rio de Janeiro, Ed. Melos, s. d.

BARROS, João Alberto Lins de. *Memórias de um Revolucionário (1ª parte. A Marcha da Coluna)*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1953.

CAPELATO, Maria Helena. *O movimento de 1932: a causa paulista*. São Paulo. Ed. Brasiliense (Tudo é História), 1ª edição, 1981.

CASALECCHI, José Ênio. PRP – *O Partido Republicano Paulista (1889 -1926)*. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1987.

CARONE, Edgar. *A Primeira República (1889-1930)*. São Paulo, DIFEL, 1969 (texto e Contexto).

_____. *A República Velha. Instituições e Classes Sociais*. São Paulo, DIFEL, 1970.

_____. *A República Velha. Evolução Política*. São Paulo, DIFEL, 1971.

_____. *A Segunda República (1930-1937)*. São Paulo, DIFEL, 1977.

COUTINHO, Lourival. *O general Góes depõe...* Rio de Janeiro, Ed. Coelho, 1956.

DANTAS, Manuel Duarte. *Agora, a verdade sobre os fatos de 30*. João Pessoa, Secretaria de Educação e Cultura, 1979.

DEBES, Célio. *Washington Luís – 1869 a 1924*. Editora Imprensa Oficial. São Paulo. 1994.

_____. *Washington Luís – 1925 a 1930*. Editora Imprensa Oficial. São Paulo, 2002.

DECCA. Edgar Salvadori de. *O Silêncio dos Vencidos*. Editora Brasiliense. Coleção Centenário volume 1. São Paulo. 2ª edição. 1984.

FAUSTO, Boris. *Revolução de 1930. Historiografia e História*. São Paulo, ed. Brasiliense, 1962.

_____. *O pensamento nacionalista autoritário: 1920 -1940*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor (coleção Descobrindo o Brasil), 2001.

_____. *História Concisa do Brasil*. 2 ed. São Paulo, editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FERREIRA, Jorge (org). *As Instituições Brasileiras da Era Vargas*. Editora Uerj/FGV.

FONSECA, Pedro C. D. *Vargas. Era Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo, editora Brasiliense, 1987.

FRANCO, Virgílio Melo. *Outubro, 1930*. Rio de Janeiro. Schmidt Editor, 1931.

GALVÃO, Walnice Nogueira e GOTLIB, Nádia Battella. *Prezado Senhor, Prezada Senhora*. São Paulo, ed. Companhia das Letras, 2000.

JOFFILY, José. *Revolta e revolução. Cinquenta anos depois*. Rio de Janeiro, ed. Paz e Terra, 1979.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *A Verdade sobre a Revolução de Outubro de 1930*. São Paulo, editora Alfa-Ômega, 2ª edição, 1975.

MONTEIRO, Góes. *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército*. Rio de Janeiro, Anderson Editores, s. d.

NOGUEIRA FILHO, Paulo. *Ideais e Lutas de um Burguês Progressista – O Partido Democrático e a Revolução de 1930*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 2ª edição, 1965.

PAULA, Jeziel. *1932: imagens construindo a história*. São Paulo, ed. da Unicamp/ed. Unimep (Coleção Tempo e Memória, vol. 7), 2ª tiragem, 1999.

PRADO, Maria Lígia Coelho. *A Democracia Ilustrada (O Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934)*. São Paulo, ed. Ática, 1986.

PRESTES, Anita Leocádia. *Tenentismo pós-30 - continuidade ou ruptura*. São Paulo, ed. Paz e Terra, 1999.

SALES, Alberto. *A Pátria Paulista*. Coleção Temas brasileiros, Brasília, ed. UNB, 1983.

SILVA, Hélio. 1930. *A Revolução Traída*. Rio de Janeiro, ed. Civilização Brasileira, 1966.

_____. 1931 – *Os Tenentes no Poder*. Rio de Janeiro, ed. Civilização Brasileira, exemplar nº 534, 1966.

_____. 1932. *A Guerra Paulista*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1967.

_____. 1933 – *A Crise do Tenentismo*. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1968.

_____. *Todos os golpes se parecem*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1970.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Do Tenentismo ao Estado Novo*. Editora Vozes. Petrópolis. 1986.

TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas*. Rio de Janeiro, José Olympio Ed., 3 vols, 1973.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

_____. *Política e rebelião nos anos 30*. São Paulo, ed. Moderna (coleção Polêmica), 1995.

VESENTINI, Carlos Alberto e DECCA, Edgar Salvadori de. *A Revolução do Vencedor*, in Contraponto 1, Niterói, Centro Noel Nutels, 1976.

2. Bibliografia Geral

AMARAL, Azevedo. *A aventura política do Brasil*. Rio de Janeiro. José Olympio Ed., 1935.

BANDEIRA, Moniz; MELO, Clovis e ANDRADE, A. T. *O ano vermelho – a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira, 1967.

BETHEL, Leslie (org). *História da América Latina após 1930: Economia e Sociedade*. Volume VI, Tradução Geraldo Gerson de Souza, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo; Brasília – DF, Fundação Alexandre Gusmão, 2005.

BITTENCOURT, Circe (org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo, ed. Contexto, 2003.

BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro, ed. Campos, tradução de Carlos Nelson Coutinho, 1992.

BRUM, Argemiro J. *O Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. Ed. Vozes, Petrópolis e ed. UNIJUÍ, Ijuí – RS, 1998.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Um historiador fala de teoria e metodologia*. Bauru. EDUSC, 2005.

- CAPELATO, Maria Helena. *Produção histórica no Brasil: 1985-1994*. São Paulo. CNPQ/USP/ANPUH.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados*. Companhia das Letras. 3ª edição, São Paulo, 2000.
- _____. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 2005.
- _____. *Cidadania no Brasil – O longo caminho*. 7ª ed, Rio de Janeiro, ed. Civilização Brasileira, 2005.
- CHAUÍ, Marilena. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 1978.
- _____. *O nacional e o popular na cultura brasileira*. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1983.
- _____. *Cultura e democracia*. O discurso competente e outras falas. São Paulo, ed. Moderna, 1981.
- CROCE, Benedetto. *A História – pensamento e ação*. Rio de Janeiro, ed. Zahar, 1962.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro, ed. Civilização Brasileira, 1981.
- FERNANDES, Florestan. *O que é revolução?* Coleção: Primeiros Passos, São Paulo, ed. Brasiliense, 1981.
- FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo, ed. Contexto, 5ª edição, 2001.
- HOBBS, Thomas. *O Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado Eclesiástico e civil*. São Paulo, ed. Nova Cultural, Coleção Os Pensadores, 1997.
- HOBBS, Eric. *Ecos da Marselhesa*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- _____. *Era dos extremos: o breve séc. XX: 1914 – 1991*. São Paulo, ed. Companhia das Letras, 2ª edição, 1994.
- _____. *Sobre História*. São Paulo, Companhia das Letras, tradução de Cid Knipel Moreira, 1998.
- IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. *Intolerância e resistência: a saga dos judeus comunistas entre a Polônia, a Palestina e o Brasil 1930/1975*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas; Itajaí: ed. Univali, 2004.
- KARNAL, Leandro (org.). *História na sala de aula*. São Paulo, ed. Contexto, 2003.
- _____. *Sobre História*. São Paulo, ed. Companhia das Letras, 1998.

- LEFEBVRE, Henri. *La presencia e la ausencia*. Tradução de Óscar Baharona y Uxoá Doyhamboure. México; ed. Fondo de Cultura Económica, 2006.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão, Campinas-SP, 5ª edição, ed. UNICAMP, 2003.
- LEVINE, Robert M. *O regime de Vargas – Os anos críticos 1934 -1938*. Rio de Janeiro. Ed. Nova Fronteira, 1970.
- _____. *O pai dos pobres? – O Brasil e a Era Vargas*. São Paulo. Companhia das Letras, 2001.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro, Zahar editores, biblioteca de Ciências Sociais, Trad. Meton Porto Gadelha, 1967.
- MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Lisboa, ed. Avante! (coleção nº 19 biblioteca do marxismo-leninismo), 1982.
- MARX, Karl, FRIEDRICH, Engels. *A ideologia alemã*. São Paulo, ed. Hucitec, (pensamento socialista nº 12), 10ª edição, 1996.
- MEDEIROS, Ana Lúcia. *Bibliografia Histórica: 1930 – 1945*. Brasília. Editado por Ana Lúcia Medeiros e Mônica Hirst. Editora Universidade de Brasília, 1982. (Coleção Temas Brasileiros, volume 28).
- PENNA, Lincoln de Abreu. *Uma história da república*. Rio de Janeiro. Ed. Nova Fronteira, 1989.
- PRADO JR. Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1959.
- PEREIRA, Luís Carlos Bresser. *Desenvolvimento e crise no Brasil – 1930 a 1983*. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1982.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio de M. S. *Política e trabalho no Brasil: dos anos vinte a 1930*. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra. 2ª edição, (Estudos Brasileiros vol. 5), 1977.
- RÉMOND, René (dir.). *Pour une histoire politique*. Paris: editions du Seuil, 1988.
- SAID, Edward W. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. Tradução de Pedro Maia Soares, São Paulo, Companhia das Letras, 2003.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça – a política social na ordem brasileira*, 2 ed. Rio de Janeiro, Campus, 1985.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora e CAINELLI, Marlene. *Ensinar História*. São Paulo, ed. Scipione, 2004.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. Ed. Ver. E ampl. – São Paulo, Cortez, 1996.

- SILVA, Hélio. *Por que depuseram Vargas?* Rio de Janeiro, ed. Civilização Brasileira, 1976.
- SILVA, Kalina Vanderley e SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo, ed. Contexto, 2008.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira. Seus fundamentos econômicos*. Rio de Janeiro. José Olympio ed., 1940.
- _____. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo. Ed. Brasiliense, 5ª edição, 1970.
- _____. *Capitalismo e revolução no Brasil*. Belo Horizonte. Oficina do Livro (coleção Nossa Terra), 1990.
- TEIXEIRA, Francisco M. P. *História concisa do Brasil*. São Paulo. Ed. Global, 1993.
- TEIXEIRA, Francisco M. P. TOTINI, Maria E. *História econômica e administrativa do Brasil*. São Paulo. Ed. Ática, 1994.
- THOMPSON, Eduard P. *Senhores e caçadores – A origem da Lei Negra*. Rio de Janeiro, ed. Paz e Terra, 2ª edição, 1997.
- VENÂNCIO FILHO, Alberto. *A intervenção do Estado no domínio econômico*. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1968.
- VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato*. São Paulo. Ed. HUCITEC. História Social – USP, 1997.
- VIANNA, Luís Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 1999.
- VIANNA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. São Paulo. Ed. Nacional, 1936.
- VIEIRA, Padre Antonio. *Obras Escolhidas*. Clássicos Sá da Costa. Lisboa, vol. V, 1951.
- WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. *Utopística – As decisões históricas do século XXI*. São Paulo, ed. Vozes, 2003.
- WEBER, Max. *Estudos de Sociologia*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1974.
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 1980.

3. Teses e Dissertações

AMED, Jussara Parada. *O humor do barão de Itararé como meio de resistência*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Dissertação de Mestrado. 1994. Orientadora: Profª Drª Leda Maria Pereira Rodrigues.

AQUINO, Laura Cristina Mello de. *A participação de batalhões estrangeiros na rebelião de 1924 em São Paulo*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Dissertação de Mestrado. 1995. Orientador: Prof. Dr. Antônio Pedro.

BEZERRA, Holien Gonçalves. *Artimanhas da Dominação em São Paulo – 1932*. Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado em Ciências (História). 1981.

LOPES, Cleide. *Em Cima do Acontecimento: a Revolução de 30 e a Imprensa Paulistana*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Dissertação de Mestrado. 1988. Orientadora: Profª Drª Leda Maria Pereira Rodrigues.

OLIVEIRA, Luzia Helena Herrmann de. *Ampliação dos direitos políticos no Brasil – da Revolução de 1930 a Constituinte de 1934*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1988. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Orientador: Prof. Dr. Bolívar Lamounier.

4. Revistas especializadas

AXT, Gunter. Artigo: *O governo Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul (1928 – 1930) e o setor financeiro regional*. Revista Estudos Históricos, Economia e Sociedade nº 29.

BORGES, Vavy Pacheco. Artigo: *História Política: totalidade e imaginário*. Revista Estudos Históricos (FGV/CPDOC), Historiografia nº 17, vol. 9, 1996.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Artigo: *História Política*. Revista Estudos Históricos, Historiografia nº 17, vol. 9, 1996.

D’ALESSIO, Márcia Mansor; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. Artigo: *A esfera do político na produção acadêmica de programas de pós-graduação (1985 -1994)*. Revista Estudos Históricos (FGV/CPDOC), Historiografia nº 17, vol 9, 1996.

FRAGA, Estefania Knotz. Resenha: *A Revolução Constitucionalista de 32: Fotografia e Memória*. Revista Projeto História da PUC-SP, nº 21 História e Imagem, 2000.

GOMES, Ângela de Castro, FERREIRA, Marieta de Moraes. Artigo: *Primeira República: um balanço historiográfico*. Revista Estudos Históricos (FGV/CPDOC), República nº 4, 1989.

RÉMOND, René. Por que a História Política? IN: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994, p. 7 – 19.

5. Documentos

Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824). Retirado da Subchefia para Assuntos Jurídicos do Ministério da Casa Civil da Presidência da República. Site: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituição/Constituição24.htm

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de Fevereiro de 1891) Site: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituição/Constituição91.htm

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934). Site: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituição/Constituição34.htm

Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 10 de novembro de 1937). Site: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituição/Constituição37.htm

Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946). Site: www.planalto.gov.br/ccivil/Constituição/Constituição46.htm

Constituição da República Federativa do Brasil (de 5 de outubro de 1988). Brasília, Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.